



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



MICHELLE DE LIMA MURIEL

**MULHERES E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS
AGRICULTORAS FAMILIARES NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ**

BELÉM

2024

MICHELLE DE LIMA MURIEL

**MULHERES E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS
AGRICULTORAS FAMILIARES NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
na Amazônia, Área de Concentração: Gestão dos
Recursos Naturais e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Quaresma Maneschy
Coorientador: Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões

BELÉM

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M977m Muriel, Michelle de Lima.

Mulheres e Meio Ambiente: Um estudo sobre a organização das agricultoras familiares no Nordeste do estado do Pará / Michelle de Lima Muriel. — 2024.

134 f.: il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Rosana Quaresma Maneschy Coorientador(a): Prof. Dr. Aquiles Vasconcelos Simões Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2024.

1. Agricultura Familiar. 2. Gênero. 3. Movimentos Sociais de Mulheres. 4. Nordeste Paraense. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 333.909811

MICHELLE DE LIMA MURIEL

**MULHERES E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS
AGRICULTORAS FAMILIARES NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local
na Amazônia, Área de Concentração: Gestão dos
Recursos Naturais e Desenvolvimento Local.

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof. Dra. Rosana Quaresma Maneschy - Orientadora

Doutora em Ciências Agrárias

Universidade Federal do Pará – PPGEDAM / NUMA / UFPA

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares - Membro interno

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Pará – PPGEDAM / NUMA / UFPA

Prof. Dr. Seidel Ferreira dos Santos – Membro externo

Doutora em Ciências Florestais

Universidade do Estado do Pará – PPGTEC / CCNT / UEPA

Aos meus pais Olívia, Jaime, Stela e Paulo. Às
minhas avós e avôs. E aos meus amores
Wagner, Vênus e Vincent.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à divina Mãe Terra por permitir meu caminhar nesta terra. Agradeço profundamente aos meus pais, Olívia Muriel e Jaime Muriel, por todo o amor e apoio incondicional nas minhas jornadas da vida. Todas as minhas conquistas são para vocês. Aos meus padrinhos, Paulo De Campos (em memória) e Stela Menezes (em memória), por todo ensinamento que me dedicaram e que foi fundamental para que eu trilhasse nessa jornada acadêmica. Tem muito de vocês nessa pesquisa.

Agradeço ao meu marido, Wagner Penedo, pela parceria afetuosa e gentil de todos os dias, pelo suporte incondicional e por segurar firme na minha mão para que chegássemos juntos até conclusão desse nosso sonho. Muito obrigada, meu amor! Agradeço à minha sogra, Rosângela Sampaio, pelo amor, cuidado e torcida incansáveis.

À minha orientadora, Professora Dra. Rosana Quaresma Maneschy, por sua enorme dedicação ao nosso trabalho, pelo ensino sensível e por acreditar no projeto de pesquisa. Muito obrigada, Professora! Também agradeço imensamente ao meu coorientador, professor Aquiles Simões, por todos os incentivos de estudos e ensinamentos partilhados, até em conversas informais. Foi um grande presente e uma honra percorrer esse caminho com vocês. Agradeço ao querido Professor Dr. Daniel Sombra pela atenciosa contribuição à essa pesquisa e pela partilha de conhecimento. E ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) pela oportunidade de grandes aprendizados e de proporcionar o desenvolvimento dessa pesquisa. Foi um grande presente e uma honra percorrer esse caminho com vocês.

Agradeço aos meus irmãos, Márcio, Thaís e Breno, por estarem sempre ao meu lado segurando a minha mão em todos os momentos. À minha gatinha Vênus, minha maior companheira de estudos, que virou madrugadas comigo pesquisando e escrevendo. Este trabalho também é dela. Aos meus demais companheiros de outras espécies, Bella Maria e Vincent Van Gogh, pelo amor incondicional que revigorou minha alma quando eu mais precisava. Ao meu sobrinho Joaquim, que me ajuda a olhar o mundo com a esperança e sabedoria de uma criança.

Às minhas grandes e incríveis amigas Ana Felicien, Mônica Figueiredo e Larissa Pontes, pelo afeto, amizade e cuidado, especialmente nessa caminhada árdua do mestrado. Vocês amorosamente dividiram o peso das dificuldades comigo para que eu chegasse até aqui.

Às queridas companheiras de lutas e sonhos dos movimentos sociais (MST/PA e MMNEPA) que conheci durante a pesquisa, que tanto me ensinaram, o meu muito obrigado!

A minha eterna gratidão a todas e todos por caminharem comigo! Eu sou, porque nós somos. Amo vocês!

“A gente só existe porque a Terra deixa a gente viver. Ela dá vida para gente. Não tem outra coisa que dá vida. É por isso que a gente a chama de Mãe Terra”.
(Ailton Krenak)

RESUMO

As mulheres desempenham um papel crucial na agricultura familiar, mas enfrentam profundos desafios como falta de reconhecimento do trabalho que desenvolvem, sofrem discriminação de gênero, e têm acesso limitado a recursos, além disso, sofrem desproporcionalmente com o esgotamento dos recursos naturais, agravando ainda mais as opressões e exclusões políticas. Este trabalho investiga como as mulheres agricultoras familiares do Nordeste Paraense contribuem para a preservação da natureza e o desenvolvimento local, e como os movimentos sociais fortalecem essa conexão, combatendo a desigualdade de gênero e promovendo o empoderamento feminino, a partir de organizações de mulheres do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense - MMNEPA. O estudo está dividido em três capítulos e tem como objetivo geral compreender as conexões entre o trabalho das agricultoras familiares e a preservação da natureza, analisando as ações dos movimentos sociais de mulheres e suas contribuições para o desenvolvimento local, a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate à desigualdade de gênero. Os objetivos específicos incluem compreender a relação entre agricultoras familiares e natureza no nordeste paraense, identificando pautas, atividades produtivas e dinâmicas de gênero; identificar estratégias de mobilização para acessar políticas públicas relacionadas às atividades produtivas desenvolvidas pelas agricultoras do MST e do MMNEPA; elaborar um diagnóstico sociopolítico ambiental, auxiliando os movimentos de agricultoras na compreensão sistemática de suas atuações. Para alcançar os objetivos foi utilizada pesquisa qualitativa com revisão de literatura, bibliográfica e documental como metodologia, também foram feitas pesquisas de campo nas reuniões, mobilizações, marchas e feiras organizadas pelas agricultoras, também foram feitas entrevistas com 25 agricultoras e aplicada uma oficina de cartografia participativa no projeto de assentamento Abril Vermelho. A partir disso obteve-se uma sistematização das principais pautas reivindicadas pelos grupos, um levantamento do perfil social, da produção das agricultoras, e a elaboração de duas cartografias participativas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Gênero; Movimentos sociais de mulheres; Nordeste Paraense; Amazônia.

ABSTRACT

Women play a crucial role in family farming but face profound challenges such as lack of recognition for their work, gender discrimination, and limited access to resources. Moreover, they suffer disproportionately from the depletion of natural resources, further aggravating political oppression and exclusion. This work investigates how women family farmers in Northeast Pará contribute to nature preservation and local development, and how social movements strengthen this connection, combating gender inequality and promoting women's empowerment through organizations like the Landless Workers' Movement (MST) and the Northeast Pará Women's Movement (MMNEPA). The study is divided into three chapters and aims to understand the connections between the work of family farmers and nature preservation, analyzing the actions of women's social movements and their contributions to local development, sustainable resource management, and the fight against gender inequality. The specific objectives include understanding the relationship between family farmers and nature in Northeast Pará by identifying issues, productive activities, and gender dynamics; identifying mobilization strategies to access public politicals related to the productive activities developed by MST and MMNEPA women farmers; and developing a socio-political environmental diagnosis to assist farmer movements in systematically understanding their activities. To achieve these objectives, qualitative research with literature, bibliographic, and documentary review was used as the methodology. Field research was also conducted at meetings, mobilizations, marches, and fairs organized by the farmers. Additionally, interviews with 25 women farmers were conducted, and a participatory mapping workshop was held at the Abril Vermelho settlement project. From this, a systematization of the main issues claimed by the groups was obtained, along with a survey of the social profile and production of the farmers, and the development of two participatory maps.

Keywords: Family farming; Gender; Women's social movements; Northeast Pará; Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1-	MMNEPA	50
Foto 1 –	Reunião das mulheres do MST, no 8 de março de 2022 (A) ..	53
Foto 2 –	Reunião das mulheres do MST, no 8 de março de 2022 (B) ...	53
Foto 3 –	Feira da reforma agrária em dezembro de 2022 (A)	55
Foto 4 –	Feira da reforma agrária em dezembro de 2022 (B)	55
Foto 5 –	Faixas da Jornada das mulheres no 8M de 2023 (A)	56
Foto 6 –	Faixas da Jornada das mulheres no 8M de 2023 (B)	56
Foto 7 –	Acampamento pedagógico da Jornada 8M de 2023 (A)	56
Foto 8 –	Acampamento pedagógico da Jornada 8M de 2023 (B)	56
Foto 9 –	Abertura da Jornada do 8M de 2023	57
Foto 10 –	Plenária sobre feminismo camponês popular	61
Foto 11 –	Exposição dos cartazes produzidos na oficina de empoderamento feminino	61
Foto 12 –	Mobilização no ITERPA	62
Foto 13 –	Marcha das mulheres no 8M de 2023 nas ruas do centro de Belém	63
Foto 14-	Mobilização em frente a FAEPA	64
Foto 15-	Mobilização em frente a ALEPA	64
Gráfico 1 –	Produção das mulheres do Abril Vermelho por categoria	68
Quadro 1 –	Variedade de cada categoria e a frequência em que se apresentam	70
Quadro 2 –	Locais de comercialização da produção	71
Quadro 3 -	O tempo que as entrevistadas estão no Assentamento e no Movimento	73
Quadro 4 -	Levantamento dos desafios enfrentados	75
Foto 16 –	Reunião MMNEPA 2022 (A)	76
Foto 17 –	Reunião MMNEPA 2022 (B)	79
Foto 18 –	Formação Módulo II MMNEPA 2023 (A)	77
Foto 19 -	Formação Módulo II MMNEPA 2023 (B)	77
Gráfico 2 -	Quantidade de entrevistada por município	77
Mapa 1 -	Localização das microrregiões	78

Gráfico 3 -	Porcentagem da Produção por categoria	82
Gráfico 4 -	Produção numérica por categoria	83
Gráfico 5 -	Produção dos produtos da agroindústria	84
Gráfico 6 -	Produção de grãos	84
Gráfico 7 -	Principais frutas/frutos produzidas pelas entrevistadas	85
Quadro 5 –	As principais espécies e os usos dados a elas	87
Quadro 6 –	Comparativo entre estado civil e propriedade do imóvel	89
Foto 20 –	Plenária das mulheres do Pará na Marcha das Margaridas	103
Foto 21 –	Mulheres de Tracuateua na Marcha das Margaridas	106
Mapa 2 -	Localização do PA Abril Vermelho	113
Foto 22 –	Registros da oficina de cartografia participativa (A)	114
Foto 23 –	Registros da oficina de cartografia participativa (B)	114
Mapa 3 –	Carta Imagem do Assentamento	115
Mapa 4 –	Cartografia Participativa 1	117
Mapa 5–	Cartografia Participativa 2	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FAO: Food and Agriculture Organization
FETRAGRI: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAD: International Fund for Agricultural Development
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA: Instituto de Terras do Pará
LARC: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
MMNEPA: Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MPA: Movimento de Pequenos Agricultores
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUMA: Núcleo de Meio Ambiente
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
SAFs: Sistemas Agroflorestais
STF: Supremo Tribunal Federal
STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFPA: Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	16
2	REVISÃO DE LITERATURA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE MULHERES, (ECO)FEMINISMOS E AGROECOLOGIA	20
2.1	Conceitos de agricultura familiar.....	20
2.2	Trabalhadoras rurais e a divisão sexual do trabalho	22
2.3	Movimentos Sociais e (Eco)feminismos	26
2.4	Agroecologia como horizonte para autonomia do trabalho feminino	31
2.5	Políticas ambientais e protagonismo das mulheres	35
3	OBJETIVOS	38
3.1	Objetivo Geral	38
3.2	Objetivos específicos	38
4	METODOLOGIA	39
5	CONHECENDO OS MOVIMENTOS E AS MULHERES DO MST E MMNEPA	43
5.1	Introdução	43
5.2	Material e métodos	44
5.3	Seleção de informantes chaves e entrevistas	46
5.4	Resultados e discussão	47
5.4.1	O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	47
5.4.2	O Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA)	48
5.4.3	Organização de mulheres do MST/PA: pautas e mobilizações	49
5.4.4	As agricultoras do Assentamento Abril Vermelho MST/PA e sua produção	65
5.4.5	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA): Pautas e Mobilizações	72
5.4.6	Perfil das Agricultoras do MMNEPA e suas produções	76
5.4.7	Percepções sobre o clima e meio ambiente das agricultoras do MST e MMNEPA	89
5.5	Conclusão	91
6	A AGENDA POLÍTICA DAS MULHERES DO CAMPO, FLORESTAS E ÁGUAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS DE 2023	94

6.1	Introdução	94
6.2	Materiais e Métodos	94
6.3	Marcha das Margaridas	95
6.4	Plenária dos povos na Marcha das Margaridas	98
6.5	Conclusão	101
7	ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO E A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA	102
7.1	Introdução	102
7.2	Materiais E Métodos	103
7.3	Oficina De Cartografia Participativa No PA Abril Vermelho	106
7.4	Conclusão	111
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A - Formulário de entrevista aplicado junto às mulheres do MST – ABRIL VERMELHO e MMNEPA	127
	APÊNDICE B - Lista da produção informada pelas mulheres do Assentamento Abril Vermelho	128
	APÊNDICE C - Lista da produção informada pelas mulheres do MMNEPA	130
	ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS	132
	ANEXO B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	133

1 INTRODUÇÃO GERAL

A agricultura familiar brasileira, composta por uma diversidade de pessoas em termos de gênero, raça, cor, idade e identidade, incluindo assentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, entre outros, e a partir de diversas identidades, modos de vida e produção, ocupa 23% das áreas agricultáveis do país. Sua produção a coloca como a oitava maior produtora de alimentos do mundo e contribui significativamente para a economia nacional, respondendo por 40% da renda da população economicamente ativa e pela dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, que representam 68% do total (CONTAG, 2023).

A agricultura familiar está vinculada de forma indissociável da segurança alimentar e nutricional. É o setor agrícola predominante na produção de alimentos. Embora os agricultores tenham menos acesso aos recursos produtivos, como insumos e menos apoio governamental, os agricultores administram as terras, preservando os alimentos tradicionais, fazendo uso sustentável dos recursos naturais através do saber local (FAO, 2014).

Um número expressivo de mulheres é responsável por estabelecimentos agrícolas no país, se apresentam como agentes econômicos importantes dentro da agricultura familiar, mas a falta do reconhecimento e as discriminações de gênero, aumentam as desigualdades também no campo (Rodrigues *et al.*, 2021).

No entanto, apesar do papel fundamental das mulheres agricultoras familiares na gestão dos recursos naturais, elas enfrentam muitos desafios e obstáculos. Como a falta de acesso à terra, água, insumos, crédito, tecnologia. Além disso enfrentam a discriminação e violência de gênero, e a falta de participação nas decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência. Tudo isso afeta negativamente sua produtividade e renda, bem como a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades (Castro; Abromovay, 2005).

Ao buscar compreender as problemáticas ambientais como a perda da biodiversidade, desmatamento, poluição dos recursos hídricos, mudanças climáticas, entre outros, é possível perceber que todas essas questões possuem relação com a agricultura, e elas não serão compreendidas e/ou solucionadas sem uma análise multifatorial, pois a questão ambiental não é um fator isolado, está intimamente relacionado aos aspectos sociais, econômicos e culturais de um determinado espaço, por isso não deve ser investigado apenas através de uma ótica ecológica ou visto como processos meramente naturais (Nogales, 2018).

A crise ambiental está estruturada no modelo econômico de produção vigente, tendo como um dos seus pilares a agropecuária, envolvida em uma série de problemas ambientais e sociais. A expansão da soja e a criação de gado envolve a invasão de territórios e a degradação dos biomas. Vale frisar que o mercado da soja se destina a alimentação dos animais criados para o consumo humano, atendendo às demandas de dentro e fora do Brasil. Atualmente a soja avança expressivamente na região do Centro-Oeste e da Amazônia. Entre os anos de 1999 e 2018 a produção de soja aumentou 166,5%, enquanto a produção de arroz, feijão e mandioca, decaíram respectivamente, 51,6%, 36,9% e 25,3% (Malheiro, 2022).

Os dados do relatório anual de desmatamento de 2022 do MapBiomas mostram que os biomas Amazônia e Cerrado tiveram 90,1% da área desmatada no país, totalizando 20.572 km² de desmatamento. A agropecuária é apontada como o principal vetor desse desmatamento, respondendo por quase 96% do total no Brasil.

Por isso é necessário vincular os problemas ambientais às relações políticas, econômicas e de gênero, haja vista que o movimento das trabalhadoras rurais tem contestado esse modelo, para estabelecer uma visão panorâmica das diversas dimensões dos problemas ambientais, sendo imprescindível contextualizar as desigualdades existentes no cenário que se pesquisa (Nogales, 2018).

Percebe-se a importância de inserir a perspectiva de gênero no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento local e localizar a temática no interior de um debate maior sobre direitos humanos e da cidadania, pois é notória a contribuição que as mulheres estão dando para chegar no almejado “desenvolvimento sustentável” (Castro; Abromovay, 2005).

Para Chaves e César (2019), é necessário fazer um estudo sobre a realidade das mulheres amazônidas, que vivem em uma região extremamente periférica que ao mesmo tempo é um território central no debate sobre agricultura sustentável, mas que 70% das pesquisas sobre a região as mulheres amazônidas ficam fora desses estudos. Essas mulheres amazônidas são “indígenas, são as seringueiras, mas são, também, em sua maioria, mulheres que hoje vivem nas cidades globalizadas e acabam sendo silenciadas pela mesma historiografia tão criticada pela academia”.

Compreende-se que as agricultoras familiares são as principais cuidadoras da biodiversidade e dos recursos genéticos, que são fundamentais para a segurança alimentar global. A destruição ambiental, bem como a desigualdade de gênero, impacta diretamente na subsistência dessas mulheres (Siliprandi, 2000) e no intuito de superar os desafios impostos a elas, essas mulheres têm se engajado nos movimentos de mulheres e agroecológicos, a fim de

transformar a realidade, reconfigurando as relações familiares e de poder, afirmando-se como sujeitos políticos e firmando a sua identidade (Siliprandi, 2015).

Entende-se que é necessário um esforço conjunto para garantir que as mulheres tenham acesso a recursos, e que haja espaços para que as vozes silenciadas se manifestem e dissertem sobre encontrar soluções endógenas para as questões ambientais intimamente ligadas com as questões de gênero sejam construídos (Chaves; Cesar, 2019).

Nesse sentido, o movimento de mulheres rurais tem desempenhado um papel importante de luta em defesa a vida das mulheres e do meio ambiente. Na década de 90 a participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais cresceu significativamente no Brasil, juntamente com o movimento agroecológico, a partir dos anos 2000 pesquisas acadêmicas, sobre essa participação, começaram a ser realizadas e verificou-se que a participação das mulheres nas experiências agroecológicas permitiu a ampliação do espaço de atuação delas, para além de suas habituais redes de sociabilidade, como criar contatos nas feiras de comercialização da produção, aquisição de novos conhecimentos e habilidades (Siliprandi, 2015).

Questões como o trabalho do cuidado não compartilhado, violência de gênero, violência política, degradações ambientais, entre outras, vêm permeando os debates de grupo de mulheres organizadas em luta por transformações sociais e ecológicas (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

Desde a primeira década do ano 2000 marcou as primeiras aparições públicas das agricultoras e a partir desse período várias mobilizações ocorreram para denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço dos monocultivos, do agronegócio e em defesa de um projeto de agricultura camponesa baseada no respeito à natureza, na conservação da biodiversidade, na produção de alimentos para o sustento de suas famílias e pela soberania alimentar (Siliprandi, 2011)

A partir de 2003 as perspectivas agroecológicas estiveram presentes nas políticas públicas, de forma pontual, mas é só em 2011 após as reivindicações feitas pelas mulheres na Marcha das Margaridas que a Presidência da República do Brasil inclui a agroecologia na agenda de decisão de políticas públicas (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

Nesse sentido, para pensar a relação agricultora-meio ambiente, uma perspectiva Ecofeminista será utilizada para analisar as proposições feministas que atuam em relação às questões ambientais, problematizando o modelo econômico produtivista que é dominado pelos homens e o padrão de alto consumo dos países desenvolvidos, de exploração do

trabalho da mulher dos países pobres a medida em que contamina o meio ambiente e exauri os recursos naturais do planeta (Costa, 2020).

Acredita-se que a abordagem de gênero na questão ambiental pode evidenciar elementos fundamentais para a construção de um desenvolvimento sustentável com equidade (Castro; Abromovay, 2005), bem como o surgimento de um paradigma que permita uma coexistência dos povos com a terra e de uma compreensão da relação natureza-cultura a partir de outras epistemologias (Costa, 2020).

Nesse sentido, parte-se do entendimento de que os processos de dominação da Natureza na região Amazônica e das mulheres ocorreram simultaneamente, pois estão interligados, na exploração dos recursos naturais impactando desproporcionalmente as mulheres indígenas e rurais, na violência e exclusão das mulheres nas decisões políticas agravam essas opressões (Chaves; Cesar, 2019). E o movimento de mulheres tem exercido papel importante na defesa da vida das mulheres e em defesa do meio ambiente, ou seja, construindo articulações necessárias para de fortalecimento das mulheres e reprodução da vida, como é o caso das mulheres do Movimento de trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) do Pará e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) que serão as áreas de pesquisa desse trabalho. Esses movimentos possuem atuação no Nordeste Paraense através das atividades produtivas, da organização e articulação políticas em defesa da preservação ambiental e dos direitos das mulheres.

Esses movimentos foram identificados a partir dos contatos nas feiras da agricultura familiar, por isso a pesquisa busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como as mulheres agricultoras familiares do Nordeste Paraense ¹contribuem para a preservação da natureza e o desenvolvimento local, e de que forma os movimentos sociais de mulheres rurais fortalecem essa conexão ao combater a desigualdade de gênero e promoção ao empoderamento feminino? Com a finalidade de contribuir com inserção dessas mulheres em políticas públicas relacionadas as atividades produtivas desenvolvidas no nordeste paraense.

Este trabalho está dividido em três capítulos que se propõem a atender os objetivos específicos da pesquisa.

¹. O IBGE modificou essa regionalização. A antiga mesorregião Nordeste Paraense foi dividida em duas “regiões intermediárias” (RG Intermediária de Belém e RG Intermediária de Castanhal. As Regiões Intermediárias substituíram as mesorregiões, e as Regiões Imediatas substituíram as microrregiões. A nova regionalização se deu porque a antiga estava ultrapassada, baseada em variáveis que não mais fundamentam uma divisão regional (IBGE, 2017). Porém, no caso desta pesquisa, a imagem Nordeste Paraense é muito forte e é clamada pelos movimentos sociais, por isso justifica-se manter a regionalização antiga.

2 REVISÃO DE LITERATURA: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE MULHERES, (ECO)FEMINISMOS E AGROECOLOGIA

Para discutir a organização social das agricultoras familiares, é necessário compreender a relação agricultoras familiares-natureza, construindo um pensamento em torno do contexto em que as mulheres em questão estão inseridas, trazendo para o centro do debate o reconhecimento das desigualdades sociais, de gênero, raça, classe, etnia.

O trabalho em cooperação com a natureza é bastante desafiador, mas diversas questões impactam a vida e o trabalho das agricultoras, que as impedem de terem acesso à terra, créditos, direitos sociais básicos, proteção social, entre outros. Sendo privadas de acesso à cidadania por não serem reconhecidas por seu trabalho de agricultora, na maioria das vezes. Lutam por reconhecimento do seu trabalho, reivindicando o protagonismo que têm na produção de alimentos saudáveis, direitos e políticas públicas através dos movimentos sociais e da agroecologia (Jalil, 2009).

Uma problemática fundamental a ser discutida é a expressão das relações de poder no meio rural, compreendendo o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa - as mulheres - com os meios de produção e com os recursos ambientais, e a participação dessas mulheres nos espaços de decisão sobre a sociedade e conseqüentemente na construção do desenvolvimento rural sustentável (Siliprandi; 2015).

A organização de mulheres tem discutido bastante a questão do trabalho do cuidado. Reivindicando que esse deve ser compartilhado entre toda a humanidade, isso é fundamental e indispensável para a sustentabilidade da vida. São essas mulheres estão em luta por transformações sociais e ecológicas, buscando formas de repensar cidades e comunidades sustentáveis. (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

2.1 Conceitos de agricultura familiar

Os processos sociais da agricultura, desde o período colonial, são marcados com histórico de dominação econômica, política e social das grandes propriedades, além trabalho com mão de obra escravizada. Os processos históricos-sociais que a agricultura sofreu refletem até os dias de hoje no campesinato brasileiro, e o lugar que a agricultura familiar ocupa no Brasil, desde sempre, ainda é resultado de muita luta para conquistar um lugar na economia (Oliveira; Vilaça; Correio, 2019).

A posição que os trabalhadores rurais ocupam hoje na sociedade brasileira ainda é reflexo de um confronto entre colonizador e colonizado que se perpetua até os dias atuais. Isso pode ser percebido nos conflitos pela terra (Fanon, 1968).

Fanon (1968) explica que no período de ascensão, o capitalismo viu nas colônias uma fonte de matérias-primas que podiam ser vendidas no mercado europeu. E que para explorar a terra era preciso “domesticar” ou “domar” os trabalhadores da terra, para utilizar a sua força de trabalho. Através da violência física e psicológica os colonizadores conseguiram a submissão desses povos, lhes tirando o direito de produzir em suas próprias terras e tendo a sua força de trabalho explorada.

Diante do que se apresenta, a agricultura familiar torna-se uma estratégia de sobrevivência, dentro de um modelo de desenvolvimento que prioriza os interesses masculinos, de uma classe dominante, que se propõe a gerar desigualdade e pobreza (Lisboa; Lusa, 2010).

A agricultura familiar é definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), como uma gestão e investimento de unidade produtivas, realizados por pessoas que possuem lações de sangue ou de casamento entre si, em que a maior parte dos trabalhos são realizados o pelos membros das famílias e a propriedade dos meios de produção também pertence à família (Oliveira; Vilaça; Correio, 2019).

Ainda para os autores Oliveira, Vilaça e Correio (2019), há 4 elementos que definem a agricultura familiar. O primeiro deles é que se trata da forma de trabalho, baseada em uma atividade exclusivamente familiar, o segundo é a existência de obstáculos que impedem a relação direta entre a produção agrícola e a industrial, pois há uma diferença de funcionamento entre a agricultura e a indústria.

O terceiro elemento é o a interação entre a agricultura familiar e o sistema dominante, a relação entre o meio social e econômico com a agricultura familiar ocorre através do Estado com os acessos aos créditos e financiamentos. O quarto é sobre a natureza familiar das unidades agrícolas, que é a base é familiar. A atividade está atrelada as relações das famílias e aos aspectos econômicos, social e ambiental, que são os mesmos que estabelecem os meios e as formas para a viabilidade econômica, social, cultural e simbólica da agricultura familiar.

Meus e Ethur (2021) definem a agricultura familiar como “uma forma de reprodução que tem sua base no trabalho, no qual a família é responsável pela atividade agrária desenvolvida em pequenas propriedades”. Devido ser uma atividade que possui uma

diversificação social-produtiva, a agricultura familiar é considerada um espaço dinâmico e heterogêneo.

Oliveira, Vilaça e Correio (2019) complementam afirmando que “a agricultura familiar é uma forma social que se relaciona com o modo de produção dominante, sem necessariamente assumir um caráter capitalista”, pois trata-se de uma atividade que precisa transmitir os recursos gerados para as futuras gerações, que são os membros da família, garantindo não só a sobrevivência do presente, mas do futuro também.

Nesse sentido, destaca-se que em 2006 foi promulgada a Lei n. 11.326 que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Sendo considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, que possua uma área até 4 módulos rurais que o trabalho seja desempenhado pelos próprios membros da família, com renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Oliveira, Vilaça e Correio (2019) apresentam que a atividade de agricultura familiar possui um percentual de aproximadamente 10% do PIB agrícola, o que representa quase 40% do valor bruto da produção de alimentos e empregando 70% da mão-de-obra no meio rural

As ações de sustentabilidade da agricultura familiar atendem um dos temas centrais da Agenda 21, o de agricultura sustentável. De acordo com o Ministério do Meio ambiente, a agenda 21 é um processo e um instrumento de participação de para o desenvolvimento sustentável, fundamental para a construção de uma participação democrática no país. Esse instrumento remete a necessidade de cada município elaborar e implementar políticas públicas (Ministério do Meio Ambiente, 2002).

A possibilidade de expandir e consolidar a agricultura familiar de princípios agroecológicos possibilita para a população o consumo de alimentos de qualidade, e, concomitantemente a expansão do mercado de produtos agroecológicos (Valente; Amorim, 2021).

2.2 Trabalhadoras rurais e a divisão sexual do trabalho

Com relação às mulheres do campesinato, identifica-se que lidam diariamente com questões ligadas à segurança alimentar, diversificação da produção, que se relaciona com a saúde humana e do meio ambiente, também com as questões de desigualdade de gênero. Além de desempenharem um papel fundamental na gestão dos recursos naturais, pois elas são

responsáveis por garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e comunidades, ao mesmo tempo, em que preservam e conservam os recursos naturais em suas propriedades rurais, exercendo o papel delegado a elas, o de cuidadoras (Siliprandi, 2015).

Essas mulheres têm enfrentado as desigualdades e violência das relações sociais de gênero, classe e raça, enquanto produzem alimentos e defendem o meio ambiente, o qual é seu meio de produção, que alimenta a família e gera renda (Siliprandi, 2015).

Entre os esforços investigativos para compreender a relação entre as agricultoras familiares-meio ambiente, percebe-se que essa relação se dá no início da formação da agricultura e que isso está intimamente ligado às origens sociais da divisão sexual do trabalho, e essa perspectiva possui elementos que ajudam a explicar a referida relação, haja vista que a divisão sexual do trabalho está na base da relação mulheres-natureza (Mies, 2016).

O conceito divisão sexual do trabalho surgiu na França no início dos anos 1970, através do movimento feminista, que se assentou nas bases teóricas da Etnologia, depois na Sociologia e na História. “O movimento tomou consciência de uma opressão específica em que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres e que esse trabalho é invisível”, feito em nome de um amor maternal (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597).

A questão da divisão sexual do trabalho parte de discussões vindas dos movimentos feministas que tratam sobre as relações desiguais e hierárquicas entre os indivíduos, homem e mulher, e independente das suas vertentes, os movimentos feministas insurge contra essa relação desigual, que é tratada como algo a ser eliminado o mais breve possível. Entender as origens das desigualdades entre homens e mulheres é criar condições de aboli-la (Meis, 2016).

Hirata e Kergoat (2007) explicam que a concepção da divisão sexual do trabalho parte de uma divisão social do trabalho resultante das relações sociais entre os sexos, para além disso:

[...] É fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (político, religioso, militares, etc.). (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Também é necessário destacar os dois princípios da divisão social do trabalho: o princípio da separação e o princípio hierárquico. O primeiro classifica o que é trabalho exercido por homens e trabalhos exercidos por mulheres e o segundo princípio classifica que o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher. Esse pensamento rebaixa um

sexo biológico, reduzindo as práticas sociais à papéis sociais. E esses princípios foram legitimados nas sociedades (Hirata; Kergoat, 2007).

As sociedades utilizaram do determinismo biológico, que é o uso da anatomia dos indivíduos, o sexo biológico, para definir o que é atividade feminina e atividade masculina, determinando assim a relação social entre esses dois grupos. Essa relação social se apresenta desigual e hierárquica e isso foi apontando como sendo algo natural, intrínseco à natureza do sexo biológico (Mies, 2016).

Carloto (2001) explica que as sociedades transformaram a diferença biológica em desigualdade social. Ao impor que as condições do masculino e feminino são determinadas pela natureza biológica, a dominação e exploração do gênero feminino é inquestionável, portanto, os processos de socialização reforçam os preconceitos e estereótipos de gênero. A autora ainda chama atenção para a distribuição de responsabilidades sociais e que estas são atribuídas pelo critério de sexo, classe e raça:

[...] A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma” (Carloto, 2001).

A divisão sexual do trabalho é uma importante categoria de compreensão do processo da constituição das práticas sociais, que são permeadas pelas construções dos gêneros, a partir de uma base material. As relações sociais possuem o trabalho como base material, e ele se exprime através da divisão sexual do trabalho. É através da distribuição do trabalho entre os sexos que se percebe a existência de uma relação social específica à variável sexo (Quirino, 2015).

É nesse sentido que o espaço social que o gênero é colocado a ocupar tem grande importância para analisar a questão da mulher nas atividades de trabalho, uma vez que, para Carloto (2001), as “atividades masculinas produtoras da existência estão imbricadas em espaços distintos das femininas, que resultam em duas esferas: esfera de sobrevivência (doméstica); esfera de transcendência (pública)”, que constituem os espaços sociais dos gêneros, sendo a esfera doméstica um espaço próprio do gênero feminino e a esfera pública própria do gênero masculino.

Observa-se que no capitalismo o trabalho carrega uma marca masculina. As atividades femininas são sempre vistas como “naturais”, nunca como um trabalho, já as atividades

masculinas, que utiliza força e raciocínio, são consideradas trabalhos, portanto necessariamente remunerável (Mies, 2016).

É evidente que as mulheres ocupam uma posição significativa nos espaços de reprodução social, porém, setores de trabalho em que as mulheres são maioria frequentemente predominam salários mais baixos. Nota-se nas profissões como: o trabalho doméstico remunerado, enfermagem, serviço social e educação infantil. A desvalorização dessas ocupações contribui para a persistência da desigualdade salarial entre homens e mulheres, perpetuando a situação de pobreza feminina mesmo quando engajadas em atividades remuneradas. Além disso, a falta de reconhecimento do valor social e econômico do trabalho doméstico agrava essa desigualdade estrutural (Silva; Arantes; Ferreira, 2013).

Nesse sentido, para Mies (2016) a divisão sexual do trabalho é de exploração, não é uma mera divisão de tarefas entre parceiros iguais. A autora explica que para Marx a Produção da vida é vista como apropriação da natureza através do trabalho humano. O corpo do homem é o seu meio de produção. Dessa maneira, o ser humano utiliza o seu corpo como meio de produção para atuar sobre a natureza e garantir a sobrevivência do seu corpo, através do consumo, satisfação e sobrevivência. “Por meio de consumo de seus produtos eles mantêm seus corpos vivos”. Acredita-se que cada grupo tem uma forma de se apropriar e transformar a natureza (Mies, 2016).

Para analisar as relações sociais e a divisão sexual do trabalho no contexto amazônico, é importante compreender e considerar a questão racial no Brasil, considerando o processo histórico de colonização da América Latina que se estruturou em um sistema hierárquico de classificação racial e sexual (Gonzalez, 2020).

O racismo é uma desigualdade estruturante da formação econômica e social do Brasil, desde o período colonial, e dessa maneira o mundo do trabalho é estruturado também, a classe trabalhadora brasileira ainda é constituída por negros e negras, e essa perspectiva aponta para o conceito de divisão racial do trabalho (Silva; Arantes; Ferreira, 2013).

Gonzalez (2020) também aponta que a América Latina se constituiu uma sociedade racialmente estratificada, portanto, sem igualdade para os grupos étnicos diferentes do branco. A hierarquia garantiu aos brancos uma superioridade racial, mantendo os mestiços, indígenas e negros subordinados ao sistema patriarcal-racista.

A “raça” e o gênero ganham significados no padrão de poder capitalista eurocêntrico e global, pois o poder está estruturado em relações de dominação, controle, exploração, conflito dos atores sociais em disputar as esferas da vida: sexo, trabalho, subjetividade, recursos. E

através da “raça” se reorganizam as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas pela dominação (Lugones, 2020). Isso implica na divisão sexual e racial do trabalho.

Para Gonzalez (2020) é de grande importância considerar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da América Latina para tratar da divisão sexual do trabalho articulando com a dimensão racial para não reforçar o discurso masculinizado e branco que é dominante. Mulheres são oprimidas, e mais exploradas pelo fato de não serem brancas. A autora ainda destaca que:

[...] Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: Amefricanas e ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – fazem com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano” (Gonzalez, 2020).

A divisão racial do trabalho persiste, refletindo em empregos precários e mal remunerados para a população negra. Essa realidade, marcada pela superexploração e desvalorização do trabalho da população não branca, é um mecanismo que perpetua o racismo e a desigualdade racial, manifestando-se em condições desfavoráveis e falta de proteção social. O desemprego também afeta de maneira desproporcional a comunidade negra (Silva; Arantes; Ferreira, 2013).

Diante de tantos desafios impostos pelas desigualdades de raça, gênero e classe, que se configura como uma subordinação, relação de hierárquica de poder, fez com que movimentos em favor da valorização das mulheres eclodissem em diversas partes do mundo, dando origem ao movimento feminista. Esse movimento inicialmente aparece com a luta das mulheres pelo direito ao voto, conhecido como sufrágio universal, mas que se espalha nos países na América Latina e demais países “em desenvolvimento”, mobilizados para garantir o direito das mulheres, como reais direitos humanos e fundamentais (Carmo *et al*; 2016).

2.3 Movimentos Sociais e (Eco)feminismos

Percebe-se um aspecto importante a ser discutido para pensar a relação mulher-meio ambiente: os movimentos sociais. Através deles é possível compreender suas demandas, denúncias e reivindicações. Para Gohn (2011), os movimentos sociais são definidos como ações coletivas que permitem que as pessoas se organizem e expressem suas demandas

sociais, políticas e culturais. Eles adotam diversas estratégias, desde denúncias simples até formas mais diretas de pressão, como mobilizações, marchas e até desobediência civil. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas e, atuando em redes, promovem ações coletivas como resistência à exclusão e luta pela inclusão social. Além disso, esses movimentos geram um sentimento de pertencimento entre seus participantes.

Bringel (2012) também afirma que os movimentos sociais atuam em ações coletivas tomadas por um grupo de indivíduos que se juntam para promover ou resistir à mudança social. Esses movimentos podem ser caracterizados a partir de seus objetivos, estratégias e questões sociais que abordam. Frequentemente surgem em resposta às injustiças ou queixas percebidas na sociedade, e a partir disso buscam construir transformações políticas, sociais ou culturais.

Além disso, são fontes e agências de produção de conhecimento, e o contexto escolar é um importante espaço de participação na educação, gerando aprendizado político para a participação na sociedade (Gohn, 2011).

Os movimentos sociais têm sido estudados extensivamente no campo das ciências sociais, fazendo contribuições significativas para a compreensão da dinâmica e do impacto desses movimentos. Entre as questões sociais abordadas pelos movimentos sociais estão: Direitos civis, justiça ambiental, igualdade de gênero, direitos trabalhistas, reforma política, justiça social, direitos LGBTQ+, direitos indígenas, antiguerra. E podem assumir várias formas, como protestos, manifestações, greves, boicotes ou campanhas de defesa (Bringel, 2012).

Esses movimentos podem ser categorizados entre aqueles que buscam a integração dos excluídos por meio da participação da comunidade em políticas sociais compensatórias e aqueles que buscam a transformação social mudando o modelo de desenvolvimento vigente, priorizando a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social (Gohn, 2011).

Em um contexto de profundas mudanças políticas e sociais do Brasil, os movimentos sociais ficaram conhecidos por serem grupos de oposição aos regimes militares (Gohn, 2011). Surgiram com mobilizações importantes, como o movimento pelos direitos civis, movimentos feministas e o movimento ambiental ganhando destaque (Alonso, 2009).

Na década de 1970 com influência dos movimentos de contracultura e de comunidades alternativas surgiu o movimento ambientalista debatendo as questões ecológicas no país, centralizando o debate nas pautas sobre as tecnologias de produção e na degradação ambiental

causada pelo modelo agrícola adotado na revolução verde, o que refletiu na criação de diversas correntes de agricultura não convencional (Costa, 2020).

É necessário destacar dois pontos importantes, a primeira é que os movimentos sociais tiveram uma participação decisiva na conquista de vários direitos sociais que foram inscritos na Constituição Federal de 1988, e a partir de 1990 diversas formas de organização popular surgiram no Brasil, sendo os principais os movimentos indígenas, dos funcionários públicos e os ecologistas (Gohn, 2011).

O segundo ponto importante é que houve três oportunidades políticas que foram fundamentais para formação de grupos de ativistas no Brasil: o processo de redemocratização, a Assembleia constituinte e a conferência Rio-92, que forneceu parâmetros e abriu caminhos para grupos ambientalistas se formarem e se mobilizarem (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Já na década de 1990, grupos de mulheres se organizaram frentes de luta contra as discriminações, criando redes de conscientização dos seus direitos, para promover a igualdade de gênero, combater a violência doméstica, garantir direitos reprodutivos e defender a participação das mulheres na política e na tomada de decisões em todas as esferas da sociedade. Esses grupos utilizavam uma variedade de estratégias, incluindo passeatas, atos de protestos, marchas anuais (Gohn, 2011).

Ainda contextualizando a origem dos movimentos sociais, após o fim da ditadura militar, os movimentos camponeses retomaram suas lutas, abordando questões sociais e políticas ligadas ao modelo de desenvolvimento e à questão agrária do Brasil. Essa dinâmica se tornou mais complexa à medida que diferentes atores sociais e questões ambientais foram incorporados à luta. Gradualmente, o conceito de agroecologia começou a substituir a agricultura alternativa como uma estratégia produtiva "sustentável" (Costa, 2020).

Costa (2020) destaca que nos anos 2000, os movimentos sociais, especialmente os ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Via Campesina e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), começaram a adotar os discursos e práticas da agroecologia. Para eles, a agroecologia é vista como uma estratégia de luta em prol da justiça socioambiental, mas que também se estabelece como um campo de saberes e práticas integradas, que representa tanto uma tecnologia quanto um movimento social, sendo um paradigma de produção agrícola que busca reduzir o impacto socioambiental da produção de alimentos, ao mesmo tempo que valoriza os conhecimentos tradicionais e reconhece o campesinato como um sujeito e uma forma de organização social. Mais à frente a discussão sobre agroecologia será aprofundada.

O que se pretende ressaltar aqui apresentando a agroecologia é que através dela que as mulheres avançam com o debate feminista, ocupando um lugar central na construção do movimento agroecológico, é o que afirma Costa (2020) e que também explica:

[...] As mulheres do campo, indígenas, negras e de populações tradicionais começam a trazer suas pautas, demandas e necessidades de reconhecimento dentro do movimento, partindo da ideia de que “sem feminismo não há agroecologia”, construindo assim uma nova agenda para o movimento ambiental do Brasil e em toda a América Latina. Movimentos e coletivos como a Marcha das Margaridas, o Movimento de mulheres camponesas (MMC) e o grupo de trabalho de mulheres da articulação nacional de Agroecologia (ANA), tem encabeçado a mobilização por alternativas ao desenvolvimento agrocapitalista, trazendo à tona pautas feministas em espaços importantes de negociação de políticas públicas e de diálogo com a sociedade” (Costa, 2020, p. 286).

Essas mulheres são trabalhadoras, mas também são ativistas defensoras da Soberania Alimentar, que propõem a agroecologia como ferramenta de transformação do sistema alimentar, para promover a justiça social e sustentabilidade (Silva; Giordani; Bezerra, 2021). Nos espaços dos movimentos sociais passaram a reivindicar o protagonismo de suas lutas em defesa dos seus territórios, de seus saberes tradicionais, sobre o seu papel de guardiãs das sementes crioulas (sementes nativas), dos saberes tradicionais, das ervas, dos alimentos. (Costa, 2019; Costa, 2020).

As autoras Maria Mies e Vandana Shiva (2014), fazem a relação entre o papel das mulheres camponesas na preservação do meio ambiente, que para defenderem seu sistema de subsistência, suas culturas, saberes ancestrais, e essas mulheres se organizam, através dos movimentos sociais, para lutarem contra a destruição ecológica, que as autoras definem como Ecofeminismo.

Definido como uma escola de pensamento, o Ecofeminismo, tem orientado os movimentos ambientalistas e feministas desde a década de 1970 (Siliprandi, 2000), e surgiu durante a segunda onda do feminismo (Silva; Giordani; Bezerra, 2021) na busca por uma interconexão entre a dominação da Natureza e a dominação das mulheres (Siliprandi, 2000).

Para Mies e Shiva (2014), o ecofeminismo é um termo para designar um saber antigo, esse termo foi desenvolvido a partir dos movimentos sociais: feminista, ecologista, pacifista. Tornando-se popular em um contexto de diversos protestos contra a destruição ambiental entre o final da década de 1970 e início da década de 1980.

Silva, Giordani e Bezerra (2021) explicam que o termo foi cunhado pela escritora Françoise D'Eubonne, em sua obra “Le Féminisme ou la mort” (“Feminismo ou morte”). Na obra, a autora evidenciava “o controle do patriarcado sobre a sexualidade feminina e refletia

sobre a opressão de mulheres e à natureza” e também destacava a necessidade de pensar e desenvolver uma nova estrutura nas relações de gênero e da humanidade com o meio ambiente.

Costa (2020) ressalta que apesar das diferenças entre suas correntes, o Ecofeminismo irá criticar “a apropriação masculina da agricultura e da reprodução biológica, pensando as consequências do desenvolvimento industrial, militar e capitalista na vida das mulheres”, que por serem as responsáveis pelo cuidado e reprodução serão as mais atingidas pelo sistema.

As adversidades socioambientais surgem como consequências do patriarcado. Um sistema que possui a lógica de hierarquização entre os seres, e que dessa maneira organizam o mundo social de forma desigual. Nesse sentido, o Ecofeminismo também pode ser reconhecido como uma “corrente de atuação prática e teórica, cujas demandas trariam, para o cerne do debate, reivindicações de uma agenda social e política em defesa de direitos na perspectiva analítica de gênero” (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

Nogales (2018) também destaca a importância das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade reconhecerem as desigualdades sociais, de gênero, raça, classe, etnia, que estruturam o sistema sociopolítico e econômico do qual a sociedade atual está estabelecida. É importante perceber que os problemas ambientais não se trata apenas de uma questão ecológica, puramente natural.

É necessário perceber que o modelo econômico de produção vigente, capitalista, é androcêntrico e antropocêntrico, que se estrutura a partir de sistemas de dominação, que inclui raça, gênero, classe social, dominação da natureza, e que estão interligados em “um nível conceitual e material dentro das relações hierárquicas (mulher/homem, seres humanos/natureza, razão/emoção, privado/público, corpo/mente) dominação estabelecida entre os seres humanos e entre os seres humanos e a natureza”, apresentando que a lógica do sistema capitalista patriarcal é responsável pelas problemáticas ambientais e por isso a relevância de conectar os debates (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

Costa (2020) explica que é através dos (eco)feminismos que autoras vão pensar e discutir a relação mulheres-natureza, apresentando propostas feminista para atuar em relação às questões ambientais. A autora apresenta diversas autoras e correntes dos (eco)feminismos, que são articulações entre agroecologia e feminismo a partir de uma perspectiva decolonial, em que retira o homem do centro e que busca construir uma outra política.

Além de D’Eaubonne, Vandana Shiva, apresenta Maria Lugones, tratando de “feminismo decolonial”, iniciado por ativistas e teóricas feministas latino-americanas, evidenciando a necessidade de a crítica feminista considerar os mecanismos de dominação

colonial racista. Também apresenta o “Feminismo Periférico” termo utilizado por Saney Souza, uma mulher quilombola e militante da rede carioca de agricultura urbana da zona Oeste do Rio de Janeiro. O “Feminismo comunitário” criado por Julieta Paredes, feminista decolonial boliviana/aymara pensa a luta das mulheres de setores populares e indígenas da América Latina (Costa, 2020).

Por isso (eco)feminismos no plural, pois são diversos movimentos feministas emergindo do sul global, dos setores populares, de articulação com o movimento agroecológico e com as teorias decoloniais (Costa, 2020).

Valente e Amorim (2021) explicam que “A construção de Sistemas Alimentares baseados nos princípios da agroecologia é parte integral e fundamental da proposta de superação da crise alimentar e ambiental que vivemos”. Os autores destacam que os sistemas agroecológicos fazem um contraponto ao agronegócio, pois valoriza a produção e o consumo local, os saberes e técnicas dos agricultores e povos tradicionais, combate o uso de agrotóxicos, transgênicos, combate o latifúndio e a concentração de terras, além de considerar o combate às opressões raciais, de classe e gênero. Portanto, a soberania popular é a base para os direitos humanos, da qual a soberania alimentos é um dos pilares.

2.4 Agroecologia como horizonte para autonomia do trabalho feminino

A agroecologia ganhou consistência e visibilidade através da observação do funcionamento dos ecossistemas naturais e à inspiração dos povos indígenas. Ecólogos como o Chileno Miguel Altieri e Estadunidense Stephen Gliessman foram fundamentais nesse processo, ao sistematizarem saberes e contribuírem para o desenvolvimento e reconhecimento da agroecologia (Costa, 2020). Foi quando na década de 80 surgiu como alternativa ao modelo de agricultura industrial da Revolução Verde, aplicando os princípios ecológicos à agricultura (Siliprandi, 2015).

Para Siliprandi (2015), a agroecologia recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna, que imbuída de muitos preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero, desprezou esse conjunto de conhecimentos e de pessoas que produziam e repassavam.

Corrêa e Maneschy (2017) apontam que a prática da agroecologia pode ser considerada uma forma muito importante de sustentabilidade na agricultura, e para além disso, passou a constituir-se como uma ciência da “complexidade, pois rompe as barreiras da Agronomia e da Ecologia e faz ponte para o diálogo entre o saber popular e científico.

Siliprandi (2015) também defende que a agroecologia é uma proposta de incorporação dos sujeitos sociais, como produtores do conhecimento a ser gerado, e não só os cientistas. Uma vez que, uma das principais premissas da agroecologia é a coevolução dos sistemas biológicos e sociais, através de processos de tentativas e erros dos agricultores camponeses, indígenas. Essa coevolução teria sido captada pelos agricultores através da cultura. Por isso é necessário produzir uma relação dialógica horizontal, entre investigador e investigado, que valorize os sujeitos sociais, fazendo emergir um sentido sociocultural nos processos sociais e naturais.

Ainda assim, para Silva, Giordani e Bezerra (2021) a agroecologia é um campo de conhecimento que pode ser dividido em três dimensões: Ciência, Prática e Movimento Social, conceito que se estende desde a utilização do solo até os debates sociais sobre direitos humanos, por isso é latente na agroecologia o potencial de promover novas relações da sociedade com a natureza.

Já na qualidade de movimento social, a agroecologia é explicada da seguinte maneira: defende a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a equidade de gênero, relações mais equilibradas entre o rural e o urbano, sistemas curtos de comercialização, economia solidária, diversidade de sementes e de raças nativas, justiça social e alimentos saudáveis (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

Nesse sentido, é fundamental discutir as relações de poder que se expressão no meio rural. As desigualdades e as opressões que permeiam as relações sociais e as relações de poder determinam o vínculo das mulheres como os meios de produção, com os recursos ambientais, e a participação delas nos espaços de decisão sobre a sociedade (Siliprandi, 2015).

Para avançar nessas questões precisa-se discutir o modelo dominante de desenvolvimento capitalista globalizado que é concentrador de poder e de recursos, fomenta desigualdades de toda ordem e destrói o meio ambiente. O movimento feminista tem contribuído para ver criticamente esse modelo e seus efeitos. Um novo modelo de desenvolvimento depende também dos movimentos de mulheres (Castro; Abromovay, 2005).

Como a agroecologia possui uma visão sistêmica, enquanto prática, ciência e movimento social, busca romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural, baseado em monocultivo, latifúndio e exclusão social, nesse sentido, se contrapõe ao modelo capitalista de produção (Ferreira, 2011). A autora ainda explica que:

[...] Na agricultura camponesa, a agroecologia se expressa como resistência ao modelo de desenvolvimento em vigor e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos. Representa uma resistência à dependência, à falta de autonomia dos

camponeses frente ao capital, representa resistência à promoção do agribusiness. Isso confere aos processos agroecológicos um caráter emancipatório. A agroecologia pode ajudar as mulheres camponesas - assim como ao conjunto dos camponeses - a construir maiores níveis de autonomia a partir do conhecimento, e abrindo espaço para que as mulheres conquistem seu poder” (Ferreira, 2011).

As mulheres agricultoras desenvolvem trabalhos produtivos que geram renda direta e indiretamente para a manutenção da família. Possuem protagonismo, mas pouca representatividade nos espaços decisórios, pois assumem a responsabilidade de trabalhar nas diversas esferas encarando tripla jornada, por vezes sobrecarregadas para garantir a manutenção do núcleo familiar e do desenvolvimento da agricultura familiar. É através de grupos sociais organizados que encontram espaços para tratar sobre as opressões que lhes atingem (Meus; Ethur, 2021).

Dadas essas relações de poder, e as relações desiguais entre homens e mulheres, deve-se aprofundar o debate, uma vez que essas relações não são naturais, são socialmente construídas é necessário possibilitar meios para romper ou alterar as relações quando forem necessárias, mas não é tão simples, não ocorrerá de forma automática, aliás é um processo conflituoso, uma vez que homens e mulheres reproduzem a “cultura da dominação masculina” (Ferreira, 2011).

Nesse sentido, Nascimento e Mota (2020) também destacam que o conceito de autonomia envolve relações de poder que são construídos para que seus interesses de alguns sejam atendidos. A autoras explicam que “No meio rural as relações de poder estão associadas imaginariamente à separação entre a esfera da produção, ligada à produção de mercadorias (valor de troca) e a da reprodução atribuída às mulheres no interior da casa (valor de uso)”.

Nesse contexto, a construção do conhecimento agroecológico está intrinsecamente ligada à capacidade de leitura e interpretação das camponesas e camponeses nos espaços em que trabalham, vivem e produzem. É um espaço frutífero para a desnaturalização da superioridade masculina, no que se refere ao reconhecimento do papel econômico, social, e cultural que as mulheres desempenham e os motivos pelos quais esse reconhecimento não é alcançado (Ferreira, 2011).

Quando se trata dos desafios enfrentados pelas mulheres é comum perceber a discussão em torno do conceito de autonomia, umas das pautas mais debatidas dentro dos movimentos feministas. Para Nascimento e Mota (2020), a autonomia é fundamental a ser garantida ao ser humano, pois essa é uma característica essencial humana e nas relações que ele desenvolver. A autonomia é a capacidade de conduzir conforme as suas próprias regras e

de afirmar suas escolhas. A autonomia é poder decisório, organização do trabalho, é uso dos recursos provenientes do trabalho, e a autonomia física é decisões do próprio corpo.

Para as agricultoras familiares a agroecologia se apresenta como alternativa para alcançar autonomia e empoderamento, através dos intercâmbios e sistematizações de experiências. Essas ações se revelam importantes ferramentas de inovação agroecológica no processo de empoderamento das camponesas. Fazendo com que o conhecimento em agroecologia avance através da integração dos saberes. Sistematizar é uma forma de analisar a experiências, também melhora a comunicação entre elas, sendo também uma forma de teorizar a prática (Ferreira, 2011). Sobre os intercâmbios de experiências a autora também afirma:

[...] Intercambiar experiências sobre os mais distintos temas, assuntos e ações traz força às mulheres. Possibilita o diálogo sobre os desafios, as conquistas, permitindo que as mulheres não se sintam isoladas. Permite que percebam que seus problemas são bem parecidos aos de outras mulheres. Nos intercâmbios, as camponesas são chamadas e desafiadas por outras mulheres a seguir novos caminhos, romper barreiras, são estimuladas a deixar para traz muitos de seus medos. À medida em que as experiências das mulheres são sistematizadas, os problemas, as potencialidades e resultados são refletidos; e uma nova concepção da realidade é construída (Ferreira, 2011, p. 55).

Nascimento e Mota (2020) também afirmam que há consenso entre os estudiosos que a autonomia precisa de suporte financeiro, há dificuldade de conquistar a autonomia na ausência do suporte financeiro. A autonomia e os aspectos econômicos se inter-relacionam. As atividades produtivas contribuem para a geração de renda, portanto reconhecer a contribuição à economia das mulheres e reposicionar economicamente a mulher pode propiciar o reconhecimento social e autonomia as trabalhadoras. Sendo assim, a autonomia permite que as mulheres definam seus próprios objetivos e ajam em consequência deles (Nascimento; Mota, 2020).

A questão da autonomia provoca uma reflexão acerca do empoderamento, sendo para Ferreira (2011) um processo de interno e externo de valorização da vida e do trabalho das mulheres camponesas. Esse processo depende do espaço social no qual as mulheres estão inseridas, das condições externas que facilitem mudanças em prol do empoderamento feminino e do reconhecimento delas mesmas sobre a importância da vida e do trabalho que elas desempenham.

Nesse sentido, juntas podem lutar por melhores condições de vida conquistando autonomia, autoestima e empoderamento. Através da agroecologia, pelo fato de haver uma positiva dinâmica de correlação que permitem as camponesas alcançarem o que buscam.

2.5 Políticas ambientais e protagonismo das mulheres

Cabe à mulher muito trabalho e não há reconhecimento do trabalho desempenhado, mas há participação ativa na renda familiar, o trabalho não remunerado da mulher encontra-se na raiz das desigualdades (Meus; Ethur, 2021). As autoras explicam que acúmulo das funções e as desigualdades impostas devido a diferença de gênero, inviabiliza o seu trabalho e inferioriza a sua atuação enquanto protagonista no processo de desenvolvimento local. O protagonismo feminino também está nas lutas sociais travadas através dos movimentos sociais que conquistaram políticas públicas para mulheres.

Através das lutas sociais as mulheres conquistaram políticas públicas sociais e principalmente ambientais. Com relação à essas conquistas das mulheres no Brasil, destaca-se que em 1993 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural após intensa mobilização de trabalhadores rurais e entidades do setor que em 1996 foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e apoiava inicialmente apenas ações de custeio da produção, passando a apoiar também ações de investimento e ampliando o público a ser assistido. Assim, em 2002 foi criado o PRONAF mulher “para investimento em atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse desde que se enquadre na categoria agricultora” (Brumer; Spanevello, 2012, p. 95).

Conferências, fóruns e outros eventos em torno da temática socioambiental têm ocupado lugares de destaque nas pautas governamentais das últimas décadas, principalmente a partir da ECO-Rio 92 – Conferência Internacional de Meio Ambiente que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1992, e marcou o crescimento da tomada de consciência da necessidade de gerir melhor o planeta e as relações norte-sul por meio do desenvolvimento sustentável (Flores, 2021).

Os movimentos sociais de mulheres começaram a figurar nacionalmente a partir da RIO 92, com a Coalizão de Mulheres Brasileiras para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Corral *et al.*, 1997) a partir das organizações de mulheres que tratavam da temática saúde e direitos reprodutivos.

Não por acaso, neste mesmo evento foi criado o “Planeta Fêmea” - um espaço de reflexão das mulheres sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e outras redes e organizações sociais (Flores, 2021).

No Planeta Fêmea, mais que inclusão e chamada para o atendimento de suas necessidades, foi discutido a partir de uma perspectiva feminista o combate à pobreza, a

importância do local para defesa dos recursos naturais, sobre o alerta sobre as relações Norte – Sul e sobre o “caráter predatório dos estilos de consumo vindos do Norte, bem como o respeito da importância de monitoramento da ação das transnacionais sobre o emprego e o uso dos recursos naturais”, além de tratar sobre os assuntos relacionados à violência institucional e doméstica. A partir disso, as mulheres tomam impulso, em conjunto com o movimento feminista internacional, e com isso foi incluído na agenda 21, um capítulo sobre as necessidades das mulheres e a sua importância para um desenvolvimento sustentável e equitativo (Castro; Abramovay, 2005).

Ainda segundo as autoras Castro e Abramovay (2005), no Brasil, as políticas de gênero ocorreram de forma mais contundente somente a partir de em 8 de março de 1996. Foram organizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no Ministério da Justiça, as tratativas para a implementação de propostas das Plataformas de Ação da Conferência de Beijing, sobre saúde, trabalho, violência e educação. As autoras lembram que no Brasil o movimento de mulheres constituiu a Coalizão de Mulheres Brasileira para o meio ambiente e o Desenvolvimento e como temática central para ser discutida escolheu População e Meio Ambiente e destaca que essa temática justificou a coordenação do Tratado das ONGs sobre o meio ambiente, segurança alimentar e desenvolvimento durante a ECO-92 e a continuidade de um protagonismo que foi se expandindo a outros eventos.

A partir disso, organização das mulheres trabalhadoras rurais tem se manifestado em diferentes grupos, divididos por regiões geográficas ou associações sindicais. Movimentos como o Movimento das Margaridas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Indígenas, vinculados a diversas correntes sindicais e políticas, têm desempenhado um papel crucial na construção e consolidação das identidades políticas e no reconhecimento público das mulheres camponesas e das comunidades rurais (Flores, 2021).

Essas trabalhadoras possuem estratégias de valorização das potencialidades locais, e que em coletividade constroem processos que “impulsionam um novo padrão de crescimento econômico que contrarie as lógicas de exclusão socioeconômica e política”, observando que a desigualdade de gênero estabelece um preconceito na sociedade, fazendo caber exclusivamente à mulher o cuidado da casa, dos filhos e do marido, e as atividades agropecuárias passam a ser uma extensão do papel de cuidadora que a mãe e dona de casa exercem (Meus; Ethur, 2021).

Esses movimentos coordenados realizam mobilizações, participam de lutas específicas, promovem processos de capacitação, divulgam o trabalho das mulheres e das

comunidades rurais, e contribuem para o desenvolvimento local. Além disso, a pressão exercida pelos movimentos de mulheres rurais tem levado o governo federal do Brasil a criar políticas públicas direcionadas para a produção e comercialização de alimentos (Flores, 2021).

Através do movimento agroecológico, que estabeleceu as bases para influenciar uma agenda de políticas públicas, com as mulheres desempenhando um papel fundamental nesse processo. No âmbito federal, uma série de programas, projetos e ações têm contribuído para promover a agroecologia e a produção orgânica. Destaca-se o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais dentro do Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Na elaboração do PNAPO, foi possível contemplar importantes dinâmicas em andamento, promovendo a articulação e o fortalecimento de programas já existentes no governo federal relacionados à produção, aos mercados, à geração de conhecimento, à educação e às políticas específicas para a juventude e as mulheres no contexto agroecológico (Canavesi; Moura; Souza, 2016).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender de que maneira as conexões entre o trabalho das agricultoras familiares e a preservação da natureza ocorrem, analisando as ações dos movimentos sociais de mulheres do Movimento Sem-terra (MST) e do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) e suas contribuições para o desenvolvimento local, a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate da desigualdade de gênero, com a finalidade de contribuir com a criação de políticas públicas.

3.2 Objetivos específicos

- Compreender a relação das agricultoras familiares-natureza a partir das organizações de agricultoras familiares no nordeste paraense, identificar suas pautas, caracterizar as atividades produtivas, e as dinâmicas dos papéis de gênero;
- Identificar as estratégias de mobilização para acessar às políticas públicas relacionadas as atividades produtivas desenvolvidas no nordeste paraense pelas agricultoras do Movimento Sem-terra (MST) e do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA);
- Elaborar um diagnóstico sociopolítico ambiental a partir das práticas e estratégias caracterizadas, que auxilie os movimentos de agricultoras do MST e do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) quanto à compreensão sistemática de suas atuações.

4 METODOLOGIA

A primeira etapa da metodologia consistiu em uma extensa revisão de literatura sobre temas centrais para a pesquisa, que utilizou uma abordagem qualitativa (Richardson et al., 2012), técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Os temas centrais foram sobre agricultura familiar, ecofeminismo, movimentos sociais, agroecologia, divisão sexual do trabalho, agrobiodiversidade, cartografia participativa, Marcha das Margaridas, gestão de recursos naturais e desenvolvimento local, todos com enfoque na Amazônia. Esta revisão forneceu uma base teórica que contextualizou o estudo dentro das discussões acadêmicas.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente, combinando revisão de literatura, com os dados obtidos na pesquisa de campo, a partir das entrevistas, do levantamento das principais pautas abordadas pelas agricultoras, e na oficina de cartografia participativa, o que garantiu condições de analisar os resultados, proporcionando uma compreensão aprofundada e multifacetada das dinâmicas dos movimentos de mulheres pesquisados.

- **ÁREA DE ESTUDO**

Foram escolhidos dois grupos formados por agricultoras familiares engajadas em construção coletiva por novos horizontes econômicos, ambientais e sociais na Amazônia. O primeiro grupo é de agricultoras familiares que compõem o Movimento Sem Terra (MST) e o segundo grupo é o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA). A escolha por pesquisar dois grupos surgiu na pesquisa exploratória ocorrida no período de agosto de 2021 a março 2022 na “Feira da cultura alimentar da Rede Bragantina”, que comercializa a produção dos agricultores do Nordeste Paraense; e na “Feira da Reforma Agrária” que comercializa a produção vinda dos assentamentos do Movimento Sem Terra, que abastece a Região Metropolitana de Belém.

A partir do contato com uma das lideranças da Rede Bragantina foi possível conhecer o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) e posteriormente a permissão ao acesso às reuniões e eventos do grupo, e assim, ampliou-se a base de dados e experiências para essa pesquisa.

Após o contato com as lideranças dos dois grupos foi possível fazer a pesquisa de campo nos eventos, reuniões, manifestações e no assentamento Abril Vermelho. O método utilizado na pesquisa de campo foi a observação (Richardson et al., 2012), o que possibilitou a

compreensão e sistematização das principais pautas e reivindicações feitas pelas mulheres através dessas organizações. Além disso, foi aplicada uma entrevista com 24 (vinte quatro) agricultoras, sendo 9 (nove) agricultoras do Assentamento Abril Vermelho selecionadas a partir do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), e 15 (quinze) agricultoras que fazem parte do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense-MMNEPA. Para as entrevistas foi utilizado um roteiro do tipo semiestruturado (Apêndice A) contendo perguntas para conhecer o perfil das mulheres, as atividades produtivas e a relação delas com a natureza. O levantamento dos produtos da agro biodiversidade foi com base no conhecimento local das agricultoras.

Dada a amplitude dos movimentos, foi necessário selecionar uma amostra específica em cada grupo. No grupo das agricultoras do MST/PA, foram entrevistadas 9 (nove) agricultoras do Assentamento Abril Vermelho, todas residentes e trabalhadoras do local, dessa maneira foi possível conhecer com mais detalhes alguns aspectos da realidade local, conhecer os lotes em que residem e trabalham, e acompanhar as atividades produtivas. Inclusive identificar que nem todas as agricultoras do Abril Vermelho participam do grupo de mulheres do MST/PA.

Durante a pesquisa no Assentamento Abril Vermelho também foi conduzida uma oficina de cartografia participativa com a participação de 12 (doze) pessoas, agricultores e agricultoras. Esta oficina visou mapear e discutir coletivamente as experiências, desafios e perspectivas das mulheres envolvidas nos movimentos sociais e na agroecologia. A oficina proporcionou aos participantes reconhecer e valorizar suas trajetórias e experiências no assentamento. A oficina resultou duas cartografias participativas que

No Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) a amostra selecionada teve uma maior quantidade de entrevistadas, em relação ao grupo do MST, pois visou conhecer as experiências e atividades produtivas dos municípios do Nordeste Paraense de maneira diversificada, uma vez que o MMNEPA é uma organização que reúne 700 mulheres (dado informal) de 14 municípios do Nordeste Paraense.

As entrevistas foram feitas durante acompanhamento das reuniões e eventos, em conversa informal.

- **MARCHA DAS MARGARIDAS**

A Marcha das Margaridas é uma mobilização social que ocorre em Brasília/DF, liderada pelas mulheres da Confederação Nacional de Trabalhadoras Rurais Agricultores e

Agricultoras Familiares (CONTAG), que abrange 27 federações e mais de 4 mil sindicatos filiados. Esta mobilização é realizada em parceria com movimentos feministas e de trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais. Seu objetivo é alcançar visibilidade, reconhecimento social e político, cidadania plena e garantir os direitos das mulheres. O processo de construção da marcha envolve debates formativos, proposições, ações e pressão política, ocorrendo nas comunidades, municípios e estados a cada 4 anos, desde 2000 (Cavalcante *et al.*, 2023).

Através da caravana de mulheres do Partido Socialista (PSOL), foi possível fazer a pesquisa de campo na Marcha das Margaridas de 2023 em Brasília. São dois dias de programação, no primeiro dia há diversas atividades, plenárias, oficinas, oportunidade em que as mulheres trabalhadoras rurais de todo país se encontram em um grande intercâmbio cultural, de experiências, saberes, discutindo os principais desafios enfrentados como mulheres e trabalhadoras rurais, pensando e debatendo políticas públicas. No segundo dia da programação ocorre a Marcha das Margaridas, em que as mulheres defendem as pautas que entregaram ao Governo Federal. Durante a programação que antecedeu o dia da Marcha foram priorizadas as atividades que abordavam temas relacionados à Amazônia e aos movimentos de mulheres, com o intuito de compreender os cenários de mobilização, e seus desdobramentos para o trabalho das agricultoras familiares do Nordeste Paraense.

- PRODUÇÃO DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA

Para a oficina, foram utilizadas duas cartas-base: a primeira mostrando a localização do PA Abril Vermelho e a segunda mostrando a localização do município de Santa Bárbara, onde o assentamento está situado. A primeira carta-base foi utilizada para entender melhor o PA e identificar os usos do solo. Essas cartas foram elaboradas pelo Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC) do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA).

A oficina foi guiada por perguntas sobre os usos do solo. Após as perguntas iniciais, as participantes localizaram as respostas nas cartas-base, sinalizando com caneta e papel adesivo o que foi perguntado. Após a coleta das informações, foi feito o registro fotográfico dos mapas com essas informações.

No final da oficina de Cartografia Participativa, o material produzido foi apresentado ao LARC para discussões e orientações sobre os dados obtidos. Após meses de reuniões,

análise do material, elaboração e correção dos mapas, foram elaboradas duas Cartografias Participativas pelo referido laboratório.

A metodologia adotada permitiu uma imersão nas realidades vividas pelas mulheres envolvidas nos movimentos sociais e agroecológicos no Pará, garantindo a relevância e a aplicabilidade dos resultados obtidos. A abordagem qualitativa, centrada nas experiências das participantes, foi essencial para capturar a complexidade do contexto pesquisado.

- CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA

A pesquisa desenvolvida foi devidamente cadastrada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), cujo foco é assegurar a segurança, proteção e garantia dos direitos dos participantes envolvidos. O CEP avalia e monitora a conformidade ética dos projetos de pesquisa, garantindo que os direitos dos participantes sejam respeitados e protegidos em todas as etapas.

A maior parte dos processos relacionados à análise ética ocorre em um ambiente eletrônico, facilitado pela Plataforma Brasil. Esta ferramenta eletrônica permite o cadastro, acompanhamento e análise dos projetos de pesquisa, promovendo eficiência e transparência no processo de avaliação ética. E foi por meio da Plataforma Brasil, que a presente pesquisa foi cadastrada para análise e acompanhamento do CEP.

5 CONHECENDO OS MOVIMENTOS E AS MULHERES DO MST E MMNEPA

5.1 Introdução

A luta por justiça social e igualdade têm sido uma constante na história brasileira, as organizações de movimentos sociais desempenham um papel fundamental nesse cenário. Em se tratando de Amazônia, região da qual o estado do Pará faz parte, onde a concentração fundiária e as desigualdades sociais são evidentes, e se entrelaçam (Vilhena; Ferreira; 2020).

As temáticas ambientais e de gênero têm permeado as discussões das trabalhadoras rurais dentro dos movimentos de mulheres. O movimento feminista tem contribuído para ver criticamente o modelo dominante de desenvolvimento capitalista globalizado que é concentrador de poder e de recursos, fomenta desigualdades de toda ordem e destrói o meio ambiente. Acredita-se que um novo modelo de desenvolvimento depende também dos movimentos de mulheres (Castro; Abromovay, 2005).

Nesse sentido, discute-se o papel social que a mulher agricultora familiar desempenha na sociedade, ao perceber que as mulheres estão à frente das funções que alimentam o mundo, desde o cultivo, comercialização e o preparo. Além de serem maioria a servir refeições nas esquinas das cidades, nas instituições, nas residências cozinhando e servindo. Os sistemas alimentares locais proporcionam a base para nutrição, renda, economia e cultura das pessoas. Esses sistemas formam uma rede de organizações, cada um atuando em diferentes setores da cadeia: produção, armazenamento e distribuição. As mulheres estão presentes em toda a cadeia, constituem a maioria do trabalho dos sistemas alimentares e contribuem significativamente para a economia local e segurança alimentar (Pimbert, 2009).

As agricultoras sofrem Violência Colonial, de Raça e Gênero, enquanto modo de produção hegemônico se sustenta, aproveitando destas opressões, mantendo as mulheres invisibilizadas, oprimidas e exploradas por um sistema socioeconômico (Nogales, 2019) assentado em uma matriz colonial de poder (Freitas; Martins; Sena, 2022).

Esse sistema pressiona e não permite que outros pensares existam ou evolam. Trata-se de uma sociedade estratificada, hierarquizada, reflexo de um processo de colonização, que reflete nos conflitos de terra, na dominação e exploração da natureza e do corpo da mulher (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021), mas elas têm buscado maneiras de resistir a opressão e uma delas é se organizando.

É fundamental identificar esses grupos para compreensão das lutas, os desafios e estratégias produtivas adotadas por elas, pois elas propõem como proposta para suas lutas a

agroecologia e a reforma agrária popular de base agroecológica. Procura-se compreender como isso está sendo construído (Vilhena; Ferreira; 2020).

Observa-se que as agricultoras buscam condições de pertencer na sociedade dignamente, usufruindo de seus direitos básicos, a partir dos movimentos que participam. O presente capítulo busca compreender a relação das agricultoras familiares com a natureza, identificando as organizações em que as agricultoras familiares do nordeste paraense participam, suas pautas e caracterizar as atividades produtivas e as dinâmicas dos papéis de gênero.

5.2 Material e métodos

A pesquisa teve abordagem qualitativa (Richardson *et al.*, 2012) e mobilizou-se técnicas de pesquisa documental e bibliográfica para buscar informações sobre a história dos movimentos sociais de mulheres ligadas à defesa do meio ambiente, suas atuações, lutas e conquistas.

Foram escolhidos grupos formados por agricultoras familiares engajadas em construção coletiva por novos horizontes econômicos, ambientais e sociais na Amazônia a partir do Movimento Sem-terra (MST) e do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) que têm em comum, além do trabalho, o território, estão localizadas na região do Nordeste Paraense, possuem uma agenda política voltada para mulheres, participam de espaços comuns, como nas feiras e na Marcha das Margaridas.

Destaca-se também a diferença que há entre os dois grupos, o grupo de mulheres do MST é parte de um grupo maior, misto, de atuação nacional e que não possui terras, já o MMNEPA é um grupo local e que possui terras.

A Região onde estão localizadas é a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará, sofreu devastação e alterações intensas em sua vegetação original. A aceleração da antropização ocorreu com o desmatamento para a construção da rodovia Belém-Brasília, parte do Programa de Integração Nacional, que visava fixar populações na Amazônia. Na mesma época, o extrativismo madeireiro, a extração mineral e a agropecuária foram determinantes nas mudanças da paisagem amazônica (Cordeiro; Arbage; Schwartz, 2017).

Desde os anos sessenta que a região tem sofrido com mudanças profundas a partir dos programas oficiais de colonização, como as políticas de incentivos fiscais, construção de rodovias, migração, entre outros. A medida em que os eixos rodoviários se instalavam, ligando a região ao resto do país, para desenvolver novos mercados, aumentou o fluxo de

peças e aumento demográfico e dessa forma implicou em alterações no meio natural (Alves; Mota, 2012).

Até 2015 o território desmatado da região era de 56%, e uma das principais atividades responsável era a expansão da agropecuária (Coelho *et al.*, 2018). Essa nova dinâmica, com grande fluxo migratório, desencadeou uma forte pressão sobre o solo, e se formou um “‘modelo’ agrícola pautado na extração madeireira, pecuária extensiva e agricultura de corte e queima com uso contínuo das mesmas áreas, onde a cada ano reduzia-se o período de pousio, formando áreas com pouca diversidade agroecossistêmica”. Ou seja, o histórico da região é de uma área antropizada, com supressão vegetal em grandes áreas de florestas primárias, para retirada de madeiras, formação de pastagens, além da sobrecarga demográfica (Alves; Mota, 2012).

No entanto, essa região é de grande importância ecológica, pois segundo o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), a região possui 71% do território considerado como sendo de prioridade ‘extremamente alta’ e ‘muito alta’ para a conservação da biodiversidade (Coelho *et al.*, 2018).

Apesar das intensas mudanças ao longo das décadas, os agricultores familiares da região praticamente não utilizaram agrotóxicos e adubos químicos em suas áreas de cultivo, o que ajudou a minimizar os danos à saúde e ao meio ambiente (Cordeiro; Arbage; Schwartz, 2017).

Neste sentido, foi realizada pesquisa exploratória no período de agosto de 2021 a março 2023 na “Feira da cultura alimentar da Rede Bragantina”, que comercializa a produção vinda do Nordeste Paraense; e na “Feira da Reforma Agrária” que comercializa a produção dos assentamentos do movimento sem-terra vindos da Região Metropolitana de Belém.

A metodologia utilizada foi fundamentada na observação (Richardson *et al.*, 2012) e para sua implementação foram realizadas visitas de campo, entrevistas, acompanhamento de reuniões e ações que as agricultoras desenvolveram entre os anos de 2022 e 2023.

A pesquisa de campo ocorreu nas reuniões, ações e debates que as mulheres do MST no Pará promoveram e organizaram em quatro ocasiões: 1) 8 de março de 2022, na ocasião as mulheres se reuniram para discutir a temática “Terra, Trabalho, direito do Existir”; 2) Dezembro de 2022, no espaço do Armazém do Campo (empório do MST que nesse período estava em construção), ocasião em que as mulheres promoveram a feira da reforma agrária para levantar recursos para terminar a obra do espaço; 3) 5 a 8 de março de 2023 na Jornada Nacional das Mulheres Sem Terra, cujo tema foi “O agronegócio lucra com a fome e violência. Por terra e democracia, mulheres em resistência”; 4) Duas visitas ao Assentamento

Abril vermelho, localizado em Santa Bárbara, em outubro de 2023. Pois, segundo a coordenadora do assentamento, possui diversas unidades com experiências agroecológicas bem avançadas que produzem variedade de produtos comercializados nas feiras agroecológicas de Belém.

O Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) foi identificado na pesquisa de pré-campo junto a Rede Bragantina, e, por ser uma organização que há 30 anos articula mulheres da região do Nordeste Paraense, região de grande produção de alimentos vindo da agricultura familiar, foi escolhido como grupo de mulheres a ser estudado. Com este grupo foram quatro encontros, sendo o primeiro on-line (período de pandemia da Covid-19) e três encontros presenciais que ocorreram na sede do MMNEPA, na cidade de Capanema, a saber: 1) 19 maio de 2022, na ocasião as mulheres estavam reunidas para tratar da temática “Mulheres na Política”; 2) 22 de junho de 2023; e 3) 23 de junho de 2023, em que ocorreu o II módulo de formação de política.

Nessas ocasiões da pesquisa de campo se utilizou um roteiro para entrevistas do tipo semiestruturado, direcionado às trabalhadoras da agricultura familiar, em que as principais perguntas foram destinadas ao conhecimento do histórico do grupo, da trajetória de cada entrevistada no movimento, sobre a produção da unidade familiar, comercialização dos produtos, entre outras (Apêndice A).

5.3 Seleção de informantes chaves e entrevistas

Para o desenvolvimento da pesquisa e levantamento de dados de campo foram selecionados informantes chave de lideranças dos movimentos para acompanhamento dos encontros e viabilizar o contato com as agricultoras.

No caso do MST Pará, o contato foi a sua dirigente nacional no estado e a liderança do movimento no Assentamento Abril Vermelho que viabilizou as entrevistas com nove agricultoras. No caso do MMNEPA o contato ocorreu com a coordenadora do movimento que viabilizou o contato com as 13 agricultoras entrevistadas.

As informantes chave foram entrevistadas por seu conhecimento especializado e experiência prática no assunto da pesquisa. Elas são figuras importantes nos movimentos sociais em questão e forneceram informações valiosas sobre a dinâmica, história, atividades e objetivos do movimento. As entrevistas foram conduzidas de forma respeitosa e ética e permitiram que expressassem suas opiniões, experiências, desafios e perspectivas, essenciais para a análise dos dados e compreensão do contexto do movimento.

Ao entrevistar trabalhadoras da agricultura familiar, a pesquisa obteve informações sobre condições de vida, trabalho, renda, organização para a produção de alimentos e como as relações de gênero e poder influenciam suas vidas e a gestão dos recursos naturais. Foram utilizados dois formulários: um para agricultoras do MST/PA e outro para as do MMNEPA. As entrevistas com líderes foram feitas a partir de conversas informais e com auxílio de um pequeno roteiro.

5.4 Resultados e discussão

5.4.1 O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu formalmente em janeiro de 1984, a partir de um ciclo de protestos no fim dos anos 1970 (Porto-Gonçalves, 2005). Diversos processos antecederam a constituição do Movimento, que teve origem na região sul do Brasil (Stédile; Fernandes, 2012).

Três fatores proporcionam a criação do movimento: a modernização da agricultura nos anos 1970 e todas as transformações socioeconômicas relacionadas ao avanço do capitalismo no ambiente rural, incentivado pelos governos militares; O trabalho da Comissão da Pastoral da Terra que aplicou a Teoria da Libertação na prática, organizando e conscientizando os trabalhadores vítimas da modernização a lutarem pela terra; e a criação de espaço de luta política no período da ditadura militar (Leite; Dimenstein, 2010). No Pará a territorialização do MST ocorreu em 1989. Em 1990 fez a sua primeira ocupação no estado, que aconteceu no município de Conceição do Araguaia no Sudeste Paraense, cerca de 100 famílias ocuparam uma área de fazenda, assim iniciou as ações do MST no Pará (Fernandes, 2020).

A participação das mulheres dentro do movimento, é resultado da mobilização de comissões e coletivos de mulheres do MST que passaram a estudar e pesquisar sobre gênero em 1990 e, no encontro nacional do MST de 2000 foi criado o setor de Gênero, com o intuito de debater gênero “nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres”. Dessa maneira elas conseguem incluir linhas políticas com perspectiva de gênero dentro do movimento, como por exemplo, a que determinam a participação de 50% das mulheres em todos os espaços do Movimento nas instancias (Mafort, 2014).

Essa norma do Movimento permitiu que o Pará tivesse uma mulher na liderança que representasse as demandas das mulheres nos espaços decisórios, dividindo igualmente a direção nacional com um outro companheiro do sexo masculino. Dessa maneira, as integrantes encontram mais uma forma de fortalecer o Movimento, sendo um espaço mais democrático e representativo.

5.4.2 O Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA)

O Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), é uma organização constituída por mulheres do Nordeste Paraense, criado em 1993, com formalidade jurídica em 1997. A Sede do MMNEPA está localizada no município de Capanema no Estado do Pará.

O grupo é composto por mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas, extrativistas artesanais, e trabalhadoras urbanas do Nordeste Paraense e tem por objetivo trabalhar pela qualidade de vida das mulheres, promovendo e articulando a participação das mulheres e famílias em formação e participação política, nas mobilizações, sindicalização, regularização documental, seguridade, garantir os direitos previdenciários, salário maternidade e aposentadoria, formação sobre questões de gênero, combate à violência, promoção da agroecologia, e geração de renda (MMNEPA, 2022).

O movimento articula para que as trabalhadoras tenham acesso à assessoria técnica rural para o fortalecimento da agricultura familiar e produção de alimentos, visando a comercialização e a segurança alimentar. A organização se declara feminista, aglutinadora de mulheres que tem como missão fortalecer as mulheres do Nordeste Paraense para superar as desigualdades sociais e de gênero, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Visam superar as desigualdades sociais e alcançar equidade de gênero através do movimento.

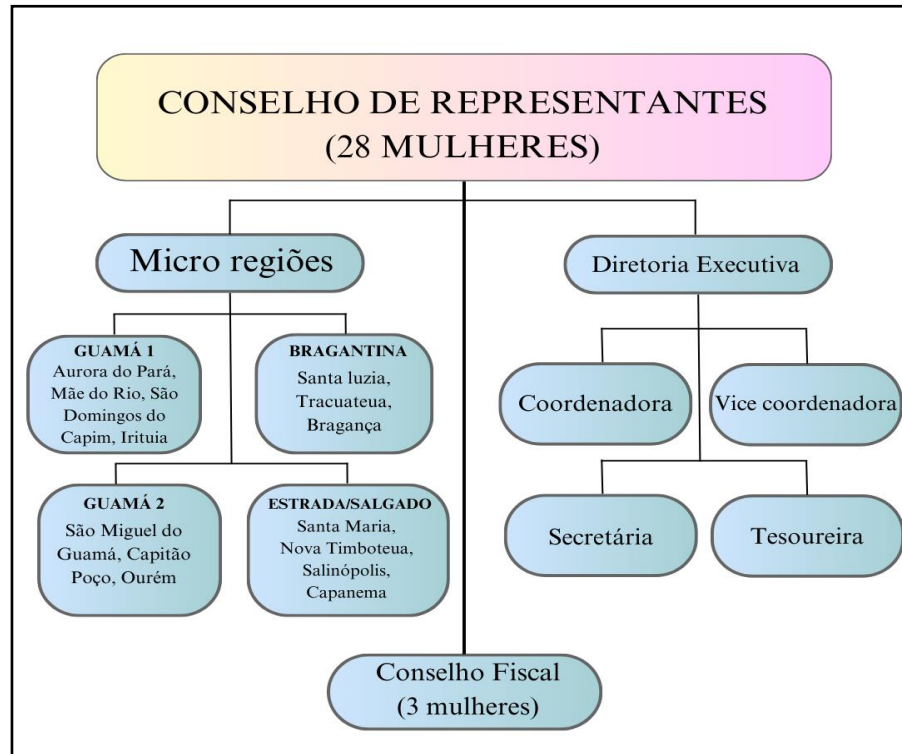
Destaca-se um trecho do documento “histórico MMNEPA”

[...] Nós trabalhadoras construímos a nossa própria organização e nossa história como sujeito da nossa própria vida e é por isso que seguiremos lutando em prol da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres, conquistando força política pela manutenção de direitos e conquistas à promoção de caminhos de mudança para um projeto popular para todos e todas” (MMNEPA, 2022).

No geral a organização reúne mulheres 700 mulheres (dado informal) de 14 municípios do Nordeste Paraense: Aurora do Pará, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Nova Timboteua, Ourém, Santa Maria do Pará, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, Salinópolis, São Miguel do Guamá, Tracuateua, organizadas em quatro

microrregiões: Guamá 1, Bragantina, Guamá 2 e Estrada/Salgado. A figura 01 demonstra a estrutura organizacional do MMNEPA.

Organograma 1- MMNEPA



Fonte: MMNEPA (2022).

5.4.3 Organização de mulheres do MST/PA: pautas e mobilizações

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) marca a trajetória de lutas sociais no Brasil. Com as profundas transformações provocadas pelo desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos, como a disputa violenta por terras, a concentração fundiária, a monocultura e sua pobre diversidade genética, a produção de transgênicos, entre outros, o campesinato se reinventa (Porto-Gonçalves, 2005).

A luta pela terra e pela reforma agrária é enfrentada de maneira diferenciada pelas mulheres. As agricultoras familiares possuem problemas com a dominação patriarcal que se reproduz tanto na sociedade, quanto nos assentamentos e acampamentos. Essa dominação patriarcal reflete nas relações sociais entre os sexos, permitindo as desigualdades entre homens e mulheres e isso é reproduzido de forma universal. Os movimentos feministas têm protagonizado as lutas e reivindicações dos seus direitos, em busca de igualdade social e de

gênero. A própria dinâmica da luta pela terra levou as mulheres a organizar ações que questionam as estruturas de poder dentro e fora do movimento (Santos; Picolotto, 2019).

São nos movimentos que elas trazem para o centro do debate dois temas que se entrelaçam, mas que muitos ignoram e/ou invisibilizam: os problemas ambientais que são decorrentes da insustentabilidade do sistema produtivo, pois não reconhecem a finitude dos recursos e a economia capitalista que é mantida pelo sistema produtivo se assenta sobre o trabalho não pago realizado pelas mulheres (Siliprandi, 2012).

No estado do Pará, as agricultoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se mobilizam, discutem e propõem ações que tratam sobre o combate à discriminação, desigualdade de gênero e toda dominação de classe, raça, etnia, gênero, violência contra mulher, enfrentamento ao agronegócio e aos agrotóxicos, conquista da reforma agrária popular, construção da agroecologia, conquistar políticas públicas, compartilhar a terra, plantar e enfrentar a fome.

Em reunião que ocorreu em 8 de março de 2022 em Belém do Pará (Figura 1), cujos lemas foram: “Terra, Trabalho, Direito de Existir” e “Mulheres em Luta não vão sucumbir”, estavam reunidas mulheres de diversos assentamentos do Nordeste Paraense, e iniciaram a conversar destacando que estavam em oposição ao governo federal do período (2019-2022) e que tinham o compromisso de combatê-lo nas eleições de 2022. Também convocaram as mulheres a participarem de ações coletivas contra despejos durante a pandemia, escrevendo cartas para o Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o “Despejo Zero”, para prorrogar a medida de despejo dos acampamentos.

Além disso, discutiram a necessidade de superar os processos de violência através de uma luta coletiva. Lembraram que as mulheres do campo começam a trabalhar desde a infância, desempenhando tarefas domésticas e do cuidado, frisando que se trata de um trabalho não reconhecido. Também analisaram as formas de alcançar seus objetivos considerando que há diferenças no tratamento entre homens e mulheres. Nesse sentido, foi dado ênfase na importância do intercâmbio de conhecimentos entre as mulheres, para que se fortaleçam coletivamente. Elas mencionaram também que a agroecologia é um projeto de vida promissor no contexto rural e é uma forma de enfrentamento aos desafios impostos pelo agronegócio e pelos agrotóxicos e alcançar autonomia.

As mulheres reforçaram que são protagonistas na produção de alimentos, que produzem e resistem na terra. Juntas trabalham para construir a soberania alimentar, cuidar da saúde coletiva, produzindo remédios e preservando o meio ambiente, inclusive através do cultivo de mudas para reflorestamento. Após a assembleia marcharam nas ruas da cidade para

reivindicar suas pautas. Segundo Prieto (2017), as reivindicações das mulheres provocam uma reflexão quanto a distribuição e acesso desigual dos recursos e o controle dos mesmos depende da classe, raça, gênero e etnia. Nesse caso o gênero é uma variável crítica para pensar o acesso e controle dos recursos naturais.

Siliprandi (2012) aponta que há décadas as agricultoras chamam atenção para a destruição da biodiversidade, água, recursos energéticos, que são seus meios de produção na agricultura, pois isso impacta diretamente as suas vidas. É dessa maneira que se observa que as pautas levantadas não se trata apenas de questão ecológica. A discriminação e a desigualdade de gênero refletem nas relações sociais, mas também na relação mulher e natureza. Um exemplo disso é a sobrecarga do acúmulo de funções, com as jornadas do trabalho produtivo, reprodutivo e do cuidado (pauta que levantaram na reunião), que provoca a ausência delas de espaços decisórios, em espaços que definem muita coisa que impactam a vidas delas, mas sem a presença das mesmas (Di Ciommo, 2003).

O Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Associação Nacional de Agroecologia – ANA (2018) destacou que para as mulheres do campo a agroecologia não se resume apenas à transição do modelo de produção, para elas há necessidade de enfrentar as contradições de classe, transformar as relações sociais entre homens e mulheres, combater o racismo e ressignificar as relações entre o campo e a cidade. Isso justifica quando elas disseram na reunião que a agroecologia é um projeto de vida.

A agroecologia traz a perspectiva de debater e buscar solucionar a questões ecológicas e sociais, se tornando umas das bandeiras do MST nos anos 2000 quando define no seu IV Congresso Nacional ações de fomento à agroecologia em assentamentos rurais, nesse momento o agricultor ganha destaque, pois seu conhecimento é protagonista nas ações do movimento e a terra passa a ganhar o aspecto ambiental, além do social e político (Vilhena; Ferreira; 2020).

É importante destacar que a motivação das mulheres de se organizarem não parte primeiramente de uma motivação específica sobre a relação do gênero com a destruição ecológica. O que ocorre é que suas lutas são respostas às opressões sofridas e sentidas por elas, respondendo as questões de classe, raça e de defesa dos seus interesses coletivos dos quais se sentem pertencentes (Prieto, 2017).

Dessa maneira, pode-se considerar que essas mulheres são portadoras de novos sentidos e propostas políticas. Elas ousam desafiar os padrões sociais (Siliprandi, 2000). Os registros da história mostram o papel mobilizador das mulheres. Elas estão à frente de muitas estratégias de diversificação da produção da produção nos sistemas agroextrativistas, nas

estratégias no cuidado com a saúde humana e do meio ambiente (Siliprandi, 2015). Isso foi identificado nas falas, propostas e ações das mulheres do MST Pará.

Foto 1 – Reunião das mulheres do MST, no 8 de março de 2022 (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Foto 2 – Reunião das mulheres do MST, no 8 de março de 2022 (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O feminismo e a agroecologia participam de um projeto de construção de uma nova sociedade. Ao compreender que a matriz das opressões sofridas pelas mulheres é a mesma que impede o acesso à terra, portanto, a produção de alimentos saudáveis, passa a ser uma das frentes de luta das mulheres do MST. Nessa direção, elas buscam alcançar a soberania dos povos sobre seus territórios, com soberania alimentar, que haja condições de produção e o consumo de alimentos saudáveis, a partir do manejo sustentável dos agroecossistemas, ao mesmo tempo que valorizam e reconhecem o trabalho dos homens e das mulheres, retribuindo economicamente de maneira justa e igualitária, visando a autonomia de todos (ANA, 2018).

Nesse sentido, as mulheres do MST estiveram à frente de mobilizações para fomentar a produção e comercialização da produção dos agricultores, promoveram feiras e eventos para levantar recursos e construir o espaço do Armazém do Campo, que vem a ser um espaço para escoar à produção dos assentamentos, comercializando os produtos naturais, os processados, os artesanatos e os acessórios como bonés, camisetas, bolsas, entre outros. Um empório com os produtos dos agricultores na capital Paraense.

A exemplo dessas iniciativas, no dia 03/12/2022 promoveram uma feira da reforma agrária com a finalidade de levantar recursos para a construção do Armazém do Campo – Pará (Fotos 3 e 4). Nessa oportunidade foi possível observar o engajamento das mulheres, as ações práticas, refletindo o que já vinham discutindo em reuniões, bem como identificar as ações do MST em prol da economia dos agricultores. Iniciativas como essas exemplificam como o MST se articula para promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar,

Além disso, o espaço da feira é lugar da diversidade alimentar que o movimento se propõe produzir, visando a valorização da produção local e da cultura alimentar, e também oportunidade de um comércio justo e solidário. Esses elementos podem ser relevantes para a análise da dinâmica econômica e social dos projetos de assentamento do MST e para a avaliação das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

Para Siliprandi (2011), temas como saúde e alimentação são pautas vinculadas aos movimentos de mulheres, para elas esses elementos são primordiais para a construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável no meio rural, baseado em alimentação saudável, em diversidade de alimentos, sem veneno, sem resíduos químicos, pois além de assegurar a saúde das pessoas, é uma forma de proteção do meio ambiente. A autora ainda reflete:

[...] A produção de alimentos voltada para o consumo interno, sem a dilapidação dos recursos naturais, pressupõe políticas de apoio à diversificação de cultivos, o monitoramento dos impactos ambientais das práticas agrícolas atuais, o estímulo a práticas conservacionistas com relação à biodiversidade e apoio aos circuitos locais de comercialização. Contrapõe-se, portanto, ao avanço das monoculturas e plantios extensivos, vistos como o símbolo de uma visão imediatista, equivocada e irracional de uso dos recursos naturais” (Siliprandi, 2011).

A feira da reforma agrária revela a diversidade alimentar de uma população que produz o seu próprio alimento (alimento saudável e local), promovendo a cultura alimentar e o cuidado com a biodiversidade. Também demonstra condições objetivas de um povo produzir e acessar alimentos, criando alternativas à dependência de oligopólios. “A produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, elas são inegociáveis e não podem depender de vontades políticas ou práticas conjunturais de governos ou empresas de outros países”. Para as organizações camponesas trata-se da soberania alimentar (Stédile; Carvalho, 2012).

Foto 3 – Feira da reforma agrária em dezembro de 2022 (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Foto 4 – Feira da reforma agrária em dezembro de 2022 (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Nos movimentos de mulheres o tema soberania alimentar é bastante discutido, pois representa a garantia do direito das agricultoras e agricultores de definir o que e como plantar, inclusive utilizando suas próprias sementes, sem o uso de sementes transgênicas, decidindo sobre a preservação e acesso aos bens naturais, a partir dos princípios da agroecologia, focando nos circuitos locais para comercializar a produção (Siliprandi, 2011).

Porém, para que isso ocorra, é necessária terra para produzir o próprio alimento e para as comunidades, por isso a luta pela reforma agrária (popular) é o caminho para que os pequenos agricultores estejam a frente da produção de comida. É necessário reconhecer que além dos alimentos garantirem o sustento e a saúde da população, ocorre o cuidado com a terra, com a água e com a biodiversidade, pois esses asseguram o trabalho dos agricultores (Altieri, 2010). E esse é uma das pautas centrais do movimento de mulheres.

Em março de 2023, ocorreu no Brasil a agenda de mobilizações do MST referente ao mês de luta das mulheres. Do dia 5 a 8, foi realizada a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra, que mobilizou ações em todo o país, ocorreu em 23 Estados mais o Distrito Federal (Brigida, 2023). Com o lema "O agronegócio lucra com a fome e a violência. Por Terra e democracia, mulheres em resistência", essa jornada teve lugar na Aldeia Cabana, em Belém - PA, reunindo trabalhadoras rurais de todo o estado do Pará que fazem parte do MST, que nomearam como acampamento pedagógico.

Durante esses dias organizaram e promoveram plenárias, reuniões, atividades culturais, construíram a caminhada até o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), diversas mobilizações e a marcha que finalizou na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), onde entregaram suas propostas de lei para as deputadas.

O lema destaca os principais aspectos dos debates e reivindicações: 1) A denúncia do agronegócio se sustenta a partir da concentração fundiária, da destruição ambiental e dos territórios; 2) A luta das mulheres pelo acesso à terra para plantar e alcançar a soberania alimentar. Com relação a essa atividade as fotos 5 e 6 ilustram como foi o acampamento pedagógico e a figura 6 é o registro da abertura oficial da Jornada, uma preparação ritualística apresentando os símbolos de luta, cores e cantos.

Foto 5 – Faixas da Jornada das mulheres no 8M de 2023 (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Foto 6 – Faixas da Jornada das mulheres no 8M de 2023 (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Foto 7 – Acampamento pedagógico da Jornada 8M de 2023 (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Foto 8 – Acampamento pedagógico da Jornada 8M de 2023 (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Foto 9 – Abertura da Jornada do 8M de 2023



Fonte: Setor de Comunicação MST/PA (2023)

Cumprindo o intuito da jornada, as mulheres reuniram-se em plenárias e mesas de debates (Foto 10) para discutir as principais pautas. Um dos aspectos mais enfatizados nesses espaços foi o trabalho do cuidado e doméstico. Apontaram que este trabalho é que sustenta a produção de capital. Além disso apontaram a exploração dos recursos naturais pela empresa Cargill, que impacta o meio ambiente, bem como a vida dos agricultores, em especial mulheres e crianças.

Para Leite e Dimenstein (2010) a exploração da natureza por empresas internacionais é o domínio do agronegócio. Essas empresas, além da explorarem a natureza através do monocultivos, também dominam a agricultura controlando os preços dos produtos, dos serviços e do mercado consumidor, dominam as sementes transgênicas, e que conseqüentemente possui o domínio tecnológico, controla a padronização dos alimentos e o controle da biodiversidade.

Um outro aspecto que as mulheres trataram foi a erosão dos sabores, disseram: “Estamos deixando de comer nossas comidas”. Essa questão atinge todos os meios da sociedade, pois se refere à mudança no modelo de consumo nas sociedades que é hegemônico e que interfere na maneira de se alimentar. É um modelo que homogeneiza os hábitos alimentares, substituindo diversos valores, substituindo a cultura alimentar. Como já foi dito, oligopólios dominam e definem a alimentação da sociedade. Como as mulheres são responsáveis pela alimentação e saúde dentro dos seus lares, essa pauta propõem um esforço em conjunto com a sociedade, para apoiar as mudanças nos modelos de consumo, através de

outras relações produção e consumo, que elas têm apresentado à sociedade através do acesso à alimentos de qualidade (Siliprandi, 2011).

É importante ressaltar que o MST se posiciona contra o modelo econômico e político vigente, pois compreendem que a luta pela reforma agrária precisa derrotar o modelo neoliberal e imperialista. Entre seus principais desafios está o combate ao agronegócio, pois, essa é a maneira de inserção do capitalismo no meio rural, que ameaça a agricultura sustentável, e conseqüentemente a soberania alimentar. Essa luta, inclusive, ganhou grandes proporções internacionais (Leite; Dimenstein, 2010).

O que se constata é que o movimento de mulheres tem reivindicado um novo modelo de desenvolvimento, sendo que essa deve ser capaz de melhorar as condições de vida dos agricultores, mas de maneira sustentável ao longo do tempo. Pois o sistema econômico baseado na concentração da propriedade e renda é socialmente excludente, degrada o meio ambiente e é economicamente dependente dos grandes capitais transnacionais. Esse novo modelo de desenvolvimento tem como princípio norteador a soberania alimentar (Siliprandi, 2011).

Na carta do 5º Congresso Nacional do MST (2007), o movimento apresenta entre seus compromissos combater as “empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras”. A manifestação do movimento de mulheres do MST Pará, denuncia e discute formas de impedir que continuem explorando a natureza.

Também destacaram a relação entre racismo e a falta de acesso à terra, reforçando a necessidade de compreender que as suas lutas passam pelo enfrentamento ao racismo. A maioria dos integrantes do movimento no Pará é composto por uma maioria não branca. E a falta de acesso à terra passa pelo processo de seletividade racial, fruto do racismo institucional reproduzido pelo Estado. Há diversas barreiras para democratizar a terra e o racismo é uma delas (Penna, 2023).

Ainda frisaram sobre a necessidade de construir novas relações de gênero, uma vez que o patriarcado impacta no trabalho delas. Com relação a essa discussão, apresentaram o Feminismo Camponês Popular como um movimento feminista diretamente ligado à terra, representando uma luta coletiva. Destacaram que a luta feminista é fundamental para a conquista da reforma agrária popular, uma vez que não basta apenas produzir alimentos livres de veneno, mas também é necessário promover relações saudáveis com a natureza e com a sociedade como um todo. Afirmaram que não adianta produzir orgânicos se elas estiverem

sofrendo em cima da terra, não é apenas sobre produzir orgânicos, o que elas buscam é romper com as relações de dominação, tanto da terra, quanto das suas vidas, e que isso é o princípio da Agroecologia e do Feminismo Camponês Popular. É através desses movimentos que estão buscando transformar essas relações, através de ações concretas e coletivas na prática, por isso ressaltaram que “Sem feminismo não há Agroecologia”.

Nesses debates explicaram que “nossas mãos plantam, mas que não são as mesmas mãos que decidem o que vai plantar e aonde”. Essas decisões são tomadas pelos homens. Explicaram que cada produto que geram é um acúmulo de trabalho, há muita força e muito trabalho acumulado em cada produto, ou seja, é trabalho delas também, mas não recebem o reconhecimento e o retorno financeiro igualmente, e ainda não são incluídas nas tomadas de decisão de um trabalho que elas também desempenham.

Sobre os relatos registrados nesse encontro, uma integrante compartilhou com as demais companheiras, que devido a uma condição de saúde física do marido dela, ele não pode trabalhar na roça, portanto ela trabalha na roça sozinha. A condição do marido não lhe permite trabalhar na roça, mas não impede que ele faça as tarefas domésticas, o que infelizmente ele não faz, pois disse que não faz “trabalho de mulher”. Ela explicou que essa postura do marido faz com ela tenha que se impor e enfrentá-lo para não aceitar uma situação esgotante que é voltar do trabalho na roça e fazer o trabalho doméstico. Ressaltou que a luta das mulheres começa dentro da própria casa.

Outra integrante também relatou que vive dentro de casa situações de submissão e subjugação. Relatou uma situação em que estava chorando e o marido disse que era para ela parar de chorar, ela refletiu que isso lhe retira a autonomia do seu próprio corpo e disse para todas que estavam lhe ouvindo na plenária “Mas será que nem os meus olhos podem ser meus?”

Ainda nessa ocasião de debates sobre os desafios do Feminismo Popular, também houve a discussão acerca das pautas do movimento LGBTQAP+, a partir da fala do Coletivo Amazônico LesBiTrans, destacando a necessidade de aprofundamento das pautas, especialmente no que se refere a violência contra a comunidade LGBTQAP+. Além disso temas como diversidade sexual nos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária também foram discutidos.

Essas questões levantadas pelas mulheres podem ser compreendidas a partir da análise que as sociedades da América-latina possuem um caráter multirracial e pluricultural e com isso, o sistema patriarcal-racista suprime a humanidade e nega o direito de serem sujeitas de suas próprias histórias. Isso ocorre porque as sociedades latino-americanas são racialmente

hierarquizadas. E o racismo latino-americano é sofisticado para manter pessoas não brancas nos interiores das classes mais baixas, principalmente através de da ideologia do branqueamento, que é reproduzida e perpetuada pelos meios de comunicação em massa que os valores da cultura ocidental branca são únicos e universais. Fazendo com que as mulheres da região sejam mais oprimidas e exploradas por um capitalismo patriarcal-racista dependente, que transforma diferenças em desigualdades. A discriminação ocorre por raça, classe e gênero (Gonzalez, 2020).

Somado a isso o trabalho doméstico tem sérias implicações em como as sociedades se organizam e se reproduzem. O trabalho da manutenção da casa, preparo e gerenciamento da comida, a educação dos filhos, o cuidado com os idosos e enfermos não contabilizado. É um trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros e a maior parte do trabalho é desempenhado pela mulher. A invisibilidade do trabalho doméstico e do cuidado só reforça que no capitalismo essa economia não reconhecida, ou seja, as mulheres não são vistas como agentes econômicos. Porém não deixam de ocupar um lugar específico determinado pela divisão sexual do trabalho que é fundamental para manutenção e reprodução da sociedade (Siliprandi, 2012).

As mulheres não são vistas como sujeitos no desenvolvimento, no contexto neoliberal, isso não permite que obtenham (e tenho que conquistar na luta) políticas sociais, mas que se encarregam das políticas sociais abandonadas pelo Estado. É interessante perceber que em tempos de crise elas buscam gerar autoemprego, acarretando jornada tripla. E por isso, identifica-se nos movimentos a busca por alternativas ao desenvolvimento partindo de uma perspectiva feministas (Barragán *et al.*, 2020)

Para Gonzalez (2020) é na vertente popular dos movimentos que vamos encontrar maior participação amefricanas e ameríndias (mulheres não brancas da américa latina), que “preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, buscam organiza-se coletivamente” e devido a sua posição social, articulado com a discriminação racial e sexual, elas sofrem de maneira brutal os efeitos das crises.

Figura 10 – Plenária sobre feminismo camponês popular



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Entre as atividades ocorridas durante o evento, desenvolveram a oficina de empoderamento feminino (Foto 11) para as participantes da jornada, nessa oficina discutiram temas sobre violência contra mulheres e autonomia feminina, como forma de acolhimento e prevenção as violências de gênero. Através de recortes e colagens, reconheceram e denunciaram as violências de gêneros, porém, também validando as potencialidades das mulheres. Esses cartazes representaram os incômodos e reivindicações de cada uma.

Foto 11- Exposição dos cartazes produzidos na oficina de empoderamento feminino



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Vale destacar que nos dias da jornada, atividades específicas para crianças aconteceram no espaço da “Ciranda Infantil”, entre elas, oficina de cartografia social, práticas alimentares, oficina sobre a história da mandioca, com conhecimento indígena, oficina de sementes, musicalização, capoeira de angola, passeio no Bosque Rodrigues Alves, o jardim botânico de Belém. Ao todo 60 crianças participaram da jornada, com idade de 6 meses a 12 anos (Brigida, 2023). Iniciativas como estas contribuem para o fortalecimento da luta das famílias, proporcionando cuidado, conhecimento e lazer as crianças, enquanto as mães e responsáveis se dedicam a outras tarefas.

No dia 07 de março aconteceu a caminhada até o ITERPA. Nessa mobilização, ocuparam o Instituto e reivindicaram o direito pelos direitos dos seus territórios, exigindo a efetivação dos acampamentos do MST em assentamentos (Foto 12).

Foto 12- Mobilização no ITERPA



Fonte: Setor de comunicação MST/PA (2023)

Já no último dia da jornada, em 08 de março de 2023 (8M), o movimento de mulheres saiu em marcha pela cidade (Foto 13) passando pela Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA) e finalizando na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA). Na FAEPA reivindicaram com faixas e cartazes (Foto 14) e em seguida foram para uma audiência agendada com as mulheres parlamentares da ALEPA do Pará (Foto 15) para a entrega de um projeto de lei que visa a proteção e defesa de direitos das mulheres e de seus territórios. Porém, infelizmente, as mulheres e crianças foram recebidas com *spray* de pimenta na entrada. Essa ação violenta evidencia a forma como essas mulheres são tratadas, reafirmando o que elas vêm denunciando. Por isso, é necessária a proteção e defesa dos

direitos especificamente das mulheres agricultoras e cidadãs organizadas em movimentos sociais, pois, na maioria das vezes são tratadas de maneira marginalizada

No entanto, após o ocorrido, a comissão da marcha das mulheres foi recebida pelo presidente da Assembleia Legislativa e outras parlamentares. Nesse encontro, a pauta do 8 de março foi entregue. Nela, havia um projeto de lei contra a pulverização de veneno nas comunidades rurais e contra a violência obstétrica. O que representa justamente uma tentativa de promover mudanças efetivas na legislação e garantir a segurança e a dignidade das mulheres no campo. Para isso, é fundamental que essas demandas sejam acolhidas com o compromisso estruturar uma sociedade mais justa e igualitária.

Foto 13- Marcha das mulheres no 8M de 2023 nas ruas do centro de Belém



Fonte: Setor de comunicação MST/PA (2023)

Foto 14 - Mobilização em frente a FAEPA



Fonte: Setor de comunicação MST/PA (2023)

Foto 15 - Mobilização em frente a ALEPA



Fonte: Setor de comunicação MST/PA (2023)

Uma informante chave do MST/PA foi entrevistada e destacou a importância de ter uma representante feminista dentro do MST nacional, representando as sem-terra paraenses, na luta pela terra. Ela enfatizou que essa luta também pertence às mulheres e por isso é crucial incluí-las nos espaços de deliberação, garantindo igualdade com os homens, especialmente na região amazônica. Segundo ela, isso inaugura uma nova forma de pensar as relações dentro do movimento, pois repensar as relações sociais é essencial para transformar a realidade. Ressaltou que embora não seja uma tarefa fácil, já que é necessário que tanto homens quanto algumas mulheres compreendam essa perspectiva, é fundamental que existam esses espaços e, principalmente, que as mulheres tenham condições de decidir e escolher.

Para Santo (2015) os movimentos sociais populares, por serem lugares de produção e experimentação da sociabilidade democrática, onde têm experiências de convivência, troca e deliberações coletivas, buscam transformar situações de opressão, sejam econômicas, políticas, sociais, culturais, raciais, de gênero ou de orientação sexual.

Outro ponto de vista que a entrevistada destacou foi que, nos encontros de mulheres, elas percebem que juntas podem conquistar futuros melhores, com melhores condições de vida e de trabalho. Esses encontros são fundamentais para a construção de discursos coletivos. Ela também comentou que, para se libertar de todas as opressões, é necessário libertar primeiramente a terra, permitindo que todas as pessoas tenham acesso a ela, pois é da terra que vem o alimento. Complementou dizendo que a terra é essencial para a reprodução da vida, afirmou que "libertar a terra é libertar a vida". Esse "libertar" a terra significa combater

o modelo econômico e buscar a agroecologia como alternativa de cuidar da terra a partir do acesso a memória.

Nesse sentido, a entrevistada acredita que a agroecologia é uma forma eficaz de enfrentar os desafios do movimento, principalmente porque se apresenta como antídoto contra amnésia cultural. Para ela, a memória é um instrumento de luta. Através da memória, o movimento cria condições para a produção e o consumo de alimentos diversos e agroecológicos, o que é essencial para cuidar da terra e da biodiversidade.

Petersen (2015) explica que a produção e conhecimento local são comumente vistos como irrelevantes e atrasados devido a racionalidade econômica dominante, que está centrada no lucro, na produção em escala, na competição, e no individualismo que influenciam o pensamento das sociedades. Para superar isso, o autor explica que:

[...] Comunidades camponesas se reinventam para assegurar e ampliar suas margens de autonomia em relação ao ordenamento empresarial imposto pelo agronegócio. Entre outros pontos comuns, tais povos e comunidades enfrentam os novos desafios colocados pela modernização, ativando suas memórias coletivas para definir estratégias inovadoras em defesa de seus meios e modos de vida” (Petersen, 2015).

Para Malheiro (2022), os povos da Amazônia, que coevoluíram com esse bioma, ensinam a caminhar com ele e não contra ele, oferecendo uma verdadeira agenda de transformações através das suas lutas. Há uma memória biocultural nos grupos dos seringueiros, camponeses, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, pescadores artesanais, pantaneiros, caiçaras, que estabelecem relações de alianças com a natureza, promovendo a conservação da biodiversidade, sendo responsáveis por áreas ambientalmente preservadas. Voltar os olhos para esses saberes é fundamental para enfrentar dinâmicas que degradam os ecossistemas (Petersen, 2015).

O Brasil é um dos países com maior desigualdade agrária do mundo. 76% das terras agrícolas estão nas mãos do setor latifundiário que produz matéria-prima sob o modelo agroindustrial. Enquanto 24% da superfície restante cabe aos 84% aos agricultores familiares, voltados essencialmente para produzir alimentos. Portanto, resgatar a memória e os saberes tradicionais contribui para formular modelos agroecológicos de produção de alimentos saudáveis para os humanos e para a terra (Petersen, 2015).

As reuniões das mulheres do MST demonstram que estão engajadas na luta pela democratização da terra, pela reforma agrária popular, pela agroecologia, contra fome, contra o desemprego (Porto-Gonçalves, 2005). Mas que principalmente durante esses processos não haja discriminação.

Para conhecer as agricultoras que participam do MST e também saber um pouco mais sobre o trabalho que desempenha, buscou-se conhecer as agricultoras que moram e trabalham no assentamento Abril Vermelho, localizado em Santa Bárbara, no Pará. Trataremos de maneira mais detalhada sobre o assentamento Abril Vermelho no Capítulo 4. Porém, em seguida serão apresentados os resultados das entrevistas feitas com as mulheres do assentamento Abril Vermelho, caracterizando as agricultoras e suas atividades produtivas.

5.4.4 As agricultoras do Assentamento Abril Vermelho MST/PA e sua produção

Para conhecer mais profundamente trabalho de algumas agricultoras integrantes do MST, buscou-se aproximação com algumas agricultoras do assentamento Abril Vermelho, foi possível conhecer e entrevistar nove mulheres. Através das entrevistas pôde-se identificar a faixa etária, o estado civil, a escolaridade, o número de filhos, o que produzem nos seus lotes, se fazem parte do Movimento Sem Terra ou não, e demais perspectivas delas. Das nove entrevistadas, duas disseram que não integram ativamente o MST, mas que reconhecem a importância do movimento.

A faixa etária das entrevistadas está entre 18 a 63 anos, a maioria possui mais de 50 anos, duas estão na faixa etária de 30 a 49 anos e uma com 18 anos. A figura 22 apresenta a faixa etária das entrevistadas.

Para compreender melhor as reivindicações das agricultoras familiares, o estado civil e a quantidade de filhos são fatores de análise importantes, uma vez que o movimento de mulheres trata sobre a área de saúde em direitos reprodutivos, trabalho reprodutivo e do cuidado e as relações com os maridos. Elas revelam que passam por enfrentamento com os maridos para conseguirem participar das reuniões de mulheres do movimento. Há maridos que não permitem que elas saiam para as reuniões, alegando como principal motivo é que elas não podem deixar as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Esse mecanismo as mantém ausentes dos espaços construídos para elas discutirem e deliberarem sobre seus interesses.

Com relação ao estado civil das entrevistadas, duas são casadas, três em união estável, uma solteira e três divorciadas. Cinco das nove entrevistadas possuem cônjuge.

Partindo da compreensão das teorias feministas de que o patriarcado estrutura as relações de poder nas sociedades liberais modernas, o sexo é definidor para posicionar homens e mulheres na sociedade: homens livres e atuantes na sociedade civil e mulheres naturalmente subordinadas, que são definidas em sua posição no âmbito familiar, como mães

e esposas, impondo-lhes um lugar da esfera privada e familiar, o que justifica a sua exclusão da esfera pública (Miguel; Biroli, 2010).

Essa perspectiva orienta a compreensão das principais pautas das mulheres dentro do movimento, o reconhecimento do trabalho, para conseguirem o retorno financeiro decorrente do trabalho desenvolvido e possibilidade de conquistar autonomia, para a sua autodeterminação como agricultura para organizar e desenvolver seus trabalhos, mas também conquistar participar de outras esferas da vida social (Nascimento; Mota, 2020).

Em se tratando do número de filhos, apenas uma das nove entrevistadas não possui filhos, as demais possuem ao menos três filhos. A participação das mulheres em outros espaços que não seja o doméstico se define se essas estão ou não com crianças pequenas. O cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres (Bruschini, 2007).

Portanto, o tempo dedicado ao cuidado dos filhos é maior quando os filhos são pequenos isso impede que as mulheres participem de encontros comunitários, por exemplo. Mas à medida que crescem a participação delas aumenta (Nascimento; Mota, 2020).

Quanto ao nível de escolaridade formal das entrevistadas, a predominância foi o ensino médio completo, quatro (04) entrevistadas informaram que possuem o ensino médio completo, três (03) com ensino médio incompleto e duas (02) com o fundamental incompleto. Elas informaram que devido ao projeto escola no campo, puderam concluir seus estudos. Os professores vão até o assentamento e as aulas acontecem na sala das casas de uma das assentadas, aos fins de semana.

A educação no campo desempenha um papel fundamental na emancipação das comunidades rurais. A baixa ou nenhuma escolaridade, segregar coletivos diversos como inferiores, como se representasse um empobrecimento do humano, é fundamental o projeto e incorporar saberes de resistência e emancipação desses grupos é imprescindível, promovendo uma educação mais inclusiva e consciente da diversidade e das lutas por emancipação no campo (Caldart, 2012).

Segundo os dados da Contag (2023) obtidos através Anuário Estatístico da Agricultura familiar, no Norte do Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel significativo, representando 15,4% dos estabelecimentos do país, o que coloca a região em 4º lugar nesse aspecto. No Pará, as mulheres são maioria na população rural, representam 53%, em comparação aos 47% de homens. A maior parte dessa população rural tem entre 18 e 59 anos.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 foi identificado que 19% dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no país são gerenciados por mulheres. No estado do Pará, dos

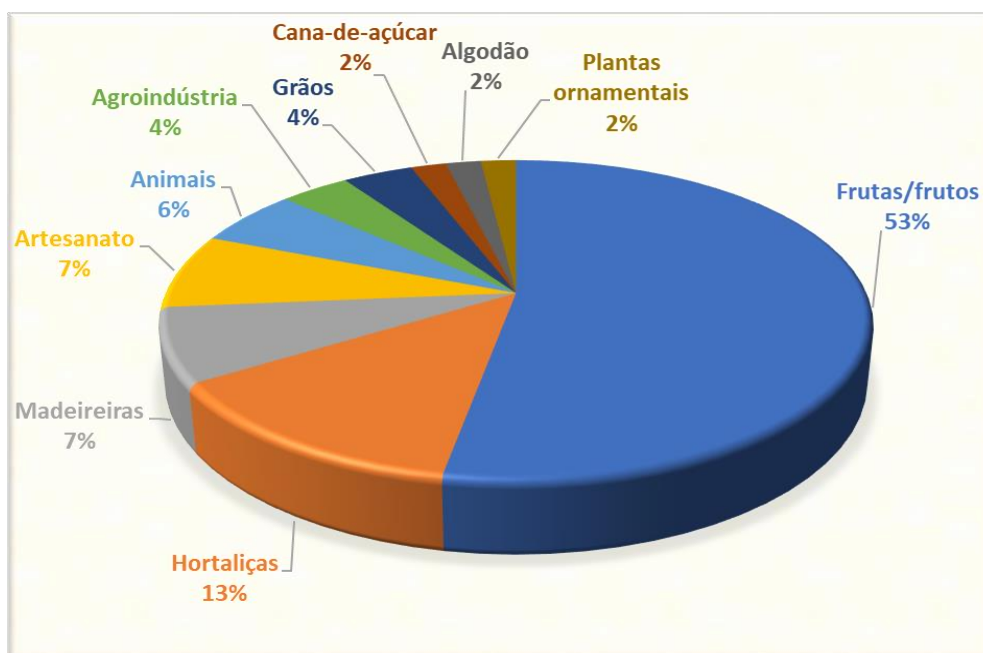
57.473 estabelecimentos 20% são gerenciados por mulheres. Considerando os dados das mesorregiões do Pará, a Região Metropolitana de Belém possui 29,47% e no nordeste paraense os percentuais atingiram a média estadual de 20% (Rodrigues *et al.*; 2021).

No que diz respeito à educação, 77% da população paraense rural sabem ler e escrever, enquanto 23% não sabem. Ao considerar a escolaridade das mulheres no Norte, os números mostram que 49% têm ensino fundamental incompleto, 9% concluíram o ensino fundamental, 8% têm ensino médio incompleto, 17% concluíram o ensino médio, 1% tem ensino superior incompleto e 3% possuem ensino superior completo.

Quanto à representação étnica/racial, a população rural no Pará é majoritariamente não branca, com 13,9% de brancos, 7,3% de pretos, 76,7% de pardos e 1,7% de indígenas, totalizando 85,3% de pessoas não brancas. Esses dados revelam a o perfil da população rural no contexto paraense.

Através das entrevistas, foi perguntado o que elas têm produzido, tanto para consumo quanto para comercialização. Ao todo foram registrados 53 itens diferentes, que são produzidos nos lotes das agricultoras entrevistadas. Entre eles estão: 28 espécies de frutas e frutos, 3 espécies de animais, sendo esses galinha caipira e ovos, pato e porco, 4 espécies madeireiras, 7 espécies de hortaliças. Foi identificado dois tipos de grãos, feijão (*phaseolus vulgaris*) e milho (*Zea mays L.*), demais itens são artesanatos, plantas ornamentais, algodão e cana de açúcar. Abaixo, a figura 13 apresenta a produção dividida por categoria:

Gráfico 1 - Produção das mulheres do Abril Vermelho por categoria



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

A pesquisa revelou que as agricultoras produzem uma grande diversidade de espécies frutíferas. As espécies frutíferas com maior frequência foram: açazeiro, cupuaçuzeiro, bananeira, cacauzeiro, biribazeiro, limoeiro, abacaxizeiro, ingazeiro, muricizeiro e mamoeiro. Segundo Quaresma et al. (2015) essas espécies são comumente encontradas nos quintais agroflorestais do Nordeste Paraense.

Segundo Moraes *et al.* (2024) essas espécies possuem bastante valor cultural, nutricional e econômico. O açai (*Euterpe oleracea Mart*) é uma espécie de grande potencial econômico e nutricional, se destaca por ser uma espécie abundante na região, com alta taxa de dispersão das sementes, além disso, faz parte da cultura alimentar, e é consumido diariamente. A abundância das espécies frutíferas pode estar relacionada ao fato de colaborarem para a segurança alimentar das agricultoras e dessa forma contribuir para a permanência dos agricultores no lote.

Na categoria hortaliças, a mandioca e macaxeira foram as mais citadas. Os produtos considerados da agroindústria, são aqueles que passaram por algum tipo de processamento, envase, até o produto final, que foram identificados dois: a farinha de mandioca e o vinagre de cacau. As espécies utilizadas para alimentação de forma *in natura* ou que passam por processos de beneficiamento garantem a segurança alimentar das famílias (Quaresma *et al.*, 2015) e o excedente é comercializado.

A maior parte da produção dos agricultores é para o autoconsumo. A produção de plantas medicinais, o consumo de alimentos saudáveis, faz com que diminuam a dependência dos mercados, e proporcionem soberania alimentar, autonomia, saúde e melhor qualidade de vida para as famílias das agricultoras (Rayol; Miranda, 2017).

A criação de animais está concentrada em espécies de pequeno porte, principalmente aves, possivelmente devido ao menor espaço necessário e à facilidade de manejo. Os animais são para consumo familiar e comercialização também. A produção de ovos é principalmente para consumo familiar (Rayol; Miranda, 2019).

As espécies madeireiras identificadas são utilizadas para produzir mudas e utilizar em construções. A espécie com mais frequência na pesquisa foi a andiroba (*Carapa guianensis Aubl*) e essa é utilizada para extrair o óleo. Segundo Quaresma *et al.* (2015) as espécies madeireiras comumente são utilizadas para lenha, construções rústicas, e quando são mais “nobres” são deixadas para serem utilizadas em caso de grande necessidade.

A diversificação produtiva é fundamental para garantir a segurança alimentar das famílias, mas também para diversificar a renda através da comercialização do excedente.

Além disso, essa prática contribui para o equilíbrio dos sistemas agrícolas, contribui para a saúde das plantas e resiliência contra pragas e doenças. Economicamente, a diversificação proporciona um fluxo produtivo constante, garantindo renda ao longo do ano e reduzindo a dependência de insumos externos, o que diminui os custos de produção (Oliveira; Silva; Almeida, 2015).

O tempo de moradia da família em um lote rural pode influenciar a diversidade de espécies no quintal. Famílias que residem há mais tempo em um mesmo local tendem a ter uma maior diversidade de plantas, pois ao longo dos anos vão introduzindo novas espécies e cultivando variedades diferentes. Além disso, com o passar do tempo, as famílias também adquirem mais conhecimento sobre o manejo e cultivo das plantas, o que pode contribuir para uma maior diversificação no quintal (Pereira *et al.*, 2010)

Um aspecto importante de destacar é que as mulheres desempenham um papel fundamental no conhecimento significativo sobre recursos genéticos e fitogenéticos (Oliveira; Silva; Almeida, 2015). Elas são responsáveis por guardar as sementes, propagando o conhecimento para as gerações seguintes, isso ocorre devido ao envolvimento precoce das mulheres com o manejo dos quintais (Rayol; Miranda, 2017).

O quadro 1, a seguir, apresenta os itens que foram encontrados na pesquisa, separados por categoria, informando a variedade de cada categoria e frequência com que eles aparecem. No apêndice “A” encontra-se a lista completa dos produtos encontrados na pesquisa.

Quadro 1 – Variedade de cada categoria e a frequência em que se apresentam

Categoria	Variedade	Frequência
Frutas/frutos	28	87
Animais	3	13
Madeiras	4	6
Hortaliças	7	14
Agroindústria	2	2
Grãos	2	6
Artesanato	4	4
Cana-de-açúcar	1	1
Algodão	1	1
Plantas ornamentais	1	1
	53	135

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa.

As entrevistadas também foram perguntadas se utilizam caderneta agroecológica para registrar a produção, compra, venda e troca de mercadoria. Mas todas responderam que não usam e/ou nunca utilizaram a caderneta ou qualquer tipo de anotação sobre a produção.

Sobre os meios de comercialização foram identificadas cinco maneiras que estão representadas no Quadro 2: Venda para atravessador, venda em localidades próximas do assentamento, como em Pau d'arco, Genipaúba e Maurícia, fornecimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o Programa de aquisição de alimentos (PAA) e na Feira do MST.

Quadro 2 – Locais de comercialização da produção

Entrevistada	Atravessador	Localidades Próximas	PNAE	PAA	Feira do MST
E1	X				
E2	X	X			X
E3	X				X
E4	X				
E5	X	X			
E6		X	X	x	X
E7	X			x	X
E8	X	X			
E9	X				X

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa.

Os dados apontam que apenas duas entrevistadas estão beneficiadas pelas políticas públicas (PNAE e PAA) e que o principal meio de escoamento da produção é através dos atravessadores, e a feira do MST é quem concorre com o primeiro meio de escoamento.

O rendimento das famílias rurais é principalmente proveniente da venda de suas produções, sendo a comercialização fundamental para a manutenção do sistema produtivo, elas necessitam vender não apenas os excedentes, mas também diversificar e dinamizar suas produções de acordo com suas afinidades e características culturais e sociais. Os locais de venda são escolhidos de acordo com a disponibilidade da família em oferecer seus produtos e condições de deslocamento, o que leva algumas famílias a priorizarem a venda no próprio assentamento quando não há transporte (Freitas, 2016).

A maioria das entrevistadas estão há mais de 19 anos no assentamento, sendo 3 entrevistadas estão há 20 anos e 3 há 19 anos, duas entrevistadas estão há 15 anos e uma entrevistada está há 10 anos.

O assentamento Abril Vermelho fará 20 anos em 16 de abril de 2024. Seis entrevistadas informaram que estão há pelo menos 19 anos no Assentamento o que significa que estão no território desde o tempo de acampamento, algumas estiveram presentes no momento em que ocuparam a antiga fazenda de dendê e aguardaram em acampamento por dois anos até serem assentadas.

Essas entrevistadas lembraram das dificuldades para se manterem no acampamento, convivendo com animais perigosos como serpentes, que havia muitas ocorrências de ataques, mas que precisavam cuidar do abastecimento de água, preparo da comida, da terra para o plantio. Porém contaram essa história muito orgulhosas da coragem que tiveram e das conquistas obtidas ao longo dos anos. Vilhena e Ferreira (2020) destacam que foi uma ocupação de “extremas dificuldades, mas de muito esforço coletivo. Tudo que era produzido no acampamento era de todos, bem como os salários de acampados que iam para as cidades prestar serviços”.

É importante considerar o tempo que elas estão no assentamento, por ao menos duas razões de participação: primeira na conquista do território para mora e trabalhar, a segunda é pela participação na restauração da área através da agricultura e manejo das espécies, que possibilitou transformar a fazenda de dendê, que segundo os moradores do assentamento disseram “Nesse lugar era só monocultura de dendê, veneno e cobra”, em um espaço fértil, biodiverso, com mata e igarapés, mesmo com muitas dificuldades e limitações (Freitas, 2016).

Também se investigou o tempo que estão no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Seis entrevistas responderam que estão no MST há mais de 18 anos. Uma respondeu que está há exatamente 18 anos, uma há 19 anos, três estão há 20 anos, a que tem mais tempo está há 21 anos e a com menos tempo está há 5 anos no movimento. Duas informaram que não fazem parte do MST.

Essas informações demonstram que o assentamento foi uma conquista do MST, mas isso não faz do assentamento um espaço exclusivo dos integrantes do movimento, e nem mesmo é responsável pela gestão do assentamento. Muito embora os integrantes do MST que moram no assentamento integram associações do assentamento que deliberam e fazem a gestão do lugar. Especificamente as duas entrevistadas que informaram não fazer parte do movimento revelaram que como não possuem engajamento político ou não participam dos atos do MST não se sentem integrantes do movimento, mas que respeitam e admiram o movimento. Também vale ressaltar que a entrevistada E6 que está há 15 anos no assentamento, passou a integrar o movimento nos últimos 5 anos, participando mais

ativamente das feiras e atividades produtivas e nas tarefas do viveiro. O quadro 3 apresenta o tempo no assentamento de cada entrevistada.

As seis entrevistadas que integram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, quatro informaram que o motivo de fazerem parte do MST é pela oportunidade de ter um espaço para plantar e produzir alimentos. Outra explicou que o movimento é um lugar em que ela luta pelos seus direitos e complementou “Quando a gente conhece os nossos direitos a gente não tem medo”, a mais nova das entrevistadas faz parte do MST por intermédio da família que já faz parte e uma das entrevistadas que não é integrante do movimento quis ressaltar se identifica com o princípio do movimento de não utilizar veneno. É importante destacar que entre as entrevistadas, as hipóteses mais levantadas do motivo dessas mulheres não participarem do movimento é devido ou a influência do marido e/ou da igreja.

Dentro do MST as mulheres têm se mobilizado para conquistar espaços importantes dentro do movimento e na luta pela terra, desde o 1º Congresso Nacional Sem Terra em 1985 a participação das mulheres foi expressiva, foram 300 integrantes, correspondendo a 20% do total de participantes, discutindo problemas específicos para conquistar um espaço na Executiva Nacional do Movimento. Isso reforça a importância do engajamento das mulheres para conquistar espaços importantes dentro do movimento para que possam ser representadas e conseqüentemente alcançar seus objetivos, mas que também é importante observar os motivos pelos quais elas preferem não se engajar (Santos; Picolotto, 2019).

Quadro 3 - O tempo que as entrevistadas estão no Assentamento e no Movimento

ENTREVISTADAS	TEMPO NO ASSENTAMENTO	TEMPO NO MST
E1	19 anos	19 anos
E2	19 anos	não faz parte
E3	19 anos	21 anos
E4	15 anos	não faz parte
E5	20 anos	20 anos
E6	15 anos	5 anos
E7	20 anos	20 anos
E8	20 anos	20 anos
E9	10 anos	18 anos

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa.

5.4.5 Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA): Pautas e Mobilizações

Os diálogos com o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) ocorreu no encontro do I Módulo de formação política para mulheres, com a temática

“Mulheres na Política”, nos dias 19 e 20 de maio de 2022 e nos dias 22 e 23 de junho de 2023 no II módulo de formação de política para mulheres do MMNEPA, ambos ocorreram na sede do movimento em Capanema/PA (Fotos 16 a 19).

Os eventos foram organizados para discutir temas relacionados a democracia e presença das mulheres na política. Dentre as estratégias estava o incentivo às mulheres a se candidatarem para os cargos públicos (inclusive nos cargos institucionais) e debater sobre eleger mulheres comprometidas com as pautas feministas. Outra estratégia que articularam foi criar comitês populares locais (nos territórios onde moram), reunindo mulheres para refletirem sobre a participar e ocupar os espaços políticos, e também conversar sobre reforma agrária popular e agroecologia.

No momento em que discutiram sobre a participação das mulheres nos espaços políticos, abordando pautas sobre violência política de gênero, representatividade, políticas públicas para trabalhadoras rurais, misoginia e sexismo. Uma integrante comentou “Nós precisamos ter consciência sobre a quantidade de mulher que tem na câmara.” Se referindo a pouco representatividade feminina na política. Essa integrante também comentou que promove roda de conversa com outras mulheres sobre política e vivências pessoais. Já a outra integrante complementou “Há muito machismo (na nossa sociedade). Por isso as mulheres têm medo da política”.

O diálogo que as mulheres do MMNEPA estabeleceram na formação resultou em uma grande troca de experiências e perspectivas. No módulo II ocorreu a reunião de preparação para a Marcha das Margaridas, momento em que as mulheres compartilharam orientações e organizaram a logística para a viagem até Brasília.

Após a reunião fizeram a leitura das pautas da Marcha das Margaridas de 2023, e aplicaram uma atividade educativa para levantar os principais desafios enfrentados para a participação política das mulheres. A atividade consistia em ler um caderno sobre um dos eixos da Marcha das Margaridas, sobre poder e participação política das mulheres, para refletir, dialogar e responder três perguntas.

Para cada questão levantada, obteve-se uma resposta de cada grupo que estão no Quadro 4.

Quadro 4 - Levantamento dos desafios enfrentados

Como a democracia participativa e participação política das mulheres, são vividas nos seus territórios?	Quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres nesses territórios?	Quais seriam as propostas para superação desses desafios?
A Não há representação política; Não têm suas demandas políticas atendidas; São excluídas das discussões políticas.	Discriminação de gênero, raça e classe. Lideranças mulheres tem a sua capacidade e poder político questionados	Fazer formação para mulheres e pensar caminhos em coletividade para compreender as desigualdades sociais, encarar o debate e a luta com seriedade e sinceridade, eleger mulheres que possuem projeto político de defesa dos direitos das minorias;
Percebem que a política oligárquica é dominante e individualista, buscam uma política que as ouçam, e que debatam seus interesses.	O medo de ocupar lugares políticos devido a violência e a discriminação;	Promover roda de conversa, autocuidado e cuidado entre as mulheres e educação popular de base;
Espaços não são democráticos, pois nos territórios as questões estruturais, como o machismo, sexismo e racismo, impedem a participação das mulheres nas tomadas de decisão;	Baixa escolaridade e falta de conhecimento das leis e direitos	Superar o medo e ocupar a política, para que possam alcançar a igualdade, respeito e autonomia, sem discriminação de gênero e raça;
Conquistaram voz e direito ao voto em seus sindicatos e 50% das mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR ocupam espaços;	Machismo e disputas internas nos espaços de poder;	Que organizações como a Fetagri, STTR, MMNEPA, associações, coletivos, cooperativas, universidades promovam encontros, formações e conscientização sobre os desafios enfrentados pelas mulheres, para diminuir a disparidade nos cargos e combater o machismo e o sexismo;
Sobrecarga na vida familiar, violência de gênero na política, disparidade nas tomadas de decisão e não remuneração nos cargos;	Falta de recurso financeiro; desigualdade de gênero e raça	Formação de combate à discriminação de gênero para homens e mulheres, compreender que a mulher tem espaço na sociedade, estudar para se manter informada, ser resistente e dialogar com outras mulheres
Desrespeito e descrédito com mulheres, por homens e mulheres, além das violências e disputas por poder.		Encorajar mulheres para participar da política sindical e partidária.

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa.

É possível identificar que permeiam os debates de grupo de mulheres organizadas, em luta por transformações sociais e ecológicas, as questões sobre trabalho do cuidado não compartilhado, violência de gênero, violência política, degradação ambiental, entre outras. (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

A participação das mulheres na política tem sido um dos temas centrais dentro do MMNEPA. Elas relataram inúmeros desafios, e todos eles passam pelas consequências da maneira como as relações sociais de gêneros estão estruturadas. A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero são reveladoras de uma série de restrições que recaem sobre as mulheres, impedido uma política democrática e plural. Pode-se considerar que a sub-representação das mulheres nos espaços políticos reforçam o caráter “masculino” da política, permitindo assim, que as estruturas que mantem a exclusão das mulheres da política continuem se reproduzindo (Miguel; Biroli, 2010).

De fato, é muito reforçada a ideia de que política é lugar de homem, é um lugar que ainda impede a presença da mulher, de diversas formas. As exclusões estruturais contribuem para a ausência da mulher na política. Mas esse terreno está em disputa há décadas. Os movimentos feministas reivindicam esse espaço, desde a conquista ao voto (Miguel, 2015). E para o MMNEPA essa é um desafio que estão dispostas a enfrentar e superar

As oportunidades de diálogo como este promovido pelo MMNEPA, especialmente no contexto dos movimentos de mulheres, são fundamentais pois proporcionam condições de protagonismo das mulheres referentes as temáticas que elas dominam. E é a partir desses espaços que a Marcha das Margaridas se constitui, pois, por possuir uma articulação em rede, possibilita aglutinar as demandas locais, a fim de influenciar as decisões do governo (Aguiar, 2016).

Foto 16 - Reunião MMNEPA 2022 (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Foto 17 - Reunião MMNEPA 2022 (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Foto 18 - Formação Módulo II MMNEPA 2023 (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Foto 19 - Formação Módulo II MMNEPA 2023 (B)

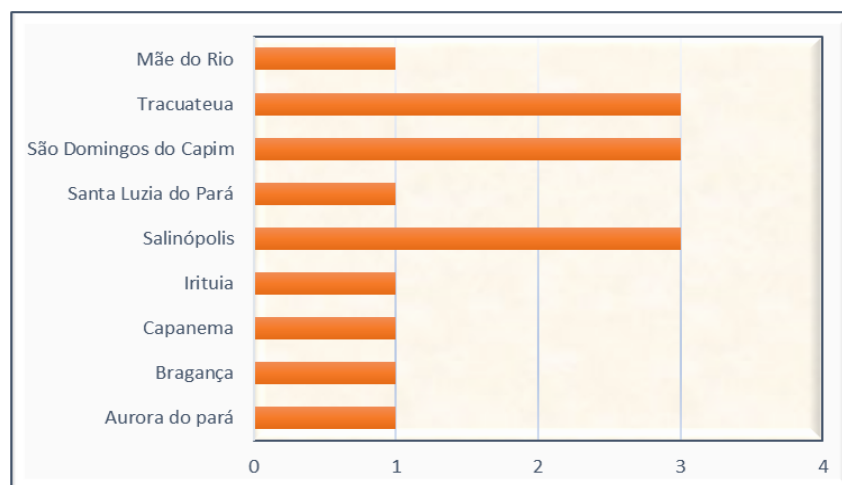


Fonte: Pesquisa de campo (2023)

5.4.6 Perfil das Agricultoras do MMNEPA e suas produções

Durante os encontros com o MMNEPA foram entrevistadas 15 agricultoras familiar, de oito municípios do Nordeste Paraense: Mão do Rio, Tracuateua, São domingos do Capim, Santa Luzia do Pará, Salinópolis, Irituia, Capanema, Bragança, Aurora do Pará. Sendo três (03) entrevistadas de Tracuateua, três (03) de São Domingos do Capim, três (03) de Salinópolis e uma (01) entrevistada de cada dos demais municípios citados, como demonstra a Gráfico 2.

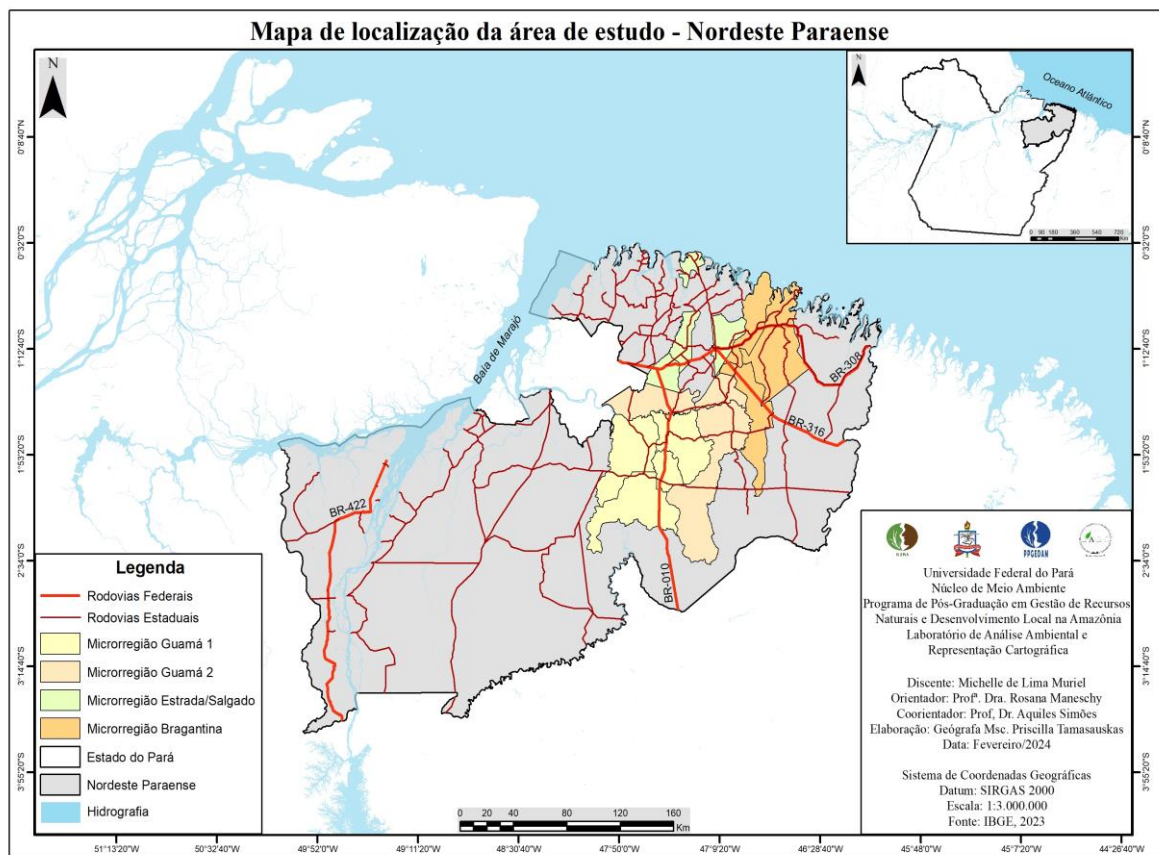
Gráfico 2 - Quantidade de entrevistada por município



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Como já mencionando anteriormente, o MMNEPA está organizado por microrregiões: Guamá 1, Guamá 2, Estrada/Salgado e Bragantina. Dentre as entrevistadas, quatro (04) fazem parte da microrregião Guamá 1, três (03) da microrregião Bragantina e duas (02) da microrregião Estrada/Salgado. O mapa 1 apresenta a localização das microrregiões mencionadas.

Mapa 1 - Localização das microrregiões



Fonte: UFPA. Numa. Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica - LARC (2024)

A pesquisa trata-se de quinze (15) agricultoras, em que quase todas são mães, exceto uma, e a maioria casada. A faixa etária das entrevistadas está entre 33 anos a 70 anos. A maioria encontra-se entre 30 à 49 anos, correspondendo à oito (08) entrevistadas, as demais estão entre a faixa etária de 50 a 70 anos.

Das quinze (15) entrevistadas, cinco (05) se declararam casadas, cinco (05) em união estável, três (03) são solteiras e duas (02) viúvas.

Quanto ao número de filhos, cinco (05) entrevistadas informaram que têm dois (02) filhos, nove (9) têm quatro (04) filhos ou mais e uma (01) não possui filhos.

Com relação a escolaridade, a maioria possui o estudo formal até o ensino fundamental, completo ou incompleto, seguido de médio completo ou incompleto.

Os dados encontrados na pesquisa, quanto a faixa etária e escolaridade, refletem o que o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2020) aponta. Segundo o IBGE, a maioria dos trabalhadores rurais possuem escolaridade até o fundamental completo e com faixa etária superior a 55 anos. O Censo Agropecuário de 2017 também informa que a maioria dos estabelecimentos possuem produtores declarados pardos (45,8%).

Já nos municípios do Nordeste Paraense dos quais as entrevistadas pertencem, segundo o IBGE (2020) possuem em sua maioria uma população de trabalhadores e trabalhadoras rurais declarados pardos e pretos, com escolaridade até o ensino fundamental, na faixa etária entre 25 a 75 anos.

Para Rodrigues et al (2021) as populações pretas e pardas enfrentam desvantagens em relação à branca em diversas áreas, como mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, acesso à educação, violência, representação política, além de estarem em maior proporção abaixo da linha de pobreza e terem menos acesso a bens e serviços. Essas desigualdades refletem um contexto de discriminação e racismo estrutural na sociedade brasileira.

Os dados da pesquisa em questão são compatíveis com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2020) apurado nos municípios das entrevistadas. Mas sobre esses dados, um ponto que deve se considerar é que a maioria dos entrevistados são indivíduos do sexo masculino.

O estado civil e o número de filhos foram levantados a fim de compreender a complexidade da atividade desenvolvida pelas agricultoras, uma vez que essas desempenham o trabalho produtivo e reprodutivo. Vale destacar que o Nordeste Paraense sofre com as consequências dos impactos negativos econômicos e ecológicos, desde o período da década de 1970, por consequência dos desmatamentos e pecuária extensiva, que impactaram os ecossistemas da região, bem como refletem no trabalho dessas famílias que possuem muitos membros familiares (Alves; Mota, 2012).

Para a atividade da agricultura familiar a força de trabalho familiar é o principal meio de produção (IBGE 2020), o que demonstra que para as agricultoras o trabalho produtivo está interligado com o reprodutivo. Com as limitações da terra, advindas dos problemas ambientais, como é o caso do Nordeste Paraense, o impacto socioeconômico é grande nessas famílias, o que pode provocar a inserção dos membros da família em atividades não agrícolas

(Alves; Mota, 2012). Vale ressaltar que mais de 90% dos produtores entrevistados nos municípios de onde as entrevistadas vivem não tem assistência técnica (IBGE, 2020)

Através das entrevistas buscou-se entender como as entrevistadas conheceram o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) e há quanto tempo fazem parte da organização.

Quanto a primeira questão, 80% das entrevistadas responderam que conheceram o MMNEPA através dos sindicatos que elas fazem parte, o que significa que doze (12), das quinze (15) entrevistadas conheceram o movimento através de atividades que os sindicatos promoveram juntamente com o MMNEPA. Duas entrevistadas informaram que conheceram o MMNEPA através da associação que fazem parte e uma citou que conheceu o movimento em questão através da igreja.

O ingresso no sindicato rural demonstra a politização de uma comunidade. As mulheres sempre estiveram presentes nas lutas travadas pelos agricultores do Nordeste Paraense, através dos sindicatos. A partir dos anos 1980, estiveram mais presentes nos movimentos sociais rurais, buscando principalmente direitos como terra, crédito e benefícios previdenciários (Silva, 2017).

Siliprandi (2011) explica que insatisfações surgiram nos movimentos mistos devido à falta de priorização dos problemas apontados pelas mulheres, além das especificidades regionais. Isso levou parte das lideranças femininas a decidir formar movimentos autônomos.

A participação feminina nos movimentos sociais, até então, era motivada pela identificação com a categoria social e política, não por demandas específicas de gênero. Porém, a falta de oportunidades nos sindicatos, de priorização dos interesses masculinos, levou à criação, em 1993, do Grupo de Apoio às Mulheres (GAM) no Nordeste Paraense, posteriormente formalizado como Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) em 1997, para atender às necessidades específicas das mulheres (Silva, 2017).

Com relação ao tempo que as entrevistadas estão no MMNEPA, identificou-se que: cinco estão entre alguns meses a 5 anos; três (03) estão entre 6 a 10 anos, três (03) estão entre 11 a 20 anos e quatro (04) fazem parte entre 21 a 30 anos, nesse último grupo está uma das fundadoras do MMNEPA que está há 30 anos no movimento e tem 70 anos. Exatamente dez (10) entrevistadas estão há mais de 8 anos no Movimento.

Uma das entrevistadas disse “Alguém falou que eu tinha limitações e eu acreditei, mas no movimento eu mudei de ideia”. Todas as entrevistadas explicitaram grande satisfação em fazer parte do MMNEPA. Salientaram que através do movimento puderam enxergar mais

valor em si. Informaram que a socialização, a troca de experiências, conversa, suporte entre elas é fundamental para que continuem no movimento e avancem na luta pelos seus direitos.

A perspectiva de alcançar novas descobertas, de adquirir mais conhecimento através de cursos, intercâmbios, palestras, também são algumas das razões que as fizeram se aproximar e as fazem permanecer no movimento. O que vêm conquistando ao longo dos anos, tem proporcionado, segundo as entrevistadas, mais independência financeira, autonomia, empoderamento econômico, emocional e político.

Elas informaram que possuem expectativa do movimento continuar proporcionando tudo o que já proporcionam para as mulheres, que elas ocupem mais os espaços políticos, que o MMNEPA se estenda para mais municípios e aproxime mais mulheres. Que possam ter cada vez mais condições de fazer cursos. Outro ponto importante que citaram foi sobre terem mais interesse pelos cargos de dentro do MMNEPA, se candidatando nas eleições internas.

Pode-se afirmar que essa a solidariedade e fraternidade entre elas, e todas as condições que alcançaram para travar suas lutas coletivas, são as primeiras batalhas vencidas pelas mulheres desse movimento, uma vez que elas enfrentam diariamente um processo de marginalização e inviabilização dentro da sociedade. Mas fazem do movimento um espaço seguro, nutrido pelo sentimento de pertencimento (Silva, 2017).

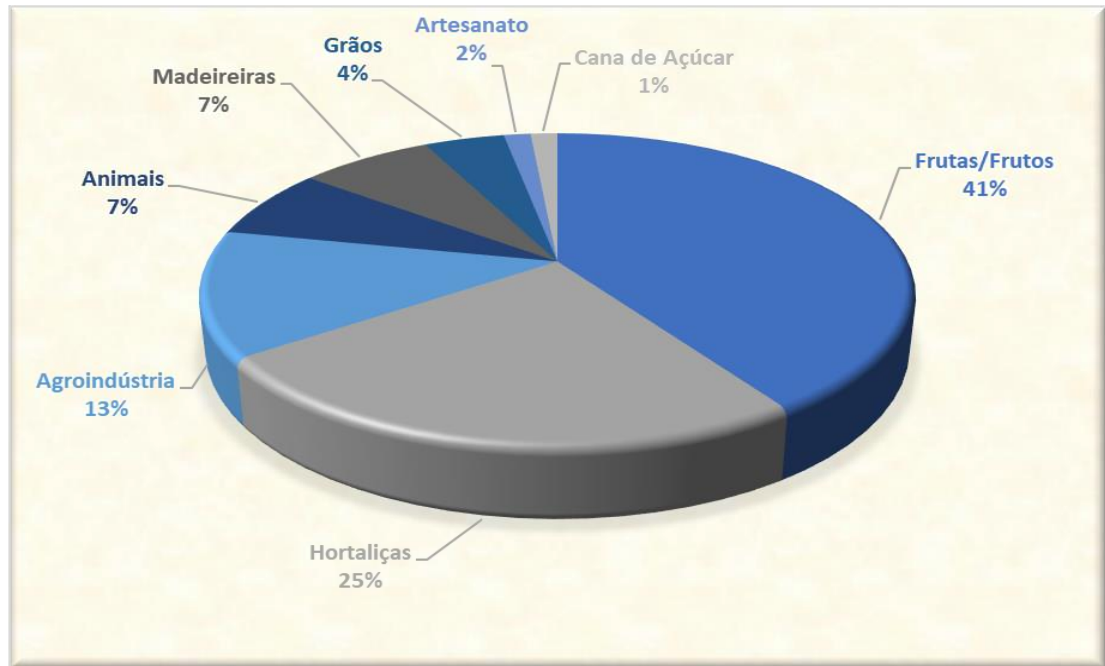
Através das entrevistas foi possível fazer o levantamento da produção das agricultoras, o que elas produzem que são utilizados tanto para o consumo quanto para a comercialização. Juntas citaram setenta (70) itens diferentes, entre espécies de frutíferas, hortaliças, animais, incluindo ovos de galinha caipira, espécies de madeiras, artesanatos e produtos da agroindústria, como farinhas, goma de tapioca, tucupi, doces, bolos, mel, entre outros. No apêndice “B” encontra-se a lista completa dos produtos encontrados na pesquisa.

Os itens que foram mais citados, em ordem de maior frequência foram: Açaí (*Euterpe oleracea Mart*), banana (*Musa spp.*), coco (*Cocos nucifera L.*), farinha de mandioca, galinha caipira, ovos, feijão (*Phaseolus vulgaris*), goma de tapioca, laranja (*Citrus sinensis (L.) Osbeck*), cheiro verde (*Coriandrum sativum*), couve (*Brassica oleracea L.*), milho (*Zea mays L.*) e tucupi.

Dentre o universo de quinze (15) entrevistadas, doze (12) entrevistadas informaram que produzem açaí; nove (09) informaram que produzem banana e coco. A farinha de mandioca, galinha e ovos foram citados por oito (08) entrevistadas, enquanto o feijão, goma de tapioca e laranja foram citados por sete (07) entrevistadas. O Cheiro verde, couve, milho e tucupi citados por seis (06) entrevistadas.

Para melhor analisar os resultados, os 70 itens registrados foram divididos em 8 categorias e representados no Gráfico 3: Frutas/frutos, hortaliças, produtos da agroindústria, animais, espécies madeireiras, grãos, artesanato e cana-de-açúcar.

Gráfico 3 - Produção das agricultoras do MMNEPA por categoria

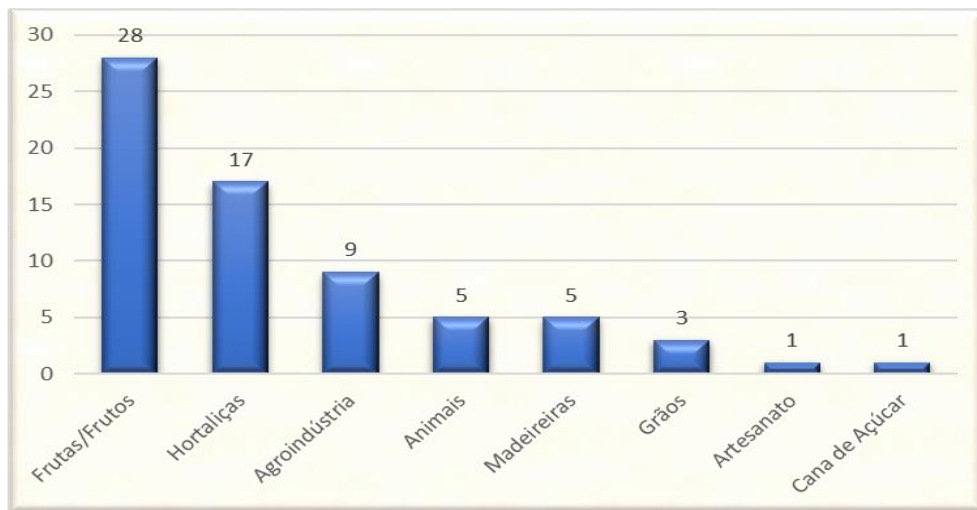


Fonte: Trabalho de campo (2023).

A categoria de maior destaque foi a de frutas/frutos, representando 41% da produção das mulheres entrevistadas, numericamente foram citados vinte e oito (28) espécie frutíferas. Como já mencionado anteriormente, o açaí foi o item mais citado, seguido da banana. A categoria hortaliças representa 25% do total, as entrevistadas informaram que produzem desessete (17) tipos de hortaliças, a mais citada foi a couve, das quinze (15) entrevistadas, oito (08) disseram que produzem o vegetal. A terceira categoria mais citada foram os produtos da agroindústria que representa 13% do total, isso significa que foram identificados nove (09) tipos de produtos da agroindústria, entre eles o mais citado pelas entrevistadas foi a farinha de mandioca, que foi citada por oito (08) das quinze (15) entrevistadas.

É importante destacar também que a categoria animais, que representa 7% da produção, possui cinco (05) tipos de animais, e o mais mencionado pelas entrevistadas foi a galinha caipira, nove (09) entrevistadas informaram que criam galinhas, para consumo da família, mas também comercializam a carne e os ovos de galinha caipira. A figura 19 demonstra numericamente a produção das entrevistadas.

Gráfico 4 - Produção numérica por categoria



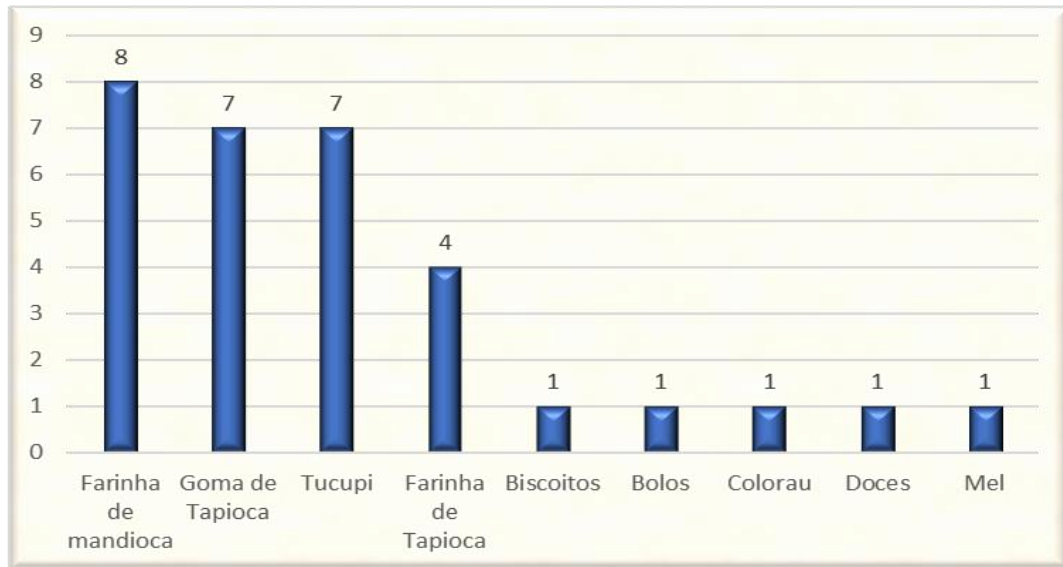
Fonte: Trabalho de campo (2023).

Ainda sobre a produção das entrevistadas, destaca-se os produtos da agroindústria que estão os produtos que passaram por algum tipo de processamento, envase, como a farinha de mandioca, goma de tapioca, tucupi, farinha de tapioca, mel, doces (bolos, biscoitos).

É importante destacar que a única entrevistada que trabalha com apicultura conseguiu a oportunidade de trabalho nessa atividade, devido a oportunidade de participar de um curso de formação de apicultores que o MMNEPA proporcionou, nesse curso as participantes receberam um kit de apicultura que permitiu que as mesmas pudesse trabalhar com apicultura imediatamente após o término do curso.

O Gráfico 5 apresenta a produção das entrevistadas em representação numérica referente a produção de produtos da agroindústria. Nove (09) entrevistadas informaram que produzem avos, oito (08) produzem farinha de mandioca, sete (07) produzem goma de tapioca, sete (07) produzem tucupi, quatro (04) produzem farinha de tapioca.

Gráfico 5 - Produção dos produtos da agroindústria



Fonte: Trabalho de campo (2023).

A produção de grãos também se destaca entre as entrevistadas, oito (08) informaram que produzem feijão e milho, três (03) informaram que produzem arroz (*Oryza sativa*). O Gráfico 6 demonstra essa produção.

Gráfico 6 - Produção de grãos



Fonte: Trabalho de campo (2023).

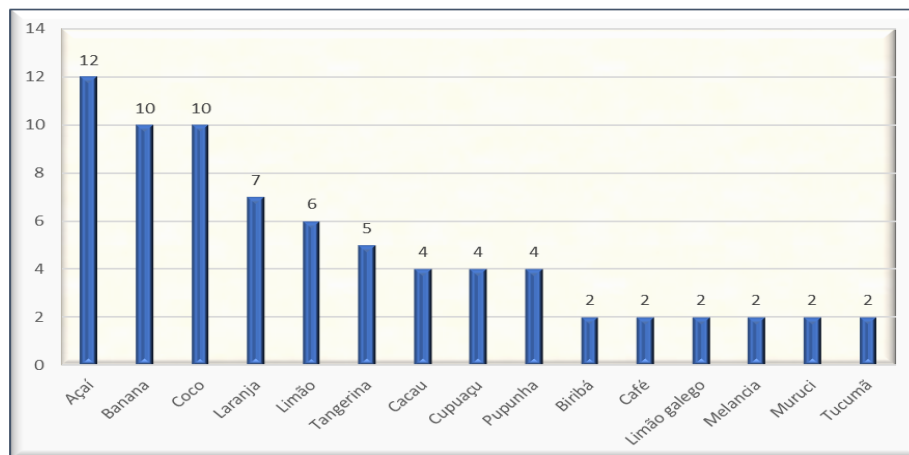
Os dados da pesquisa revelam que as principais culturas são de base alimentar voltadas para atender a segurança alimentar da familiar, como por exemplo a mandioca que contribuiu para segurança alimentar das famílias paraenses. É interessante observar a

diversificação da produção agrícola que se torna uma garantia de subsistência dos agricultores, além da geração de renda (Rodrigues *et al.*; 2021).

A pesquisa revelou que a principal produção das entrevistadas são frutas. Foram identificados 28 tipos frutas/frutos, o que correspondeu a 41% de todos os setenta (70) itens que elas produzem, consomem e comercializam. Abaixo, a figura 22 apresenta as quinze (15) principais frutas/frutos que as entrevistadas produzem.

Para Quaresma *et al.* (2015) as frutas são as espécies preferidas das famílias por serem muito utilizadas na alimentação, também possuem valor comercial na venda do excedente. A produção também fornece condimentos e carne de pequenos animais, principalmente galinhas, para consumo e venda.

Gráfico 7 - Principais frutas/frutos produzidas pelas entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo (2023).

O papel das mulheres na agricultura vai muito além do que muitas vezes é percebido ou registrado. Embora estejam envolvidas em diversas atividades agrícolas, como a coleta de sementes e o cuidado com animais, ainda são vistas como ajudantes do marido, e não são remuneradas por seu trabalho na mesma medida. A subvalorização do trabalho das mulheres na agricultura não apenas as torna mais vulneráveis, mas também as priva do acesso a recursos e da participação em decisões importantes que afetam suas vidas e suas comunidades (Rodrigues *et al.*; 2021).

O que se percebe é uma sociobiodiversidade produzindo uma agrobiodiversidade e as mulheres desempenham um papel importantíssimo, estando a frente da maioria das atividades essenciais que produzem a agrobiodiversidade (Müller, 2020), como a seleção e diversificação de espécies que serão preparadas como alimento da família, como o uso das

hortaliças, temperos e frutas, por exemplo. Bem como, dedicam-se a manutenção e cultivos de espécies que serão utilizadas para fins medicinal (Rayol; Miranda, 2019).

A agrobiodiversidade emerge da variedade e diversificação dos animais, plantas, microorganismos que de forma direta ou indireta, são utilizados para alimentação, agricultura, na produção de combustíveis, remédios, promovendo a diversidade de recursos genéticos, e apoiando a diversidade dos ecossistemas agrícolas (FAO 2005) pode-se considerar que a agrobiodiversidade se estabelece a partir das relações que os agricultores desenvolvem com o ecossistema, e possui um caráter conciliador entre o uso e a conservação dos recursos naturais e a geração de renda (Müller, 2020).

A alta diversidade genética encontrada em grande parte dos lotes dos agricultores familiares, que produz agrobiodiversidade, se dá devido aos conhecimentos tradicionais sobre a diversidade dos ecossistemas, que é fundamental para sustentabilidade e para a riqueza das espécies (Marchetti, 2020).

A modernização da agricultura, o predomínio da monocultura, a erosão da biodiversidade, provocam a perda dos conhecimentos tradicionais, a erosão do conhecimento e conseqüentemente uma transformação na cultura das comunidades (Moraes *et al.*, 2022).

Uma das entrevistadas do MMNEPA comentou “eu sei da importância do alimento que produzo”, de fato há uma grande importância na atividade desenvolvidas pelas agricultoras. Porém, diante da significativa contribuição das mulheres na produção de alimentos, é crucial compreender que há desigualdade estrutural no acesso aos recursos produtivos. Garantir a igualdade no acesso à renda e aos recursos dentro da unidade de produção, fruto do trabalho de todos os seus membros, é fundamental. Isso requer superar a ideologia da divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza o trabalho de homens e mulheres, muitas vezes supervalorizando o trabalho considerado masculino, enquanto esconde o fato de que as mulheres camponesas desempenham todos os tipos de trabalho na unidade de produção (Seibert; Calaça; Krefta, 2021).

O Quadro 5 apresenta as principais espécies produzidas pelos dois grupos de agricultoras e alguns usos que são dados a ela conforme o que alguns entrevistadas revelaram e também o que diz alguns autores pesquisados. As espécies frutíferas, como açaí, cupuaçu, coco, babana, cacau são bastante utilizadas para consumo próprio da família, as frutas são consumidas *in natura*, são feitos sucos, doces e se tiver excedente este é comercializado (Siviero *et al.*, 2011), (Shanley; Medina, 2010).

Algumas espécies possuem caráter medicinal como o óleo de cupuaçu, a água de coco, o limão, outras espécies também como a copaíba e o cheiro verde. Os caroços de coco, tucumã e muruci também são utilizados no artesanato (Coelho-Cerreira; Jardim, 2005).

As espécies madeireiras, mogno, cedro, acapu, tem um grande valor comercial, mas o seu principal uso é na construção civil (Coelho-Cerreira; Jardim, 2005), e no quintal, no caso do Ipê, para o sombreamento de algumas frutíferas (SILVA *et al.*, 2014).

Algumas espécies madeireiras também têm uso medicinal, como folhas, cascas, óleo, como é o caso da copaíba (Coelho-Cerreira; Jardim, 2005).

Quadro 5 – As principais espécies e os usos dados à elas

Produção	Nome científico	Usos
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Alimento
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Alimento, uso medicinal
Pupunha	<i>Bactris gasipaes kunth</i>	Alimento, ornamental
Banana	<i>Musa spp.</i>	Alimento e comercialização
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	Alimento
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	Alimento, uso medicinal e artesanato
Laranja	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck	Alimento
Limão	<i>Citrus aurantiifolia</i> (Christm.) Swingle	Alimento, uso medicinal
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i> G. Mey	Alimento e artesanato
Muruci	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth. e <i>B. verbascifolia</i> (L.) DC	Alimento e artesanato
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Pohl	Alimento
Macaxeira	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Alimento
Jerimum	<i>Cucurbita</i> L.	Alimento
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i> L.	Alimento
Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.	Alimento
Couve	<i>Brassica oleracea</i> L.	Alimento
Cheiro Verde	<i>Coriandrum sativum</i>	Alimento, uso medicinal
Cariru	<i>Talinum triangulare</i> (Jacq.) Willd.	Alimento
Alface	<i>Lactuca sativa</i>	Alimento
Jambu	<i>Acmella oleracea</i>	Alimento
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl	Uso Medicinal
Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>	Construção e comércio
Cedro	<i>Cedrella fissilis</i> Vell	Construção e comércio
Ipê	<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart. ex A. DC.) Standl.	Sombreamento das Frutíferas
Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Uso medicinal
Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>	Construção e comércio

Fonte: Adaptado de: Coelho-Cerreira; Jardim (2005); Silva *et al.*, (2014); Shanley; Serra; Medina, (2010), Siviero *et al.*, (2011).

Os locais de comercialização da produção são diversificados, sete (07) entrevistadas informaram dois ou mais lugares. Os meios de comercialização citados por elas foram: Feiras do município, feiras da agricultura familiar, feiras dos Sindicatos, feiras da associação, “de porta em porta”, vendem para atravessadores, vendem na porta de suas casas, em festivais e vendem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Uma das entrevistadas explicou que possui uma tenda na frente da própria casa, juntamente com demais produtores, e vendem além da produção agrícola, artesanatos e comidas típicas. Destacou que aprendeu muito com a caderneta agroecológica, teve uma visão do todo que produz, soube o que é lucro, prejuízo, consegue fazer uma avaliação de produção.

Também foi perguntado a elas sobre o uso da Caderneta Agroecológica. A pergunta foi feita para onze (11) das 15 entrevistadas. Perguntou-se se elas utilizam ou já utilizaram a Caderneta Agroecológica e quatro (04) disseram que não utilizam, mas sete (07) disseram que utilizam ou já utilizaram.

Algumas das entrevistadas informaram que a primeira vez que tiveram contato com a caderneta agroecológica foi através do MMNEPA, e que a partir de um incentivo do Banco do Brasil receberam as cadernetas agroecológicas, mas após um período preenchendo, as mesmas precisaram ser devolvidas para a instituição que as forneceu. Com isso, algumas trabalhadoras deixaram de utilizar a caderneta agroecológica, mas outras trabalhadoras continuaram fazendo suas próprias anotações da produção.

A caderneta agroecológica é um instrumento pedagógico e político elaborado para que de maneira simples e fácil as agricultoras possam anotar de maneira estratégica as informações sobre o que foi cultivado e produzindo nos espaços de domínio das mulheres. Dessa maneira, registrando no cotidiano o que foi consumido, o que foi vendido, o que foi doado e o que foi trocado. Através desse método elas conseguem visualizar e dar mais visibilidade ao trabalho delas (Jalil; Cardoso; Rody, 2021)

A anotação na caderneta possibilita pensar nas formas de comercialização e diversificação dos produtos. O mercado das agricultoras é um mercado que não está organizado por uma lógica capitalista, portanto uma economia invisibilizada. A comercialização na porta de casa é parte das suas estratégias. Mas as cadernetas agroecológicas revelam possibilidades de venda, como participar das feiras, que tem relação direta com o aumento da renda, além de ser uma experiência positiva para autonomia das mulheres. A caderneta também pode auxiliar a comercialização para os programas de compras públicas (Nobre; 2021)

Nobre (2021) também explica que a caderneta revela um fluxo invisibilizado, como por exemplo, o dinheiro que é utilizado nas despesas da casa e nas demandas dos filhos, que não é contabilizado para não questionar o papel de provedor dos homens, a eles atribuído.

Durante as entrevistas também foi perguntado se elas possuem propriedade do imóvel em que elas moram e trabalham. Das quinze (15) entrevistadas, sete (07) responderam que não têm a propriedade do imóvel em seu nome e sete (07) responderam que possuem (isso inclui as que possuem em comunhão com o marido), e uma (01) está em território quilombola.

Sobre essa questão foi oportuno comparar o estado civil das mulheres e se possuem ou não a propriedade do imóvel, revelando que das sete (07) entrevistadas que não possuem propriedade do imóvel, três (03) são solteiras e quatro (04) estão ou casadas ou em união estável. O quadro 6 apresenta esse comparativo:

Quadro 6 – Comparativo entre estado civil e propriedade do imóvel

ENTREVISTADA	ESTADO CIVIL	PROPRIEDADE DO IMÓVEL
E1	Solteira	Não
E2	União estável	Sim
E3	Casada	Não. Associação
E4	Casada	Não. Território Quilombola
E5	Solteira	Não
E6	Casada	Não
E7	União estável	Sim
E8	Viúva	Sim
E9	União estável	Não
E10	Casada	Sim
E11	União estável	Não
E12	Solteira	Não
E13	Casada	Sim
E14	União estável	Sim
E15	Viúva	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

As principais demandas das mulheres trabalhadoras rurais organizadas foi o reconhecimento como trabalhadoras para acessarem os direitos aos benefícios sociais decorrentes, mas questão da titularidade ainda é um entrave histórico de acesso para mulheres. A falta de titulação da terra impede que as mulheres sejam consideradas sujeitas de políticas públicas que fortaleçam seu papel enquanto agricultoras, como acesso ao crédito rural, programas de geração de renda e formação profissional, assistência técnica, programas de apoio à comercialização da produção e participação em políticas de conservação ambiental (Mesquita, 2021).

Para Deere e León (2003) a diferença de gênero implica na aquisição de terra na América Latina devido há cinco fatores: “preferência dada aos homens na herança; privilégio masculino no casamento; viés masculino tanto nos programas comunitários como em programas estatais de distribuição de terras; e viés de gênero no mercado fundiário”. E a principal forma das mulheres adquirirem terra é por meio da herança.

Para Rodrigues *et al.* (2021) os fatores para compreender o cenário de desigualdade no acesso à terra passa pela discriminação de gênero e da forma pelas quais são obtidas:

Mulheres têm propriedade à terra por meio de herança ou doação 45,52% dos casos. Enquanto os homens, nos 46,68% dos casos adquirem as terras principalmente por compra.

A falta de acesso à terra é reflexo das desigualdades socioeconômicas, o acesso à terra é intermediado pelas desigualdades em um sistema econômico em que a terra é convertida em propriedade, beneficiando grupos privilegiados. Essa lógica impede a autonomia financeira e, conseqüentemente, o pleno exercício da cidadania das agricultoras. Viabilizar o acesso à titulação é fundamental para promover a emancipação social, política e econômica dessas mulheres, sendo consideradas como sujeitas de direitos (Mesquita, 2021). Como uma das entrevistadas destacou “A agricultura está nas mãos dos grandes homens, mas as mulheres que cuidam do meio ambiente”.

5.4.7 Percepções sobre o clima e meio ambiente das agricultoras do MST e MMNEPA

Também foi levantado junto as entrevistadas do MST e MMNEPA as percepções e observações delas em relação ao clima. Buscou-se compreender se perceberam mudanças no regime de chuva, no aumento de temperatura, e se isso afetou a produção delas.

Sobre essa questão com as Mulheres do MMNEPA, foi perguntado para onze (11) mulheres se perceberam e o que perceberam de alterações no clima. Nove (09) entrevistadas afirmaram que perceberam alterações no clima e duas (02) disseram que não perceberam alterações. As que responderam que perceberam essas alterações, explicaram que os períodos de chuva e menos chuva atrasaram o início e quando a estação chegava, o volume de chuvas foi muito maior que o esperado e o período de menos chuva teve um calor muito mais intenso.

Das nove (09) entrevistadas que responderam que perceberam as alterações do clima, seis (06) informaram que tiveram suas produções afetadas, principalmente devido ao excesso de chuva que encharcou o solo fazendo perder o cultivo de mandioca, uma das principais produções do grupo investigado. Esses prejuízos afetam financeiramente o trabalho das

agricultoras, não apenas por não ter aquela produção para comercializar, mas as vezes a agricultora utilizou de financiamento junto a instituições financeiras e precisa prestar contas.

Uma das entrevistadas explicou que possui financiamento no banco da Amazônia e com a chuva intensa, muito além do tempo esperado, a fez perder a safra do arroz do ano de 2023 e perdeu mudas, causando prejuízos para quem tem financiamento.

A percepção de calor extremo, foi bastante citada, mas a maioria não relacionou com os problemas na produção, revelaram que sentem mais desconfortos térmicos com a temperatura elevada e preocupações com as queimadas.

Outra entrevistada explicou que a mudança no regime de chuvas tem atrapalhado de forma significativa a plantação de cacau e do açaí. Em período de chuva a escala de produção do açaí cai, porém, os excessos de chuva dificultam a ação dos polinizadores. A produção de manga, cupuaçu, caju também caiu com o excesso de chuva. Com isso, há impacto na cadeia de produção e consumo de alimentos e produtos agroecológicos, o que implica na segurança alimentar e nutricional da família e consequentemente da comunidade.

Para as Mulheres do MST também foi feita a mesma pergunta e todas as entrevistadas responderam “sim”, que perceberam alguma variação no clima no último ano, que foi o clima mais quente. Que não sentiam a temperatura tão elevada desde 2013. Nesse ano os agricultores do assentamento Abril Vermelho perderam seus cultivos devido às queimadas. Episódio que causou além do ecológicos, sociais também.

Analisar os danos causados pelas mudanças climáticas é complexo e precisa considerar e detalhar muitos aspectos. Mas o que as pesquisas apontam que os agricultores familiares são os mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, pois dependem das condições climáticas estáveis para suas colheitas, e qualquer alteração nos padrões de precipitação e temperatura pode afetar negativamente a produção de alimentos. A produção desses agricultores é mais sensível às mudanças climáticas, os alimentos básicos como mandioca, milho, feijão, café, algodão, laranja (Tanure, 2020).

O impacto direto nas plantações pode consequentemente provocar queda da produtividade dos agricultores familiares (Alpino *et al.*, 2022). Eles têm pouco ou nenhum acesso aos recursos tecnológicos para adaptação, além disso, possuem dificuldades de escoamento da produção, baixa utilização de insumos externos e mercados locais pouco desenvolvido (Tanure, 2020).

Esses impactos contribuem para o agravamento das desigualdades e implicações na segurança alimentar do país. Compromete o direito ao acesso à alimentos saudáveis e *in natura*, interferindo nas mudanças dos hábitos alimentares, como é o caso do consumo de

açaí, elevação nos preços dos alimentos, a busca por alimentos ultraprocessados, o que pode provocar ou agravar, em muitos casos, a insegurança alimentar e nutricional (Alpino *et al.*, 2022).

5.6 Conclusão

A sistematização das demandas dos grupos pesquisados apresenta uma grande complexidade. São diversas pautas que se articulam com várias dimensões: política, econômica, ecológica, social, produtiva. Pois tratam-se de grupos historicamente oprimidos e excluídos, que intersecciona classe social, raça, cor, etnia, gênero. São mulheres, sem poder econômico, sem poder político, agricultoras, não brancas, com baixa escolaridade, isso as coloca em um lugar de exclusão e/ou subalternização social.

Essa maneira hegemônica de organizar a sociedade é herança colonial e é ela quem define a divisão sexual e racial do trabalho, fazendo com que as agricultoras ocupem a base que sustenta a sociedade e sejam sobrecarregadas de trabalho. Mas o trabalho desenvolvido por elas é invisibilizado, não remunerado ou pouco remunerado. Por isso suas pautas são tão complexas, pois fala-se de um grupo com profundas e estruturais desigualdades. Mas comprometidas em enfrentar a força e o poder de uma superestrutura. Essa luta é de baixo para cima, que carrega novos sentidos sociais e políticos.

Diante de tantos desafios que precisam ser enfrentados, as agricultoras encontraram no movimento feminista, criado por elas, um espaço de reconhecimento e fortalecimento enquanto trabalhadoras, mulher, mãe, sujeitas políticas, cidadãs. É um espaço em que podem nutrir um sentimento de pertencimento, ao contrário que a sociedade lhes faz sentir. Mas principalmente mantém a organização social e política, para lutar e conquistar coletivamente os objetivos traçados pelas mulheres subalternizadas.

A luta que travam no espaço, privado, público e coletivo, é para que o trabalho delas seja reconhecido, que não sejam vistas como ajudantes, mas que acima de tudo sejam ouvidas e consideradas no que se refere às políticas públicas. Uma vez que são elas que estão produzindo comida, sustentando o mundo, à medida que cuidam da natureza e ainda estão em vulnerabilidade (climática e social).

As mulheres do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra – MST/PA e do MMNEPA se organizam para identificar as dificuldades, promovem encontros para discutirem as vivências e criarem estratégias que superem os desafios. Participam de marchas e atos propondo soluções, pressionando o poder público e buscando apoio político.

Assim, buscam construir diálogo com o poder público e sociedade civil para que suas pautas sejam atendidas.

Identificou-se que as pautas prioritárias de ambas são: o combate à violência de gênero, vividas dentro e fora de seus territórios, acesso à saúde pública e de qualidade, combate à discriminação de gênero, raça e classe. Para as mulheres do MST a efetivação dos acampamentos em assentamentos, enfrentamento aos impactos causados pelo agronegócio, combate ao uso de agrotóxicos, e combate à fome. Para as mulheres do MMNEPA enfatizaram mais a representação política e o combate à violência gênero e política de gênero nos seus territórios. A medida em que buscam saídas para essas violências, se encorajam para assumir os espaços políticos, enfrentando o medo e suas inseguranças.

Foi encontrado que em ambos os grupos veem a agroecologia como um campo propício para construir relações sociais equitativas e relações ecológicas justas, como muitos exemplos confirmam.

Os sistemas agroalimentares de base agroecológica protagonizados por mulheres colocam em prática e concretizam às propostas de um projeto social, político e ambiental capaz de propiciar mudanças necessárias para promover a soberania e segurança alimentar e transformação social, criando condições de produzir uma grande diversidade de alimentos, de cuidar da terra e da biodiversidade.

As experiências das agricultoras demonstram que é imperativo reconhecer que a gestão dos recursos naturais é intrínseca ao trabalho produtivo e do cuidado desempenhado por elas. As agricultoras estão à frente da produção e consumo dos alimentos agroecológicos e reprodução da mão de obra da agricultura. São elas as responsáveis por fazer todos os afazeres domésticos, gestam, criam, amamentam, alimentam e cuidam da saúde dos filhos quando são crianças. Cuidam da saúde da família em geral. Pensando, escolhem e preparam a refeição que será servida e vai alimentar os trabalhadores. Limpam, lavam, passam e organizam a casa e a dinâmica familiar que vai atender aos maridos, filhos e demais familiares. Esses filhos que depois serão trabalhadores na atividade. E como elas ressaltaram: fazem isso desde quando são crianças. As mulheres do campo trabalham desde crianças. O sexo e a classe social definem a experiência da mulher.

Além disso também estão engajadas na diversificação da produção, produzindo bolos, doces, chocolates, vinagre, óleos, entre outros. Ou seja, desempenham as funções do trabalho produtivo, reprodutivo e do cuidado. Percebe-se que a soberania alimentar está intimamente ligada ao trabalho desse grupo. Produzem uma grande e diversa quantidade de alimentos in natura e que são a base da subsistência. E em trabalho coletivo com os seus companheiros

diversificam as formas de comercialização, furam os bloqueios do mercado, fazendo chegar alimentos saudáveis à população.

É importante atentar para a vulnerabilidade dos agricultores familiares às mudanças climáticas. Que é amplificada pela sua fragilidade econômica e social, tornando-os mais suscetíveis aos impactos adversos. A exposição direta aos fatores climáticos, como secas, inundações e mudanças de temperatura podem ser um dos principais desafios enfrentados por esses agricultores.

Portanto, oportunizar a participação das agricultoras nos espaços de decisão e considerar as suas perspectivas é primordial para que se construa de maneira equitativa caminhos democráticos. É fundamental que o poder público construa políticas públicas que considerem as demandas das mulheres rurais, como o escoamento da produção, acesso aos serviços de saúde de qualidade, que ocorra efetivação das legislações ambientais, fundiárias e de combate à discriminação de gênero e raça e que as vítimas dessas violências sejam amparadas de acordo com o contexto que vivem.

6 A AGENDA POLÍTICA DAS MULHERES DO CAMPO, FLORESTAS E ÁGUAS NA MARCHA DAS MARGARIDAS DE 2023.

6.1 Introdução

Os movimentos feministas vêm reivindicando diversos direitos das mulheres há anos. As mulheres do campo, florestas e das águas, através de mobilizações coletivas e articulações em redes, têm buscado diálogo com o governo afim terem suas reivindicações atendidas. A luta por igualdade de gênero é uma das principais bandeiras, bem como a participação política e social, pois essas afetam diretamente a vida dessas mulheres (Cavalcanti; Lima, 2016).

Ocorre que o engajamento das mulheres rurais na organização política e na ocupação de espaços públicos levou à formulação de aspirações feministas e à articulação de demandas contra formas de opressão específicas de gênero (Aguar, 2016).

As mulheres têm buscado e participado cada vez mais em se organizar nos movimentos sociais e sindicatos, isso desencadeia transformações profundas na sociedade, pois ao entrar nesses espaços, as mulheres redefinem seu papel tanto na esfera pública como na privada, desafiando normas tradicionais e construindo novas narrativas de igualdade. Também criam um espaço de resistência dentro dos próprios movimentos, onde elas lutam para romper com estruturas patriarcais e ampliar sua voz na esfera pública (Cavalcanti; Lima, 2016).

Com relação à organização das trabalhadoras rurais do Pará em busca de igualdade e mudança, especificamente as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), que estão em busca de conquistar e garantir direitos para as mulheres Amazônicas, organizaram-se e participaram levando suas pautas para a 7ª edição da Marcha das Margaridas, que ocorreu em agosto de 2023.

Nesse sentido, o presente capítulo se propõe a descrever e principais demandas do movimento de mulheres trabalhadoras rurais para a 7ª Marcha das Margaridas e a participação do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) na referida Marcha.

6.2 Materiais e Métodos

Para alcançar o objetivo que a pesquisa se propõe, duas áreas de análises foram utilizadas: 1) a organização de mulheres do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense

(MMNEPA) e 2) a Marcha das Margaridas de 2023. As duas áreas de estudos foram escolhidas a partir do contato com as agricultoras familiares.

As primeiras pesquisas ocorreram nas reuniões do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), nos dias 22 e 23 de junho de 2023 e em 19 maio de 2022, e também ocorreu na 7ª Marcha das Margaridas de 2023, nos dias 15 e 16 de agosto.

A Marcha das Margaridas é uma mobilização social que ocupa as ruas de Brasília/DF, coordenada pelas mulheres da Confederação Nacional de Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras familiares (CONTAG) de 27 federações e mais 4 mil sindicatos filiados, construída em aliança com movimentos feministas e de trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais, buscando conquistar visibilidade, reconhecimento social, político, cidadania plena, acesso aos direitos às mulheres. A construção ocorre a partir de processos formativos de debates, proposições, ação e pressão política, vivenciados nas comunidades, municípios e estados, a cada 4 anos, desde o ano 2000 (Cavalcante *et al.*, 2023).

A pesquisa teve abordagem qualitativa e mobilizou-se técnicas de pesquisa documental e bibliográfica para buscar informações sobre a história dos movimentos sociais de mulheres ligadas à defesa do meio ambiente, suas atuações, lutas e conquistas.

O levantamento teórico foi complementado com visitas de campo e a metodologia utilizada foi fundamentada na observação (Richardson *et al.*, 2012).

6.3 Marcha das Margaridas

A Marcha das Margaridas é um evento que já ocorre há 23 anos e é reconhecida como a maior ação latino-americana protagonizada por mulheres do campo, florestas, águas e cidade e acontece em Brasília-DF (Cavalcante *et al.*, 2023). É uma mobilização social composta por mulheres, movimentos feministas, associações e sindicatos, que definem suas pautas e defendem na marcha. Essas iniciativas foram fundamentais, por exemplo, para inclusão da agroecologia na agenda política do governo, bem como para formulação de políticas públicas concretas voltadas para esse modelo (Kalil; Marra; 2015),

O nome da Marcha homenageia Margarida Maria Alves, uma paraibana, líder sindical que foi brutalmente assassinada em 1983, enquanto lutava em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e da reforma agrária, um símbolo de luta no campo (Aguiar, 2016). E o objetivo da Marcha é conquistar melhores condições para mulheres do campo, florestas e águas, possibilitando visibilidade e protagonismo feminino, a partir de diálogo com o governo e dessa maneira influenciar na criação, aperfeiçoamento e

consolidação de políticas públicas voltadas especialmente para as mulheres do campo (Kalil; Marra, 2015)

Os movimentos feministas vêm reivindicando diversos direitos das mulheres há anos. As mulheres do campo, florestas e das águas, através de mobilizações coletivas e articulações em redes, têm buscado diálogo com o governo afim terem suas reivindicações atendidas. A luta por igualdade de gênero é uma das principais bandeiras, bem como a participação política e social, pois essas afetam diretamente a vida dessas mulheres (Cavalcanti; Lima, 2016).

Ocorre que o engajamento das mulheres rurais na organização política e na ocupação de espaços públicos levou à formulação de aspirações feministas e à articulação de demandas contra formas de opressão específicas de gênero (Aguiar, 2021).

As mulheres têm buscado e participado cada vez mais em se organizar nos movimentos sociais e sindicatos, isso desencadeia transformações profundas na sociedade, pois ao entrar nesses espaços, as mulheres redefinem seu papel tanto na esfera pública como na privada, desafiando normas tradicionais e construindo novas narrativas de igualdade. Também criam um espaço de resistência dentro dos próprios movimentos, onde elas lutam para romper com estruturas patriarcais e ampliar sua voz na esfera pública (Cavalcanti; Lima, 2016).

Com relação a organização das trabalhadoras rurais do Pará em busca de igualdade e mudança, especificamente as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), que estão em busca de conquistar e garantir direitos para as mulheres Amazônidas, organizaram-se e participaram levando suas pautas para a 7ª edição da Marcha das Margaridas, que ocorreu em agosto de 202. A foto 20 é o registro da participação das mulheres do MMNEPA na Marcha das Margaridas 2023.

Foto 20 – Plenária das mulheres do Pará na Marcha das Margaridas



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

O evento ocorre em dois dias, no primeiro dia proporciona espaços de diálogos, painéis temáticos, atividades autogestionadas, troca de experiências, troca de sementes crioulas, rodas de conversas, oficinas, danças, pinturas, cuidado com a saúde, feira de produção das Margaridas, formando um grande intercâmbio de sons, cultura, saberes e sabores. No segundo dia, as margaridas saem em Marcha pelas ruas de Brasília (Cavalcante *et al.*, 2023).

A 7ª edição da Marcha das Margaridas aconteceu nos dias 15 (terça-feira) e 16 (quarta-feira) de agosto de 2023, no Parque da Cidade em Brasília/DF, com o lema “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver” e reuniu no dia da Marcha cerca de 100 mil pessoas (CONTAG, 2023).

A CONTAG elaborou um documento contendo a pauta de reivindicações das Margaridas, resultado de diálogos estabelecidos com os movimentos sociais e organizações articulados em rede com a Marcha das Margaridas e entregou para as ministras e ministros do governo, inclusive na abertura do evento esses se fizeram presentes.

O documento foi apresentado em 13 eixos: 1 e 2) Democracia participativa e soberania popular/poder e participação política das mulheres. 3) Vida livre de todas as formas de

violência, sem racismo e sem sexismo; 4) autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; 5) Proteção da natureza com justiça ambiental e climática; 6) autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; 7) democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios²; 8) Direito de acesso e uso da biodiversidade, defesa dos bens comuns; 9) Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; 10) autonomia econômica, inclusão, produtividade, trabalho e renda; 11) Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária; 12) Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; 13) Universalização do acesso à internet e inclusão digital (CONTAG, 2023).

Percebe-se os movimentos de mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas, fundamentais na abordagem de temas gerais, mas especialmente na questão de gênero no contexto rural e de participação política (Aguiar, 2016).

6.4 Plenária dos povos na Marcha das Margaridas

Ainda na agenda da 7ª Marcha das Margaridas, no dia 15 de agosto de 2023 aconteceu a “Plenária dos Povos”, cujo o tema era: Mulheres da Amazônia, pela justiça socioambiental e pelo Bem Viver, foi coordenada pelas lideranças da região Norte e do estado do Pará, com o objetivo de organizar diversas formas de resistência das mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, negras, das águas, das florestas, e das cidades, oportunizou que as mulheres da Amazônia falassem sobre a realidade delas e os desafios que elas enfrentam. Foi um espaço de escuta fundamental não só para as demais mulheres da região que estavam presentes, mas também para o público composto por pessoas de várias partes do Brasil e do mundo.

Nessa plenária as mulheres do nordeste paraense, incluindo integrantes do MMNEPA, estavam presentes. Destacaram a importância da união das mulheres em defesa da Amazônia, a exemplo da derrota nas eleições para presidente de 2022 do ex-presidente Jair Bolsonaro, representante da extrema direita, que teve um governo marcada pela desregulamentação ambiental e pelo ataque as comunidades e povos tradicionais (Malheiro; 2022). Lembraram que derrotar Bolsonaro nas urnas foi tarefa da agenda feminista. De fato, no encontro de junho de 2022 do MMNEPA, umas das pautas prioritárias das mulheres era desenvolver estratégias para derrotar Bolsonaro e eleger Lula nas eleições de 2022 para presidente do Brasil.

² Concepção coletiva de autoidentificação da população que vive do mar e mora no território. Para além da pesca, há dimensões humanas, como espirituais, religiosas, de ética e solidariedade, que envolve a relação de pessoas com a natureza. É um termo de identificação construído coletivamente (Santos, 2018).

Na ocasião da plenária (Foto 21), as mulheres compartilham um objetivo intrínseco: defender a Amazônia por meio de uma abordagem agroecológica. Suas vozes ressoaram, clamando: "Queremos nossos corpos vivos dentro da floresta." Nesse espaço as mulheres da Amazônia apresentaram suas reivindicações para um público diverso. Essa é uma das estratégias políticas de mobilização da Marcha das Margaridas (Cavalcanti; Lima, 2016).

Uma agricultura de Igarapé-Miri/PA, compartilhou sua jornada, afirmando que a agricultura familiar trouxe não apenas alimentos saudáveis à mesa, mas também proporcionou renda e liberdade. Para ela, a agroecologia vai além da produção de alimentos, reúne os anseios das mulheres por autonomia econômica, preservação ambiental e uma conexão profunda com a terra, que elas veem como a "mãe" e reprodutora da vida.

Nesse sentido, sabe-se que a agroecologia surgiu como uma estratégia de enfrentamento ao atual modelo de sistema alimentar, mas a Marcha identifica na agroecologia a união de pautas prioritárias para as mulheres: o feminismo, emancipação feminina e combate a todas as formas de violência e opressão contra as mulheres (Kalil; Marra, 2015).

Na plenária ainda denunciaram destruição ambiental no rio Tocantins e advertiram que a soja, o dendê e o gado não podem se sobrepor às vidas dos Amazônidas. Expuseram o avanço preocupante do agronegócio nas terras das palmeiras de coco-babaçu. Enfatizaram que essas palmeiras sustentam a vida das quebradeiras de coco, mas o avanço implacável do agronegócio ameaça interromper a vida e subsistência das quebradeiras. Para Kalil e Marra (2015), o enfrentamento ao agronegócio é uma pauta recorrente nas edições anteriores da Marcha das Margaridas.

As mulheres também trouxeram à tona uma denúncia contundente sobre a exploração oculta por trás de certos produtos rotulados como "bios". Apontaram a exploração do trabalho, prostituição, uso de drogas e a disseminação de venenos em algumas cadeias de produção que são vendidas como ecologicamente corretas.

Por fim, foi levantada importância de uma educação do e no campo que respeite os modos de vida das comunidades dos maretórios. Essas comunidades, cujas vidas são regidas pelas marés e pela sincronização com os ritmos naturais, buscam uma educação que valorize sua relação única com a terra e o tempo.

As plenárias e atividades da marcha possibilitaram a formação, troca de experiências, disseminação das informações e organização das estratégias consensuais entre esses grupos, fortalecendo suas influências nas negociações tanto com o Estado quanto com o movimento sindical, ressignificando assim o papel da mulher do campo, florestas e águas, na sociedade (Cavalcanti; Lima, 2016)

Foto 21 – Mulheres de Tracuateua na Marcha das Margaridas



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Segundo o site da agência sindical e da CONTAG, após a 7ª edição da Marcha das Margaridas, algumas resoluções foram anunciadas: Reinstalação do Fórum Nacional de Políticas para as Mulheres Agricultoras do Campo, da Floresta e das Águas; Criação de 90 mil quintais produtivos; Programa emergencial de Reforma Agrária; Regularização de 40 mil famílias em assentamentos; entre outras. Também foi sancionada a Lei nº 14.660, que prioriza mulheres agricultoras familiar na aquisição de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e estabelece que pelo menos 50% das vendas das famílias produtoras deverão ser feitas no nome das mulheres.

A participação nos movimentos sociais abre muitas possibilidades de mudanças positivas na sociedade, não só na vida das mulheres. Embora ocorram conflitos e contradições é um espaço que possibilita transformações reais para a vida das mulheres e seu entorno. Enquanto feministas, seguem engajadas no processo de enfrentamento a desigualdade e discriminação de gênero, e sua participação em espaços públicos possibilita romper ou fissurar a estrutura de dominação patriarcal (Cavalcanti; Lima, 2016).

6.5 Conclusão

A dominação da natureza e de gênero, estruturadas e impostas pela cultura patriarcal e pelo modelo de produção dominante ameaçam a existência das mulheres do campo, das florestas e das águas, uma vez que gênero e natureza estão intrinsecamente conectados, devido ao papel social que essas executam na sociedade, o de reprodução da vida.

Nesse sentido, percebe-se que a participação das mulheres nos movimentos sociais e sindicais, encontram estratégias capazes de transformar a realidade, a partir de mobilizações como a Marcha das Margaridas, necessária para os tempos atuais, uma vez que estabelece uma agenda política e diálogo com o governo para alcançar resoluções para suas demandas

A Marcha das Margaridas representa a força política, organizacional e estratégica de movimentos feministas, possibilitando a criação, conquista e/ou aperfeiçoamento das políticas públicas para as mulheres do campo, florestas e águas, a partir de espaços de participação democráticas que fortalecem, empoderam e dão visibilidade a um grupo marginalizado de regiões subalternizadas, como a Amazônia, Norte e Nordeste. Além disso, essas conquistas são possíveis devido a existência de um governo progressista, com representantes com perspectiva feminista, como as ministras das pastas da mulher, cultura, saúde, igualdade racial, meio ambiente, esporte e povos indígenas.

7 ASSENTAMENTO ABRIL VERMELHO E A CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA

7.1 Introdução

O Projeto de Assentamento Abril Vermelho está localizado no município de Santa Bárbara no estado do Pará, há 45km de distância da capital paraense, território periurbano pertence à região metropolitana de Belém, possui uma área de 6.803,1493 hectares, que é autogestionado pelos próprios assentados. A área pertencia a empresa DENPASA S.A, produtora de óleo de palma do dendê. Era uma antiga fazenda chamada de Paricatuba, mas com a crise dos dendezaís da DENPASA, no ano de 2001, as atividades foram encerradas em fevereiro do mesmo ano (Vilhena; Ferreira, 2020).

A conquista do PA Abril Vermelho pelo MST foi um desafio árduo. Com quase 50 km² de extensão e um grande número de famílias divididas entre três acampamentos diferentes, além do confronto com a DENPASA, que ainda planejava replantar dendês, foi necessário um alto nível de organização e comprometimento dos militantes. A ocupação representava a oportunidade de conquistar uma terra para viver. Finalmente, em 13 de abril de 2004, 393 famílias foram assentadas com base em um mandato de emissão de posse concedido pelo Poder Judiciário Federal em 28 de novembro de 2008. Mas a oficialização enquanto Projeto de Assentamento veio em 2009, pelo INCRA (Vilhena; Ferreira, 2020).

Para Paulino, Ribeiro e Souza (2019), o MST “busca reconstituir a identidade do seu povo, o que pode se transformar numa oportunidade real a estes trabalhadores excluídos da ordem social e econômica do país, caso tenha apoio do Estado”. O movimento possui um papel importante na luta pela terra e na criação dos assentamentos

A maioria dos assentados do Abril Vermelho é oriunda do nordestes paraense, e uma pequena parte veio de outros estados do Brasil. Alguns dos assentados já tinham experiência com agricultura, outros eram filhos de agricultores e outros não tinham nenhuma experiência de trabalho com terra, o que torna interessante acompanhar a trajetória do assentamento que busca estratégias produtivas a partir da proposta de reforma agrária popular de base agroecológica do MST e como isso está sendo executado (Vilhena; Ferreira, 2020).

A agricultura familiar no projeto de assentamento Abril Vermelho vem passando por processo de transição agroecológica, através de algumas experiências se sistemas agroflorestais que buscam superar os problemas associados ao monocultivo de dendê, adotando práticas de produção mais saudáveis e sustentáveis, como o uso de biocontrole e a comercialização em circuitos curtos, que aproximam os produtores dos consumidores. Além

de apresentar uma diversidade de cultivos e criações produtiva que pode trazer benefícios em termos de segurança alimentar e nutricional, ao oferecer uma variedade de alimentos para as famílias e a comunidade local (Freitas, 2016).

Almeja-se a partir da cartografia participativa caracterizar a comunidade do PA Abril Vermelho, para entender a relação dos assentados com o meio em que vivem, locais de trabalho, comercialização de produtos, dinâmicas produtivas, com a finalidade de produzir cartografias para compor um diagnóstico socioambiental, que colabore para o fortalecimento das ações e empoderamento do grupo de mulheres do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST/PA).

7.2 Materiais E Métodos

Para atingir os objetivos, foi desenvolvida uma oficina de cartografia participativa, construída coletivamente com os assentados do PA Abril Vermelho.

A escolha pela cartografia participativa passou por uma análise sobre os objetivos da cartografia social e participativa Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (*International Fund for Agricultural Development – IFAD*) define critérios para o reconhecimento de mapas participativos e comunitários, a partir do conceito de “mapeamento participativo”. Para falar de mapas participativos, apresentam-se a cartografia participativa e a cartografia social (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022).

Historicamente, a cartografia está relacionada as diversas formas de representar os ambientes em que as sociedades vivem, de acordo com as especificidades de cada ambiente. Ambas as cartografias são instrumentos de fortalecimento dos movimentos sociais e comunidades locais. O objetivo de cada uma que as distingue (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022).

A cartografia social e cartografia participativa são definidas como dois conjuntos de metodologias de representação. A cartografia social está voltada a compreender as realidades locais a partir de outras matrizes de conhecimento (Sombra *et al.*, 2021), sendo “manifestações de identidades coletivas, referidas às situações peculiares e territorializadas” (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022).

A cartografia participativa, por sua vez é mais voltada ao diálogo entre saberes, o saber científico e as dimensões da cartografia, utilizando imagens de satélite, técnicas de geoprocessamento, mas que tenha os atores locais como participantes do processo (Sombra *et al.*, 2021). Para Sombra, Rodrigues e Pinho (2022) “A cartografia participativa está

preocupada em referenciar no espaço absoluto e no espaço relativo à existência concreta, material e simbólica das territorialidades e seus usos”, destacando o caráter científico dessa metodologia, em que as comunidades se apropriem deste conhecimento, do olhar vertical, das técnicas e tecnologias a partir da ciência.

É importante frisar que não é o uso ou não de tecnologia que definir as proposições das cartografias, e sim do objetivo de cada uma (Sombra; Rodrigues; Pinho, 2022).

Na cartografia participativa ocorre a participação da sociedade, registra-se e descreve-se o que eles enxergam, saber o que eles planejam, ouvir, compreender as diversas realidades. Se deve considerar o que a comunidade reconhece e registrar no mapa. Compreende-se que a cartografia consegue representar em mapa os usos dos recursos naturais, os problemas ambientais, identifica os atores sociais que se relacionam como o ecossistema, entre outras temáticas de caráter social/humanos como mapas de população, migração, faixa etária, etc. (Silva; Giordani; Bezerra, 2021).

Os autores Sombra *et al.*, (2022, p. 155) ainda afirmam que:

A Cartografia Participativa é uma metodologia de trabalho que permite expressar não apenas a dimensão objetiva dos espaços produtivos e dos ambientes, mas também a subjetividade das populações que produzem essas territorialidades. O processo de construção da Cartografia Participativa só se torna possível por uma abordagem qualitativa que envolva a participação dos sujeitos diretamente envolvidos em cada situação no seio comunitário, atestando fundamentalmente a existência de vida social, cultura, saberes e assimetrias existentes no espaço cartografado pelos próprios comunitários.

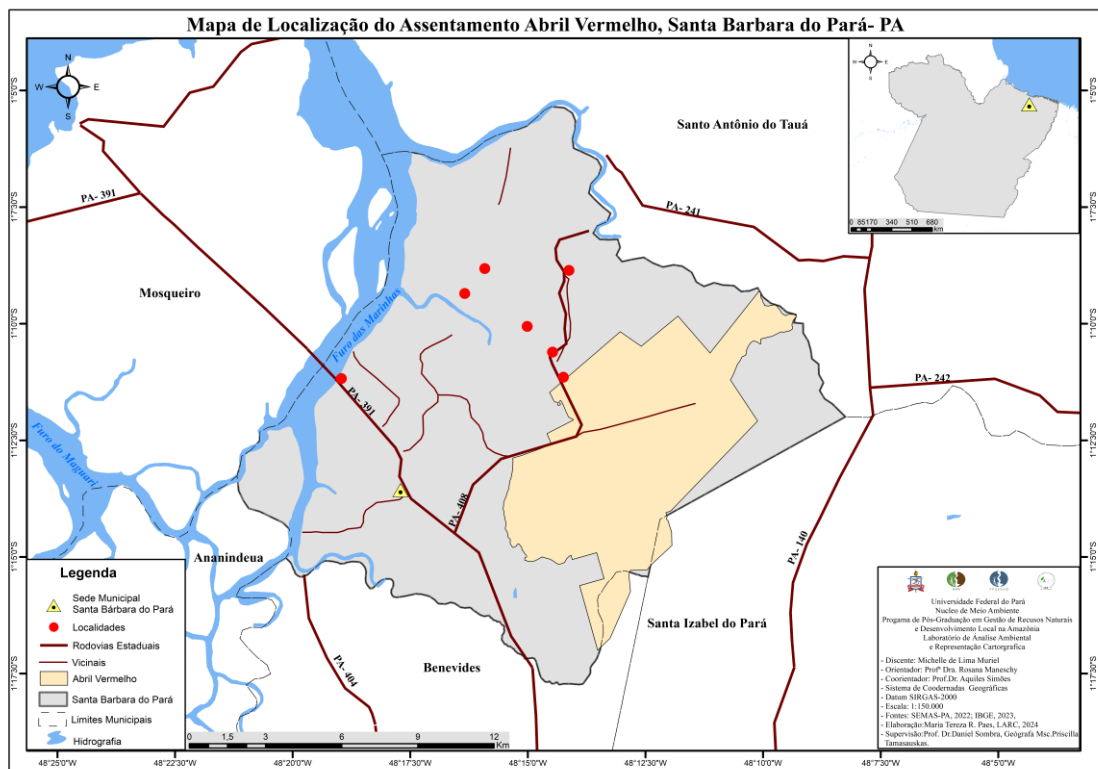
Dessa maneira, percebe-se que os grupos humanos buscam interpretar a lógica da natureza a partir das suas representações. E então o mapa se apresenta como uma construção subjetiva, com capacidade de ser um instrumento que auxilie os movimentos sociais. Através disso é possível buscar alternativas viáveis para a construir políticas públicas nos contextos locais que contemplem todos os sujeitos que participaram da elaboração, sendo assim um instrumento de afirmação das identidades coletivas e dos seus respectivos processos de territorialização (Tomaz; Barros; Marques, 2013).

Portanto, pode-se compreender a cartografia como uma metodologia que possibilita a compreensão complexa de um processo que relaciona território e sociedade. De acordo com a classe, grupo, gênero, etnia tem-se uma cartografia. O reconhecimento do indivíduo e do seu território em busca de autonomia para influenciar no desenvolvimento territorial, pode refletir diretamente na dinâmica da comunidade e, portanto, criar condições de reduzir a assimetria social, conquistar o empoderamento social e alcançar o reconhecimento de sua existência. O elaborador, ao produzir a cartografia, mesmo que tenha utilizado técnicas individuais

unilaterais, carregará uma significativa carga de caráter social e político de uma determinada parcela da sociedade (Silva *et al.*, 2021).

Por essas razões que a oficina de cartografia participativa foi aplicada nesse trabalho. A comunidade foi convidada a fazer parte da oficina uns dias antes, através de uma das lideranças do Assentamento que colaborou fazendo a mobilização dos participantes, nos dias que antecederam a oficina. E dessa maneira, a oficina ocorreu no viveiro do PA Abril Vermelho, em outubro de 2023. O lugar foi escolhido pelas mulheres convidadas, pois nesse dia elas estariam reunidas no viveiro, juntamente com os demais assentados para um mutirão, então esse local seria o mais viável para oficina ocorrer.

Mapa 2 - Localização do PA Abril Vermelho



Fonte: UFPA. Numa. Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica - LARC (2024)

Para oficina foram utilizadas duas cartas-base: A primeira com a localização do PA Abril Vermelho (Mapa 3) e a segunda com a localização do município de Santa Bárbara onde o assentamento está inserido. A primeira carta-base foi utilizada com o intuito de conhecer melhor o PA e identificar os usos do solo. Através das seguintes perguntas: 1) Como o assentamento é dividido? 2) O que tem no seu lote? 3) Identifique os locais de conflitos e quais são eles? 4) As áreas de lazer em comum? 5) Quais as áreas de trabalho em comuns?

A segunda carta-base foi utilizada para compreender a relação dos assentados com o município, e as perguntas feitas foram: 1) Onde comercializam a produção? 2) Há áreas de lazer fora do assentamento? 3) O que tem em volta do assentamento?

Após as primeiras perguntas as participantes puderam localizar as respostas nas cartas base, sinalizando com caneta e papel adesivo, o que foi perguntado e após a coleta das informações, foi feito o registro fotográfico dos mapas com as informações.

Ao final da oficina de Cartografia Participativa, o material produzido foi entregue no Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC)³ do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA) e após a análise do material foram elaboradas duas Cartografias Participativas.

7.3 Oficina de Cartografia Participativa no PA Abril Vermelho

O objetivo inicial da oficina era que fosse feita apenas com as agricultoras, mas não se sentiram confortáveis, disseram que não conheciam muita coisa sobre o assentamento, e que “eles” (os homens), sabiam mais, então preferiram chamar os companheiros para participar. Portanto, como preferiram, a oficina foi desenvolvida de forma mista, inicialmente os homens participaram mais, até que algumas mulheres foram participando na medida em que se sentiam confiantes.

Ao total doze (12) pessoas, sendo seis (06) homens e seis (06) mulheres participaram da oficina, uns participaram mais outros menos, mas todos contribuíram de alguma forma para a elaboração da cartografia, a foto 22 e foto 23 apresentam os registros da oficina.

Foto 22 – Registros da oficina de cartografia participativa (A)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

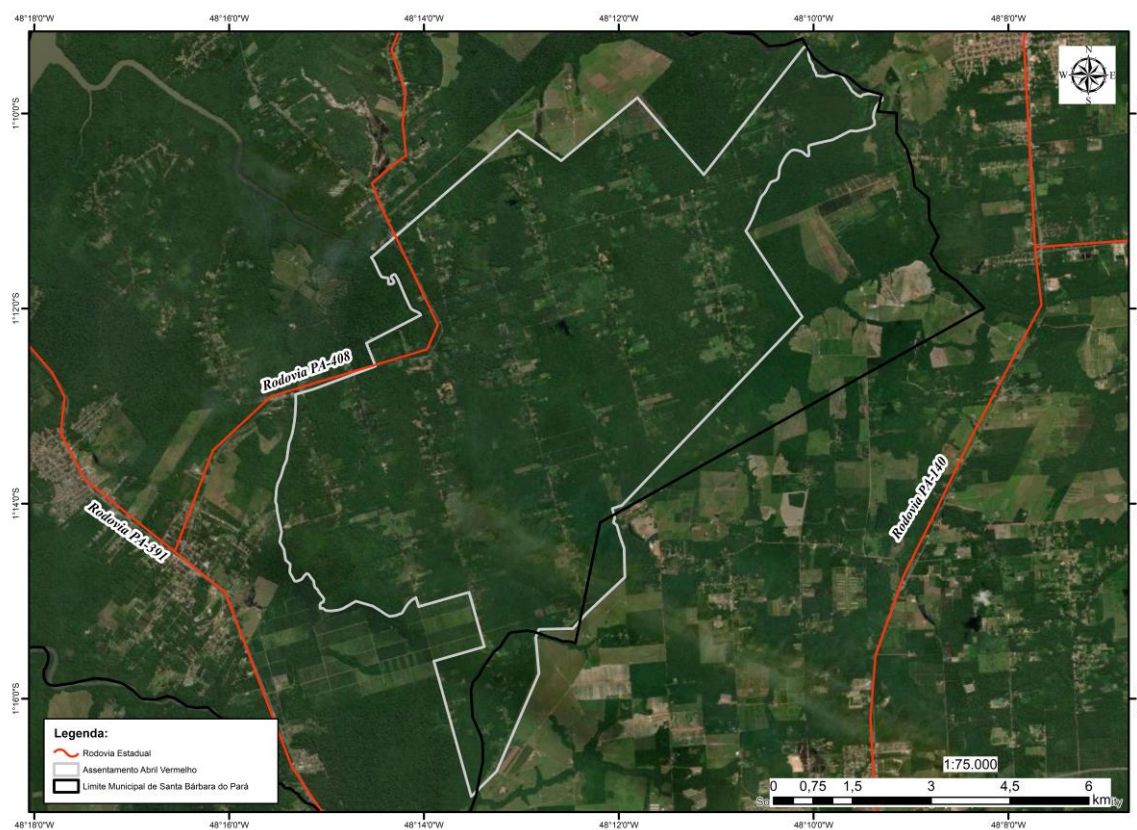
Foto 23 – Registros da oficina de cartografia participativa (B)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

³ Os *layouts* foram produzidos pela geógrafa Priscilla Tamasaukas juntamente com os bolsistas do LARC.

Mapa 3 – Carta Imagem do Assentamento



Fonte: UFPA. Numa. Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica - LARC (2024)

Durante a oficina, os participantes observaram a vasta área verde que eles cultivam, resultado das práticas de sistemas agroflorestais (SAFs) aplicadas ao longo dos anos. Os assentados, que regularmente oferecem cursos sobre agroecologia e SAFs, ficaram positivamente surpresos com a extensa cobertura vegetal do assentamento. No entanto, também se preocuparam ao identificar que o lote com menor cobertura vegetal é o que abriga criação de gado.

Além disso, perceberam a ausência de um serviço de saúde no assentamento, um problema recorrente, especialmente em casos de emergências médicas, como picadas de cobra e outras intercorrências.

A oficina trouxe discussão acerca das temáticas sobre: Educação ambiental, manejo de açaí, produção de mudas, pesca artesanal e a participação das mulheres na pesca, e sobre o acesso aos serviços de saúde e transporte para o assentamento.

A compreensão do espaço geográfico é um exercício primordial, especialmente nos casos dos projetos de assentamento, para reivindicar sua demarcação. Durante a oficina observou-se a construção do conhecimento quando ao território que partilham. A origem da

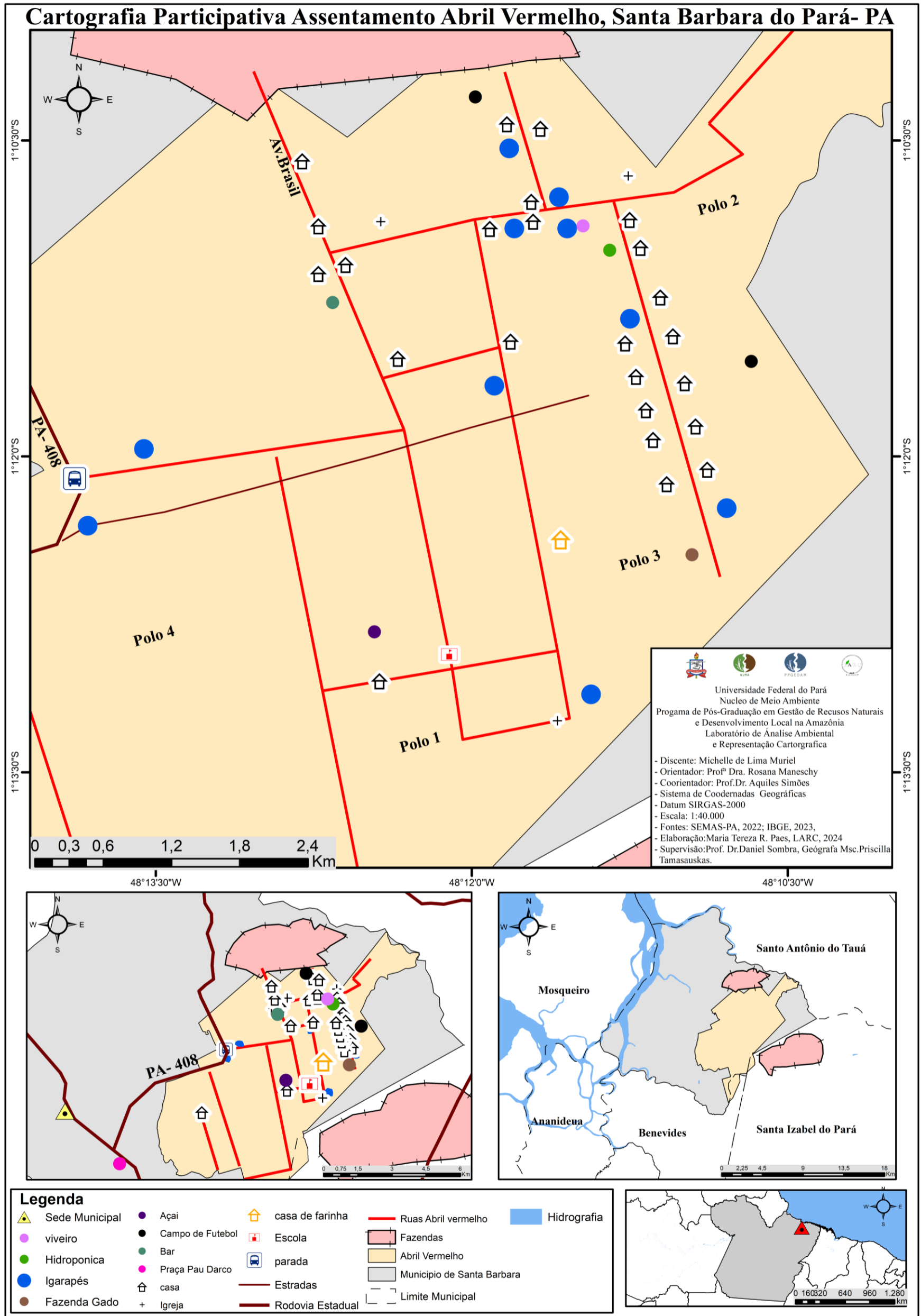
cartografia sempre foi um trabalho construído em coletividade e com representatividade da ação humana, “deriva de um conhecimento adquirido, armazenado e transmitido por gerações de uma determinada sociedade” (Silva *et al.*, 2021).

Tomaz, Barros e Marques (2023) explicam que a cartografia foi conceituada como “a ciência que produz e estuda mapas”, e que por décadas foi o único instrumento das forças militares em diversas partes do mundo com a finalidade de dominar, conquistar, ocupar e controlar territórios dos Estados nacionais, como nos processos de colonização e expansão imperialista. Historicamente, para Silva *et al.* (2021), a cartografia foi convertida em poder para poucos. Soares *et al.* (2018) também ressaltam que os conhecimentos sobre o espaço e informações geográficas sempre foram trunfos de poder, e o conhecimento sobre cartografia foi concentrada nas mãos de uma minoria em detrimento de uma maioria.

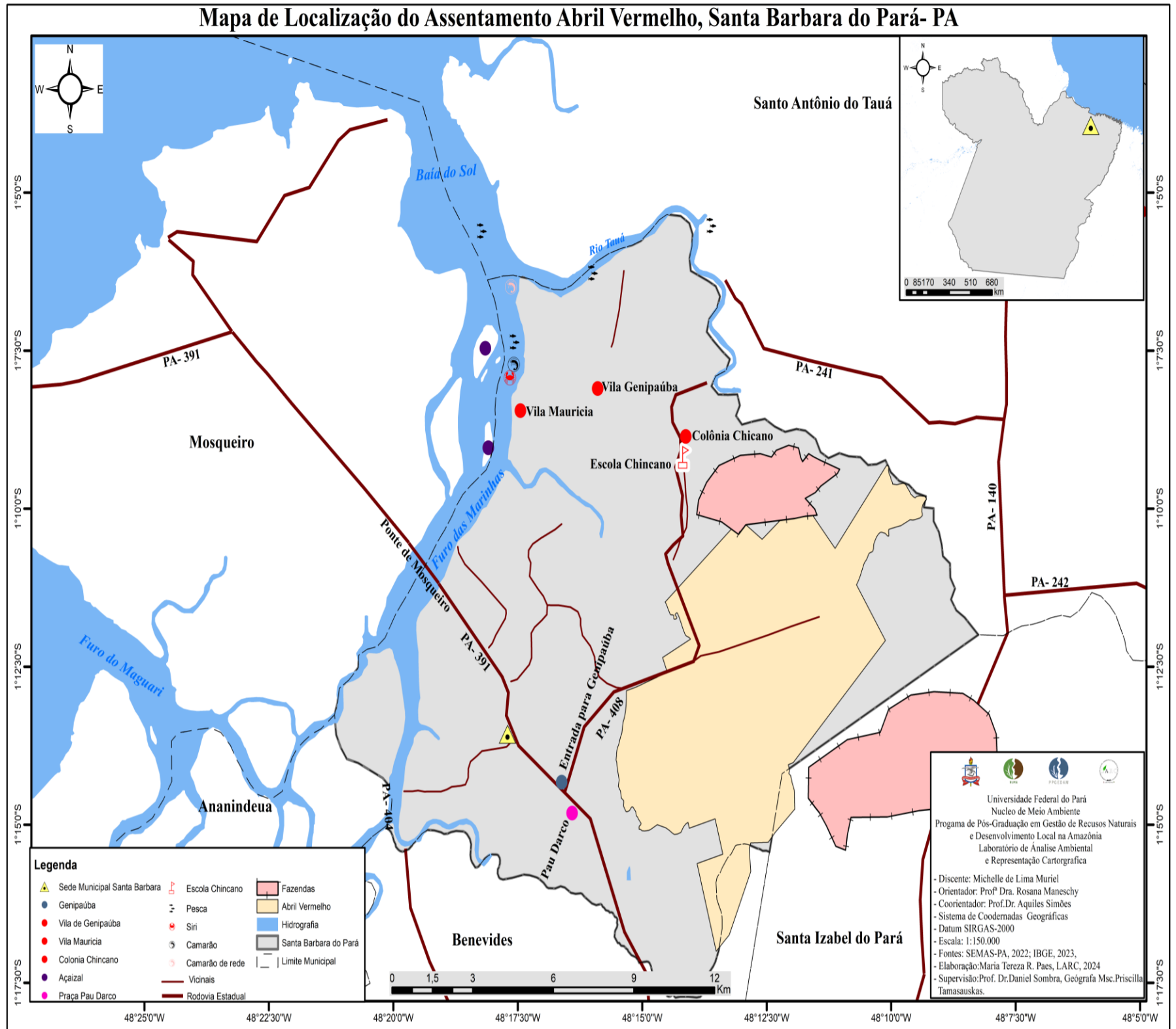
Porém, contrapondo os usos hegemônicos dessa ciência, diversos grupos humanos estiveram ao longo da existência desenvolvendo formas de representar suas territorialidades, e conseqüentemente, em processo de aprimoramento, criaram métodos cartográficos sociais populares, considerados por algumas ciências como etnomapas (Tomaz; Barros; Marques, 2013).

Após a oficina e a coleta de informações em campo, o processamento das informações ocorreu em laboratório, com uso das ferramentas de geoprocessamento, os produtos gerados foram o mapa 4 e o mapa 5. Sendo que O mapa 4 representa a leitura que os participantes/moradores fizeram do assentamento, demonstrando suas relações com local. A segunda é a demonstração das relações que eles estabelecem no entorno do assentamento.

Mapa 4 – Cartografia Participativa 1



Mapa 5– Cartografia Participativa 2



A cartografia 1 apresenta o assentamento dividido em 4 Polos e onde esses polos se localizam. Identificaram os lotes que possuem significativa produção de açaí, os lotes que possuem fazenda de gado, localizaram o viveiro, a hidropônica, a escola, suas residências, a casa de farinha, as igrejas, as áreas de lazer: campo de futebol, igarapés e os bares. Também traçaram e nomearam as ruas do assentamento.

Os polos 1 e 4, mais próximos do centro urbano de Santa Bárbara, são mais afetados por problemas como violência, assaltos e drogas. Já os polos 2 e 3 estão localizados em áreas mais impactadas pela dendeicultura (Vilhena; Ferreira, 2020).

A cartografia 2 já apresenta o entorno do assentamento. Foram identificadas duas fazendas que fazem limite com o PA abril vermelho, sendo que uma delas pressiona os limites do assentamento.

Os participantes da oficina identificaram quatro localidades das quais possuem relação: Vila de Genipaúba, Vila de Maurícia, Colônia Chincano e Pau d'arco. Identificaram também os locais onde pescam peixe, siri e camarão. Apontaram duas ilhas, que se encontram em frente à Vila de Maurícia, onde praticam o manejo e o extrativismo do açaí.

Os jovens/adolescentes do assentamento que estão em idade escolar frequentam as escolas da Vila Maurícia e Genipaúba. Já as crianças que frequentam a escola do PA abril vermelho foram deslocadas para a escola Chincano, localizada na colônia Chincano, pois a escola do Assentamento está em reforma.

Todas essas localidades citadas também foram apontadas como sendo locais de comercialização da produção e de emprego temporário nos períodos de alta temporada na região. Além disso, são para Vila de Maurícia de Genipaúba onde tiram seus momentos de lazer, passeiam nas férias e feriados, aproveitando as praias e os igarapés.

7.4 Conclusão

A partir da oficina de cartografia participativa no PA Abril Vermelho os participantes puderam pensar as suas relações com o seu território. Observaram a restauração da área, o que em 2004 era uma grande fazenda de dendê, em 2024 é um território repleto de biodiversidade. A percepção dos assentados quanto a isso é primordial para a valorização de um trabalho que desempenham que é árduo, imprescindível para sociedade, mas poucas vezes valorizado. Assim como também perceberam que há alguns pontos que precisam dar mais atenção dentro do assentamento. Isso significa que desde a oficina foi possível compreender a relação que

estabelecem com o território para além das atividades produtivas, produzem um compromisso ecológico com a sociedade.

As cartografias produzidas demonstram que os participantes da oficina conhecem mais sobre o polo 2, que conhecem a localização dos principais igarapés, dos lotes que possuem uma maior produção de açaí, e sobre as fazendas que pressionam os limites do assentamento.

As cartografias podem servir como instrumento para auxiliar as ações dos movimentos de maneira interna ou externa, juntamente com o diagnóstico. Uma vez que essas apresentam a perspectivas dos assentados e podem estimular a reflexão quanto os aspectos que identificarem nas cartografias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a relação que as agricultoras familiares estabelecem com a natureza é complexa, possui muitas nuances, e é reflexo de um processo histórico da condição do gênero: ser mulher. Na atual sociedade em que um sistema econômico-social é capitalista, patriarcal e colonialista, as mulheres do campo ocuparam um lugar a margem dessa sociedade. O sistema econômico e o modo de produção capitalista, baseado na mercantilização da natureza, ou seja, em transformar os elementos da natureza em mercadoria, e assim, estabelece uma lógica de acumulação de riqueza a partir da exploração da mesma. O que é totalmente oposto ao conhecimento e as práticas produtivas das agricultoras familiares.

Deve-se frisar que a relação profunda da vida e do trabalho da agricultora familiar não tem relação com as características próprias do sexo feminino, não é algo essencialista, mas é uma relação construída a partir do “papel” social que ela desempenha na sociedade, significa que está associado à construção social da mulher agricultora. Não é meramente conservacionista, em outras palavras, a relação íntima da agricultora-natureza, se diz respeito as responsabilidades de gênero que a mulher possui na sociedade, advindas da divisão social, sexual e racial do trabalho.

As agricultoras apresentam um caráter de produtoras e reprodutoras da vida, um conhecimento estruturado na experiência vivida a partir do papel social que desempenham na sociedade como mulher, as de cuidadoras. Responsáveis por gerar, criar e alimentar vidas. Além disso, também responsáveis por cozinhar, pensar na limpeza e administração do lar, nos ingredientes que vão alimentar e curar a família, pois também são as principais responsáveis por cuidar dos enfermos, dos idosos, dos animais, e dessa maneira, optando em cultivar espécies que vão atender os objetivos delas. O trabalho delas é desenvolvido em cooperação com a natureza, desenvolvendo habilidades sensíveis de observação, fazendo experimentos respeitando os ciclos da natureza e aplicando saberes ancestrais repassados. O que se percebe é que existe uma cosmovisão própria das agricultoras, dentro da categoria agricultores familiares.

Além da experiência específica e complexa das agricultoras familiares, há as intersecções de gênero, raça e classe, que organiza hierarquicamente a sociedade, estruturado nas relações de dominação, exploração e conflito, a partir do sexo, do trabalho, da cor, e de recursos. Nas hierarquias de poder, o homem, branco, com mais recursos naturais e financeiros, donos dos meios de produção e de mão de obra, é o que está no topo da

hierarquia, assentado em inúmeras explorações e que disputa o controle de todas as áreas da vida. Ou seja, o modo de existência das agricultoras está inserido em um contexto que possui uma lógica de economia oposta. Elas mantêm uma lógica de preservação dos recursos naturais o que conflita com os interesses econômicos dominante. Em um país em que as disputas por terras e recursos está cada vez mais profunda, os conflitos se agravam. Isso explica as diversas pautas contra opressão e violência que elas têm denunciado nas reuniões dos movimentos.

Seguindo esse pensamento, percebe-se que é destinando às agricultoras um lugar “fora” do sistema econômico, dessa maneira, ficam mais vulneráveis, e exploração da mão de obra dessas mulheres pelo sistema econômico é facilitada. Desempenham diversos trabalhos que não são reconhecidos e ainda são invisibilizados, mas que contribuem para geração de riqueza. Dessa maneira, o sistema dominante aproveita da opressão histórica que elas vivem, para mantê-las excluídas da sociedade, quando não sofrem com as violências. Inclusive isso é reflito nas políticas públicas.

Um dos principais pilares do sistema econômico e a principal denúncia delas, é o agronegócio, que domina literalmente os espaços naturais e políticos com a lógica da monocultura (em todos os sentidos), fazendo prevalecer a todo custo “a cultura” da classe dominante, que gera muita riqueza para poucos, destruição, pobreza e ecossistemas devastados para muitos. Mesmo diante de inúmeras violências, físicas, simbólicas, psicológicas, químicas (agrotóxicos), são nos movimentos sociais que as agricultoras encontraram condições estratégicas para lutar contra as facetas do sistema dominante, resistindo em seus territórios, e em defesa da agrobiodiversidade. Estas comunidades têm o papel crucial na conservação dos recursos genéticos e da agrobiodiversidade do Nordeste paraense. Isso está refletido nas atividades produtivas que desempenham, encontradas na pesquisa.

Como esses recursos estão em disputa, e elas estão na salvaguarda, são as principais atingidas pelas violências. Por isso são protagonistas da luta em defesa da natureza, porque além de ser o seu meio de produção, é também de sobrevivência e herança para deixar para os filhos e netos. Com isso, observa-se que a opressão de gênero e a destruição ambiental ameaçam simultaneamente mulheres e a natureza. O contrário também ocorre, ameaçar a vida e o trabalho das mulheres agricultoras, também é enfraquecer a conservação da agrobiodiversidade, e isso precisa ser levado em consideração quando programas e políticas públicas forem pensados e implementado para os agricultores familiares.

Essa afirmativa também é reforçada quando se observa a trajetória do Projeto de Assentamento Abril Vermelho, que em vinte anos transformou a paisagem, produzindo agrobiodiversidade a partir de uma fazenda que tinha apenas plantação de dendê e cobras. E hoje apresenta uma variedade de produtos, com mais de centenas de famílias assentadas, ecossistema restaurado, produzindo alimentos, sem uso de agrotóxicos.

As lutas que as agricultoras têm travado em defesa individual e coletivamente, em defesa da vida, é uma luta em que as conquistas beneficiam as presentes e futuras gerações, pois os resultados dessa pesquisa apontam que elas então envolvidas na reprodução e proteção da biodiversidade, através de um trabalho inestimável.

É oportuno destacar que não há lugar para a sustentabilidade em uma sociedade cujo o modo de produção, é centrado na exploração infinita da natureza, com a finalidade de gerar mais riqueza, aprofundando as desigualdades sociais, e que enxerga os ecossistemas como um almoxarifado de recursos. Isso é ignorar a importância de todas as espécies de vidas existentes para a conservação dos ecossistemas, ou seja, é um sistema insustentável. Não há sustentabilidade em um modo produção capitalista, a finalidade desse modelo é o oposto do que é sustentável. O que as agricultoras apresentam é uma proposta de sociedade que coloca as questões ecológicas no centro das decisões, para que assim haja condições de construir a sustentabilidade e a vida continuar florescendo.

Mostrar os resultados dessa pesquisa para as agricultoras sem dúvida vai reforçar a grande importância que elas têm para a Amazônia e para o planeta.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261, 14 mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos CEBRAP: [uma publicação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)]**, n. 79, p. 151-167, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300008>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ALPINO, Tais de Moura Ariza *et al.* Os Impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 273-286, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202271.05972020>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, n. 16, p. 22-32, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- ALVES, K. Dos S.; MOTA, D. M. da. Organização do trabalho familiar do espaço rural paraense: novos arranjos na organização do trabalho e na gestão das unidades de produção. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 2, 17 dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p191>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sem feminismo não há Agroecologia**. Belo Horizonte: GT Mulheres da ANA, 2018.
- BARRAGÁN, A. M. A.; *et al.*; Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento *In*: HOLLANDA, H. B. d. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.
- BRASIL. Decretos e Leis. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da [República Federativa do Brasil]**, Brasília, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/572111>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html>. 2002. Acesso em 24 ago. 2021.
- BRIGIDA, V. **Os sem terrinha no Pará participam da jornada de lutas das mulheres - MST**. 10 mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/10/os-sem-terrinha-no-para-participam-da-jornada-de-lutas-das-mulheres/>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- BRINGEL, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. O Papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Antropológicas**, a. 16, v. 23, n. 1, 2012. p. 89-112. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/viewFile/23746/19392>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

CALDART, R. S. Educação no campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CANAVESI, F. d. C.; MOURA, I. F. d.; SOUZA, C. d. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança alimentar e Nutricional**, v. 23, esp, p. 1019-1030, dez. 2016.

CARLOTO, C. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CARMO, J. C. do *et al.* Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 155-180, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CONGRESSO NACIONAL DO MST, 5., 2007, Brasília. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST** 15 jun. 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/06/17/carta-do-5o-congresso-nacional-do-mst/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez Editora; Brasília, UNESCO, 2005. 144 p. Disponível em: <http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/BIOLOGIA/MARY%20GARCIA%20CASTRO%20E%20MIRIAM%20ABRAMOVAY%20-%20G%20CANERO%20E%20MEIO%20AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CAVALCANTE, A. *et al.* **Marcha das Margaridas**: Caminhos, Memórias e Repercussões. Brasília: CONTAG, 2023.

CAVALCANTI, M. P e. H; LIMA, E. T. Marcha das Margaridas: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 5, 12 set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.48074/aceno.v3i5.3851>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. A. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira. **Revista Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 138-156, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.157418>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COELHO, A. D. S. *et al.* Impactos das mudanças de uso da terra nas áreas prioritárias para conservação da biodiversidade no nordeste do estado do Pará, Brasil. **Boletim do Museu**

Paraense Emílio Goeldi - Ciências Naturais, v. 13, n. 1, p. 107-120, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.46357/bcnaturais.v13i1.371>. Acesso em: 4 ago. 2024.

COELHO-FERREIRA, M.; JARDIM, M.vA. Algumas espécies vegetais usadas pelos moradores da Ilha de Algodual, Maiandeuá, município de Maracanã, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Ciências Naturais, Belém, v. 1, n. 2, p. 45-51, maio ago. 2005. Disponível em: [https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/587/1/B%20MPEG%20C%20Nat%201\(2\)%202005%20Coelho%20Ferreira.pdf](https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/587/1/B%20MPEG%20C%20Nat%201(2)%202005%20Coelho%20Ferreira.pdf). Acesso em: 18 ago. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **7ª Marcha das Margaridas, "que bom estar de mãos dadas com tantas margaridas na reconstrução do Brasil"**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/-que-bom-estar-de-maos-dadas-com-tantas-margaridas-na-reconstrucao-do-brasil---diz-lula-no-encerramento-da-7--marcha-das-margaridas-20230816>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Anuário estatístico da agricultura familiar**. Brasília: CONTAG, 2023. 212 p. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17916-696048-anuario-agricultura-2023-web-revisado.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Pauta Marcha das Margaridas 2023**. 2023. 52 p. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2023>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CORDEIRO, I.; ARBAGE, M.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. *et al.* (org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: Edufra, 2017. p. 323. Disponível em: <http://www.repositorio.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/296/1/Panorama%20geral%20e%20uso%20sustentavel%20das%20florestas%20secundarias.o.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CORRAL, T. (coord.); CORREIA, S.; VIEZZER, M.; CECHIN, M.; ROMANI, J.; URBAN, T.; LADEIRA, T. **Temática: Mulheres e o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l: s. n.], 1997.

CORRÊA, I. L. C.; MANESCHY, R. Q. A agroecologia na gestão ambiental de agroecossistemas: assentamentos rurais na Amazônia brasileira. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, 30 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/reumam.v3i1.12316>. Acesso em: 14 mar. 2023.

COSTA, M. G. Agroecologia, (eco) feminismo e “bem viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020, p. 284-295. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-_perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-2020.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

COSTA, M. G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e decoloniais. *In*: RESENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A (org). **Ecofeminismos: Fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p. 100-153, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-45222003000200005>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 423-443, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2003000200005>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Feeding the world, caring for the earth. **Family Farmers**, v. 1, p. 4, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/mj760e/mj760e.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Pará. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local Presidente Prudente/SP, v. 1, n. 22, p. 201–214, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7302>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERREIRA, A. P. L. A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/7889>. Acesso em: 18 ago. 2023.

FLORES, B. Ancestralidade, movimentos de mulheres e sustentabilidade ambiental local para enfrentamento de crises globais. **Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 2, n. 12, p. 91-116, nov. / dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/35631>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FREITAS, G. Comercialização dos produtos da agricultura familiar do projeto de assentamento abril vermelho em Santa Bárbara – PA. **Terceira Margem Amazônia**, v. 2, n. 6, 4 set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2017v2i6p%p>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FREITAS, L.; MARTINS, E.; SENA, J. Despensar a colonialidade: desarticulações narrativas para ensaiar a crítica decolonial. **Linguagem & Ensino**, v. 25, n. 02, p. 4-18, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782011000200005>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, H. B. d. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-

[feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-2020.pdf](#). Acesso em: 12 jun. 2023.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. / dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmDsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2023.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática, 2020. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: jan 2024.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

JALIL, L. Soberania Alimentar, Feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do movimento de mulheres camponesas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 9-11, dez. 2009. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2019/10/Agriculturas_Dez_Site_Art01.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

JALIL, L.; CARDOSO, E.; RODY, Thalita. As cadernetas agroecológicas e a construção do saber feminista. In: RODY, T.; TELLES, L. (org.). **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa: Asa Pequena, 2021. p. 15-29. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-389.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

KALIL, L.; MARRA, C. As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9., 2015. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, p. 6, 2015.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. Movimentos sociais e produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 269-278, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-71822010000200007>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 871-887, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2010000300013>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. d. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

MAFORT, K. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento - MST**. 31 jan. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MALHEIRO, B. **Geografias do Bolsonarismo**: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2022. 96 p.

MALHEIRO, B.; PORTO- GONÇALVES, C.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 2022**. São Paulo, Brasil: MapBiomas, 2023, p.125. Disponível em: https://concertacaoamazonia.com.br/en/estudos/relatorio-anual-do-desmatamento-no-brasil-2023/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwt4a2BhD6ARIsALgH7DoGcmPXX6etxSrD83pliSeGm49YX2IEMNjNBWC_bRP2KsFGKFYSdi8aArChEALw_wcB. Acesso em: 13 abr. 2023.

MARCHETTI, F. Agrobiodiversidade, sociedade e academia: uma revisão com enfoque na conservação e na pesquisa interdisciplinar. CONGRESSO ONLINE INTERNACIONAL DE SEMENTES CRIOLAS E AGROBIODIVERSIDADE, 1., 2020, Dourados, MS. Anais eletrônicos... **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6564>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MESQUITA, A. C. dos S. Mulheres do campo e o acesso à terra como caminho de garantia de direitos. **Cadernos de Agroecologia - Diálogos Convergências e Divergências: mulheres, feminismos e agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6631/4877>. Acesso em: 1 out. 2023.

MEUS, A. G. A.; ETHUR, L. Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no esenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 17, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/rev.conexao.v.17.17327.26>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MIES, M. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito & Práxis**, v. 7, n. 15, p. 838–873. 2016 <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25360>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Edição ampliada. Barcelona: Icaria Editorial, 2014.

MIGUEL, L. F. Mulheres e política institucional no Brasil. **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, v. V, n. 7, p. 59-63, dez. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acao-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/revista-do-observatorio-1/RevistadoObservatorio2015.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2010000300003>. Acesso em: 11 jun. 2024.

MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE (MMNEPA). **Arquivo do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA**. Capanema, PA: MMNEPA, 2022.

MORAES, J. L.; COSTA, K. J. S. da; RAYOL, B. P. Composição e diversidade de plantas nos quintais agroflorestais da comunidade de Genipauába, Santa Bárbara do Pará. **Revista**

Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 19, n. 1, p. 15-22, 12 fev. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18378/rvads.v19i1.9861>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MORAES, M. *et al.* Inovação nos quintais agrobiodiversos da Cooperativa D' Irituia, Pará. **Ciência Florestal**, v. 32, n. 1, p. 309-332, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cflo/a/Qywnz3qQFZ85gpS9ZYBbSWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2024.

MÜLLER, H. **Agrobiodiversidade, sistemas agroflorestais e protagonismo feminino: contribuições à soberania e segurança alimentar e nutricional**. 2020. 217 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230665>. Acesso em: 11 mar. 2024.

NASCIMENTO, D.; MOTA, D. M. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 3, p. 721, 1 out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-10>. Acesso em: 14 mar. 2024.

NOBRE, M. Cadernetas Agroecológicas como metodologia da economia feminista. *In*: RODY, T.; TELLES, L. (org.). **Caderneta Agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa: Asa Pequena, 2021. p. 31-47. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-389.pdf>. Acesso em: 02 maio 2023.

NOGALES, H. K. Colonialidad de la naturaleza y de la mujer frente a un planeta que se agota. **Political Ecology**, v. 54, dez. 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/wp-content/uploads/2018/12/54.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

OLIVEIRA, C. M. de; SILVA, R. O. da; ALMEIDA, R. H. C. Diversificação produtiva, reprodução socioeconômica e mulheres no assentamento periurbano mártires de abril - Pará. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 253-266, 30 abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3738/1982.2278.1446>. Acesso em: 11 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. R.; VILACA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura familiar: reflexões sobre gênero. **Revista de Administração de Roraima - RARR**, v. 9, n. 1, p. 52, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18227/2237-8057rarr.v9i1.5321>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Interação do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar**. Genova: FAO, 2005. 171 p. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/esw/esw_new/documents/Links/Training_Material/manual_p.pdf. Acesso em: 3 ago. 2024.

PAULINO, G. Da S.; RIBEIRO, N. V.; SOUZA, A. L. de. Programa de aquisição de alimentos e mudanças locais: processo de territorialização do assentamento abril vermelho - santa bárbara/pa. **Cadernos CEPEC**, v. 8, n. 2, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/cepec.v8i2.8322>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PENNA, C. **Acesso à terra no Brasil e seletividade racial do Estado**. Porto Alegre: Sopas, Ibirapitanga, 2023. Série Futuros Alimentares Sustentáveis. Disponível em: https://www.academia.edu/116146376/Acesso_%C3%A0_terra_no_Brasil_e_seletividade_racial_do_Estado. Acesso em: 1 de maio de 2024.

PEREIRA, C. N. *et al.* Caracterização de quintais agroflorestais no projeto de assentamento belo horizonte I, São Domingos do Araguaia, Pará. **Agroecossistemas**, v. 2, n. 1, p. 73-81, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/1225>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PETERSEN, P. Agroecologia: um antídoto contra a amnésia biocultural. *In*: TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. (org.). **A memória Biocultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 11-16.

PIMBERT, M. Mulheres e Soberania Alimentar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 41-45, dez. 2009. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2019/10/Agriculturas_Dez_Site_Art08.pdf. Acesso em: 31 jan. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **OSAL: Observatório Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 23-34, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16PortoG.pdf>. acesso: 10 jun 2024.

PRIETO, L. Epistemología feminista y conocimientos desde el Sur global. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**, n. 54, p. 12-15, 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/epistemologia-feminista-y-conocimientos-desde-el-sur-global/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

QUARESMA, A. P. *et al.* Composição florística e faunística de quintais agroflorestais da agricultura familiar no nordeste paraense. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 10, n. 3, p. 76, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18378/rvads.v10i5.3706>. Acesso em: 10 jun. 2024.

QUIRINO, R. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RAYOL, B. P.; MIRANDA, I. S. Influência dos fatores socioeconômicos sobre a riqueza de plantas de quintais agroflorestais da Amazônia Central. **Revista Espacios**, v. 38, n. 46, p. 28-40, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n46/a17v38n46p28.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RAYOL, B. P.; MIRANDA, I. S. Quintais agroflorestais na Amazônia Central: caracterização, importância social e agrobiodiversidade. **Ciência Florestal**, v. 29, n. 4, p. 1614, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1980509829853>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RICHARDSON, R. J.; *et al* **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, H. E. *et al*. Mulheres na agricultura familiar: uma análise no estado do Pará. **Guaju**, v. 7, n. 2, p. 237, 24 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/guaju.v7i2.8064>
5. Acesso em: 11 jun. 2024.

SANTO, T. M. de. A experiência democrática dos movimentos sociais: uma reflexão a partir da participação política das mulheres no MST. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA - SICP, 1., 2015, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre – RS: UFRGS, 2015. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/16_DE-SANTO_A-experie%C2%A6%C3%A9ncia-democra%C2%A6%C3%BCtica-dos-movimentos-sociais_-uma-reflexa%C2%A6%C3%A2o-a-partir-da-participac%C2%A6%C2%BAa%C2%A6%C3%A2o-poli%C2%A6%C3%BCtica-das-mulheres-no-MST.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, I. A. F.; PICOLOTTO, E. L. As mulheres do MST na Luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros das experiências organizativas nas páginas do jornal sem terra. **Novos Rumos Sociológicos**, vol. 7, n. 11, p. 241, 11. 2019. <https://doi.org/10.15210/norus.v7i11.17049>. Acesso em: 9 set. 2023.

SANTOS, R. I. **Ação Local em um ambiente marinho amazônico**: município e RESEX de São João da Ponta (PA) – aspectos de um movimento socioterritorial inovador. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2018. Disponível em: <https://ppgsa.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESE%20ROSA%20IBIAPINA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SEIBERT, I.; CALAÇA, M.; KREFTA, N. Soberania alimentar um projeto político a partir da experiência das mulheres camponesas. **Proposta**: Revista de debates da FASE, v. 44, n. 130, p. 48-53, 2021. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Proposta-130-ELETRONICA.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica**. 2. ed. Brasil: Centro Internacional para Pesquisa Florestal (CIFOR), 2010. 316 p. Disponível : https://www.researchgate.net/publication/279777688_Frutiferas_e_Plantas_Uteis_na_Vida_Amazonica. Acesso em: 3 out. 2023.

SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. **Ariús**: Revista de Ciências Humanas e Artes, v. 18, n. 1, p. 143-158, 2012.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: Contribuições e Limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, 2000.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano**, n. 9, p. 169-183, 2011.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Brasil: Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015. Disponível em : https://www.portalsdr.ba.gov.br/_portal/anexos/anexo_acervo_digital/MULHERES_E_AGROECOLOGIA_TRANSFORMANDO_O_CAMPO_AS_FLORESTAS_E_AS_PESSOAS_0.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

SILVA, A. C. G. F. da S. F.; GIORDANI, R. C. F.; BEZERRA, I. Elos entre ecofeminismo, agroecologia e soberania alimentar. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, p. 113-132, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v17i33.2926>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA, V. **Nosso trabalho sustenta o mundo**. Recife: SOS CORPO, 2013. 92 p. Acesso em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920051200/pdf_955.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.

SILVA, Christian Nunes da *et al.* **A cartografia social e o mapeamento participativo na análise do espaço geográfico**. Belém: GeoDigital, 2021. 77 p.

SILVA, D. A. **Gestão social**: incidência no movimento de mulheres no combate à violência contra a mulher. um estudo no movimento de mulheres do nordeste paraense, Capanema, Pará. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) Curso de Administração, Campus Capanema, Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2017.

SILVA, T. P. d. *et al.* Levantamento de espécies vegetais e utilização em quintal agroflorestal de estabelecimento agrícola no assentamento alegria - Marabá, Pará. **Revista Agroecossistemas**, v. 6, n. 1, p. 103, 21 out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/ragros.v6i1.1849>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SIVIERO, A. *et al.* Cultivo de espécies alimentares em quintais urbanos de Rio Branco, Acre, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 25, n. 3, p. 549-556, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-33062011000300006>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SOARES, D. A. S. *et al.* Desenvolvimento da Cartografia como Linguagem Geográfica: Um Processo de Aprendizagem Territorial. **Atlante - Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 2, p. 19, jul. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326328734_Desenvolvimento_da_Cartografia_como_Linguagem_Geografica_um_processo_de_Aprendizagem_Territorial. Acesso em: 14 dez. 2023.

SOMBRA, D. *et al.* Cartografia Participativa: um instrumento de empoderamento para o uso democrático do território. In: SOMBRA, D. *et al.* **Análise ambiental e representação cartográfica**: contribuições do Núcleo de Meio Ambiente para o desenvolvimento local da Amazônia. Belém: Numa/Ufpa, 2022. 192 p. Disponível em: <https://www.numa.ufpa.br/index.php/livros/item/112-analise-ambiental-e-representacao-cartografica-contribuicoes-do-nucleo-de-meio-ambiente-para-o-desenvolvimento-local-da-amazonia>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SOMBRA, D.; CANTO, O., CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N. Cartografia temática e cartografia participativa: contribuições para uma abordagem materialista do tripé ensino-pesquisa-extensão. In: LEMOS, F. C. et al. (Org.). **Formação em Psicologia Social e**

sociologias insurgentes: tramas históricas em educação libertaria. Curitiba: CRV, 2021, p. 289-315.

SOMBRA, D.; RODRIGUES, G. P.; PINHO, D. d. R. Cartografia participativa como diálogo entre saberes: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. **Revista Ensaios de Geografia:** [uma publicação da Universidade Federal Fluminense], Niterói, v. 8, n. 16, p. 45-74, jan./abr. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/52257. Acesso em: 10 maio 2023.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TANURE, T. M. do P. **Mudanças climáticas e agricultura no brasil:** impactos econômicos regionais e por cultivo familiar e patronal. 2020. 258 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/MULTILASER/Downloads/Mudan%C3%A7as%20clim%C3%A1ticas%20e%20agricultura%20no%20Brasil%20impactos%20econ%C3%B4micos%20regionais%20e%20por%20cultivo%20familiar%20e%20patronal%20(1).pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

TOMAZ, Alzení de Freitas; BARROS, Juliana Neves; MARQUES, Juracy. Povos Indígenas do Nordeste, territorialidades e movimentos no projeto de transposição do Rio São Francisco. *In:* ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

VALENTE, F. L. S.; AMORIM, T. M. Agroecologia e o direito humano a alimentação e nutrição adequadas. **Proposta:** Revista de debates da FASE, v. 44, n. 130, p. 10-15, 2021. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Proposta-130-ELETRONICA.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

VILHENA, L. F. N.; FERREIRA, L. A. Reforma Agrária Popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA. **Retratos de Assentamentos,** v. 23, n. 2, p. 205-230, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i2.410>. Acesso em: 20 mar. 2024.

APÊNDICE A

Formulário de entrevista aplicado junto às mulheres do MST – ABRIL VERMELHO e MMNEPA

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Estado civil:
 Casada Solteira União Estável Viúva
4. Filhos:
 SIM NÃO Quantos? _____
5. Escolaridade:
 Sem Escolaridade Fundamental Incompleto Fundamental Completo
 Médio Incompleto Médio Completo Superior Incompleto Superior completo
6. O que você produz e comercializa?

7. Onde você comercializa?

8. Utiliza Caderneta Agroecológica?
 SIM NÃO
9. Há quanto tempo no assentamento?

10. Você tem percebido alguma mudança no clima?
 SIM NÃO
11. Isso tem afetado a sua produção?
 SIM NÃO
12. Você está há quanto tempo no MST/MMNEPA? _____
13. O que lhe motivou a fazer parte no MST/MMNEPA?

18. Contato de Whatsapp _____

APÊNDICE B

Lista da produção informada pelas mulheres do Assentamento Abril Vermelho

Nº do Item	Nome	Frequência	Categoria	Nome científico
1	Açaí	9	Frutas/frutos	<i>Euterpe oleracea</i>
2	Cupuaçu	8	Frutas/frutos	<i>Theobroma grandiflorum</i>
3	Pupunha	8	Frutas/frutos	<i>Bactris gasipaes kunth</i>
4	Banana	7	Frutas/frutos	<i>Musa spp</i>
5	Cacau	7	Frutas/frutos	<i>Theobroma cacao</i>
6	Galinha caipira	7	Animais	
7	Biribá	5	Frutas/frutos	<i>Rollinia mucosa (Jacq.) Baill.</i>
8	Limão	5	Frutas/frutos	<i>Citrus limon</i>
9	Abacaxi	4	Frutas/frutos	<i>Ananas comosus L. Merril</i>
10	Ingá	4	Frutas/frutos	<i>Inga edulis Mart.</i>
11	Mandioca	4	Hortaliças	<i>Manihot esculenta Pohl</i>
12	Muruci	4	Frutas/frutos	<i>Byrsonima crassifolia (L.) Kunth. e B. verbascifolia (L.) DC</i>
13	Andiroba	3	Madeireiras	<i>Carapa guianensis Aubl</i>
14	Feijão	3	Hortaliças	<i>phaseolus vulgaris</i>
15	Macaxeira	3	Hortaliças	<i>Manihot esculenta Crantz</i>
16	Mamão	3	Frutas/frutos	<i>Carica papaya L.</i>
17	Milho	3	Grãos	<i>Zea mays L.</i>
18	Ovos	3	Ovos	
19	Pato	3	Animais	
20	Porco	3	Animais	
21	Acerola	2	Frutas/frutos	<i>Malpighia puniceifolia L.</i>
22	Coco	2	Frutas/frutos	<i>Cocos nucifera</i>
23	Ervas Medicinais	2	Hortaliças	
24	Graviola	2	Frutas/frutos	<i>Annona muricata</i>
25	Jerimum	2	Hortaliças	<i>Cucurbita pepo L</i>
26	Maxixe	2	Hortaliças	<i>Cucumis anguria L</i>
27	Rambutan	2	Frutas/frutos	<i>Nephelium lappaceum.</i>
28	Tangerina	2	Frutas/frutos	<i>Citrus reticulata Blanco</i>
29	Abacate	1	Frutas/frutos	<i>Persea Americana Mill</i>
30	Acapu	1	Madeireiras	<i>Vouacapoua americana Aublet</i>
31	Algodão	1	Algodão	<i>Gossypium hirsutum L.</i>
32	Artesanato	1	Artesanato	
33	Bacaba	1	Frutas/frutos	<i>Oenocarpus bacaba Mart</i>
34	Bacabi	1	Frutas/frutos	<i>Oenocarpus bacaba Mart</i>
35	Bacuri	1	Frutas/frutos	<i>Platonia insignis Mart</i>
36	Bordado	1	Artesanato	
37	Café	1	Frutas/frutos	<i>Coffea arabica</i>

38	Cana	1	Cana	<i>Saccharum officinarum L.</i>
39	Cedro	1	Madeireiras	<i>Cedrella fissilis Vell</i>
40	Chicória	1	Hortaliças	<i>Cichorium intybus</i>
41	Crochê	1	Artesanato	
42	Farinha	1	Agroindústria	
43	Goiaba	1	Frutas/frutos	<i>Psidium guajava L.</i>
44	Ipê	1	Madeireiras	<i>Handroanthus</i>
45	Jaca	1	Frutas/frutos	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
46	Manga	1	Frutas/frutos	<i>Mangifera indica L</i>
47	Melancia	1	Frutas/frutos	<i>Citrullus lanatus Thumb. Mansf.</i>
48	Pimenta do reino	1	hortaliças	<i>Piper nigrum</i>
49	Pintura	1	Artesanato	
50	Pitanga	1	Frutas/frutos	<i>Eugenia uniflora L.</i>
51	Plantas ornamentais	1	Plantas Ornamentais	
52	Taperebá	1	Frutas/frutos	<i>Spondias mombin L</i>
53	Urucum	1	Frutas/frutos	<i>Bixa orellana L</i>
54	Vinagre de Cacau	1	Agroindústria	

APÊNDICE C

Lista da produção informada pelas mulheres do MMNEPA

nº	Item	Quantidade de entrevistadas que produz	Categoria	Nome científico
1	Açaí	12	Frutas/Frutos	<i>Euterpe oleracea</i>
2	Banana	10	Frutas/Frutos	<i>Musa spp</i>
3	Coco	10	Frutas/Frutos	<i>Cocos nucifera</i>
4	Galinhas/ovos	9	Animais	
6	Couve	8	Hortaliças	<i>Brassica oleracea</i>
7	Farinha	8	Agroindústria	
8	Feijão	8	Hortaliças	<i>phaseolus vulgaris</i>
9	Milho	8	Grãos	<i>Zea mays L.</i>
10	Goma de Tapioca	7	Agroindústria	
11	Laranja	7	Frutas/Frutos	<i>Citrus sinensis,</i>
12	Tucupi	7	Agroindústria	
13	Cheiro Verde	6	Hortaliças	<i>Coriandrum sativum</i>
14	Limão	6	Frutas/Frutos	<i>Citrus limon</i>
15	Mandioca	6	Hortaliças	<i>Manihot esculenta Pohl</i>
16	Macaxeira	5	Hortaliças	<i>Manihot esculenta Crantz</i>
17	Tangerina	5	Frutas/Frutos	<i>Citrus reticulata Blanco</i>
18	Cacau	4	Frutas/Frutos	<i>Theobroma cacao</i>
19	Cariru	4	Hortaliças	<i>Talinum triangulare (Jacq.) Willd.</i>
20	Cupuaçu	4	Frutas/Frutos	<i>Theobroma grandiflorum</i>
21	Pimentinha de cheiro	4	Hortaliças	<i>Capsicum chinense.</i>
22	Pupunha	4	Frutas/Frutos	<i>Bactris gasipaes kunth</i>
23	Farinha de Tapioca	4	Agroindústria	
24	Alface	3	Hortaliças	<i>Lactuca sativa</i>
25	Arroz	3	Grãos	<i>Oryza sativa</i>
26	Jambu	3	Hortaliças	<i>Acmella oleracea</i>
27	Jerimum	3	Hortaliças	<i>Cucurbita pepo L.</i>
28	Pato	3	Animais	
29	Peru	3	Animais	
30	Porco	3	Animais	
31	Biribá	2	Frutas/Frutos	<i>Rollinia mucosa (Jacq.) Baill.</i>
32	Café	2	Frutas/Frutos	<i>Coffea arabica</i>
33	Espinafre	2	Hortaliças	<i>Spinacia oleracea</i>
34	Limão galego	2	Frutas/Frutos	<i>Citrus aurantifolia</i>
35	Maniva	2	Agroindústria	<i>Manihot esculenta Crantz</i>

36	Maxixe	2	Hortaliças	<i>Cucumis anguria L</i>
37	Melancia	2	Frutas/Frutos	<i>Citrullus lanatus Thumb. Mansf.</i>
38	Mudas	2	Outros	
39	Murici/Muruci	2	Frutas/Frutos	<i>Byrsonima crassifolia (L.) Kunth. e B. verbascifolia (L.) DC</i>
40	Pepino	2	Hortaliças	<i>Cucumis sativus</i>
41	Quiabo	2	Hortaliças	<i>Abelmoschus esculentus</i>
42	Tucumã	2	Frutas/Frutos	<i>Astrocaryum aculeatum G. Mey</i>
43	Abacate	1	Frutas/Frutos	<i>Persea Americana Mill</i>
44	Ananás	1	Frutas/Frutos	<i>Ananas comosus</i>
45	Andiroba	1	Madeireiras	<i>Carapa guianensis Aubl</i>
46	Artesanato	1	Outros	
47	Bacuri	1	Frutas/Frutos	<i>Platonia insignis Mart</i>
48	Biscoitos	1	Agroindústria	
49	Boi	1	Animais	
50	Bolos	1	Agroindústria	
51	Breu Branco	1	Madeireiras	<i>Protium heptaphyllum</i>
52	Buriti	1	Frutas/Frutos	<i>Mauritia Flexuosa</i>
53	Cana-de-açúcar	1	Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum L.</i>
54	Cebolinha	1	Hortaliças	<i>Allium schoenoprasum L.</i>
55	Colorau	1	Agroindústria	
56	Copaíba	1	Madeireiras	<i>Copaifera langsdorffii</i>
57	Doces	1	Agroindústria	
58	Hortaliças	1	Hortaliças	
59	Ipê	1	Madeireiras	<i>Handroanthus</i>
60	Lima	1	Frutas/Frutos	<i>Citrus limettioides Tanaka</i>
61	Mamão	1	Frutas/Frutos	<i>Carica papaya L.</i>
62	Manga	1	Frutas/Frutos	<i>Mangifera indica L</i>
63	Maracujá	1	Frutas/Frutos	<i>Passiflora edulis Sims</i>
64	Mel	1	Origem animal	
65	Miriti	1	Frutas/Frutos	<i>Mauritia flexuosa</i>
66	Mogno	1	Madeireiras	<i>Swietenia macrophylla</i>
67	Pimenta do reino	1	Hortaliças	<i>Piper nigrum</i>
68	Pitaya	1	Frutas/Frutos	<i>Hylocereus sp</i>
69	Taperebá	1	Frutas/Frutos	<i>Spondias mombin L.</i>
70	Tomate Cereja	1	Frutas/Frutos	<i>Solanum lycopersicum var. cerasiforme</i>
71	Urucum	1	Frutas/Frutos	<i>Bixa orellana L.</i>

ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____,
RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Michelle de Lima Muriel e Rosana Quaresma Maneschky** da pesquisa intitulada “MULHERES E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃODAS AGRICULTORAS FAMILIARES NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296/2004).

Belém, Pará, ____ de _____ de 202_

Sujeito da Pesquisa

Michelle de Lima Muriel (pesquisadora responsável pela pesquisa)

Rosana Quaresma Maneschky (orientadora da pesquisa)

ANEXO B. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo: MULHERES E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃODAS AGRICULTORAS FAMILIARES NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ
Pesquisador(a) responsável: Michelle de Lima Muriel

Prezada Senhora:

- Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, assim como responder as perguntas feitas pelo pesquisador é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Objetivo do estudo: Objetiva-se investigar e compreender de que maneira o trabalho das mulheres em sistema de agricultura familiar contribuem para o desenvolvimento local sustentável, como estão organizadas, quais as suas ações e reivindicações, a partir de uma abordagem ecofeminista.

Justificativa: Essa temática se justifica pela necessidade compreender a importância das mulheres no processo de consolidação do movimento agroecológico, pois elas tratam de mobilizações contra a destruição ecológica, em favor dos seus territórios, da preservação do meio ambiente, do seu sistema de subsistência, suas culturas, saberes ancestrais, etc. Dessa maneira, aproximar a ciência das mulheres da agricultura familiar agroecológica pode gerar ações importantes de contribuição para o desenvolvimento local, desenvolver o empoderamento e autonomia das mulheres e assim seguir para a construção de um sistema ecologicamente sustentável.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá em entrevistas (com realização de gravação da fala e registro de imagens), preenchimento de questionário, respondendo às perguntas formuladas que atendam o objetivo da pesquisa.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciência e de acordo do participante (sujeito da pesquisa):

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto pelo(a) pesquisador(a), eu _____, RG: _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento **em duas vias**, ficando com a posse de uma delas.

Belém (PA), ____/____/____

Assinatura do sujeito de pesquisa